

---

CINQUENTA ANOS  
DE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE MATO GROSSO  
1953 - 2003

---



MARIA ADENIR PERARO  
NEILA MARIA SOUZA BARRETO  
MARIA APARECIDA BORGES BARROS ROCHA

---

CINQUENTA ANOS  
DE HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE MATO GROSSO  
1953 - 2003

---



CUIABÁ  
2004

**Presidente**

Conselheiro Ary Leite de Campos

**Vice-Presidente**

Conselheiro José Carlos Novelli

**Corregedor Geral**

Conselheiro Júlio José de Campos

**Membros Conselheiros**

Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli  
Gonçalo Pedrosa Branco de Barros  
Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto  
Valter Albano da Silva

**Ouvidor Geral**

Oscar da Costa Ribeiro

**Ministério Público**

Procurador José Eduardo Faria  
Procurador Mauro Delfino César

**Diretoria Geral de Administração**

Marcelo Gramolini Bianchini

**Pesquisa e Redação**

Maria Adenir Peraro  
Neila Maria Souza Barreto  
Maria Aparecida Borges de Barros Rocha

**Consultoria**

Maria Benício Rodrigues

**Grupo de Apoio**

Cassya Lúcia Corrêa Barros Vuolo (Coordenadora)  
Alice Matos  
Benedito Rufino da Costa Arruda (Ditão)  
Doriane de Abreu Miloch  
Flávia Regina Alves Monteiro (in memorian)  
Karine Emanuelle Campos Muzzi  
Lázaro da Cunha Amorim  
Marcos José da Silva  
Marina Spinelli  
Miguel Augusto de Arruda e Silva  
Oziel Martins da Silva Carneiro  
Priscila Badre Teixeira  
Soraia Vicuña Souza Nunes

**Bolsistas**

Maria Lúza Barros Pita Rocha  
Marisa Rodrigues de Oliveira

**Revisão ortográfica**

Aquiles Lazzarotto  
Doralice de Fátima Jacomazi

**Desenvolvimento Editorial**

Editora TantaTinta – Carlini & Caniato

© Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, 2004.

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação sem autorização expressa do TCE-MT. Todos os direitos reservados.

---

P579g

Peraro, Maria Adenir; et al.

Cinquenta anos de história do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso / Maria Adenir Peraro, Neila Maria Souza Barreto, Maria Aparecida Borges Barros Rocha -- Cuiabá: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, 2004.

280p. : il. ; 28 cm.

ISBN 85-98587-01-X

1. História - Mato Grosso. 2. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso I. Título.

CDU — 913(817.2)

---

**Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**

Centro Político Administrativo - CPA  
Caixa Postal 881  
Cep: 78.050-970 — Cuiabá/MT  
Site: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br)

Produzido pelo Departamento de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
E-mail: [imprensa@tce.mt.gov.br](mailto:imprensa@tce.mt.gov.br)

# Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
<b>Contextualização Histórica: Origem das Contas Públicas</b>	<b>17</b>
CAPÍTULO II	
<b>O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Criação e Instalação</b>	<b>31</b>
CAPÍTULO III	
<b>As Mesas Diretoras e Principais Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso</b>	<b>49</b>
CAPÍTULO IV	
<b>O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Homens das Leis, Homens das Letras</b>	<b>157</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
FONTES E BIBLIOGRAFIA	265
ANEXOS	271

## Abreviaturas

ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

AUDIPE – Associação dos Auditores Públicos Externos

ASTCONTAS – Associação dos Servidores do Tribunal de Contas<sup>1</sup>

APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas

FDG – Fundação de Desenvolvimento Gerencial

GRSTTC – Grêmio Recreativo Sintcontas

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>2</sup>

PMTCEMT – Plano de Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

PNAFE – Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros

SINTTCONTAS – Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas

TCU – Tribunal de Contas da União

TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado

UCE – Unidade de Coordenação Estadual do PNAFE

---

<sup>1</sup> Entidade antecessora do atual sindicato do TCE.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## Prefácio

*Quid est quod fuit?*  
*Ipsa quod futurum est*  
*Quid est quod factum est?*  
*Ipsa quod faciendum est*  
(Ecl. 1:9)

Ao completar seu quinquagésimo aniversário, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso deve se orgulhar de integrar os órgãos de escol do Sistema de Controle Externo das Contas Públicas do Brasil.

Tanto quanto as que mais e melhor o tenham feito, a Corte de Contas Mato-Grossense tem excedido no desenvolvimento de novos e modernos métodos de organização de pessoal, colecionando resultados no incremento da eficiência nas atividades mediatas e finalísticas de sua competência constitucional.

De fato, a excelência do produto que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entrega diariamente aos parlamentos aos quais se reporta e, afinal, ao povo que o mantém, decorre em grande parte da alta qualificação dos que o integram.

Assim, se mais não tivesse por que comemorar no jubileu de ouro – e tem, pontualmente, como se pode ver nas páginas seguintes – à Corte de Contas aniversariante valeria o reconhecimento de todas as congêneres do Brasil que, por intermédio da Atricon, celebram e seguem os seus sucessos exemplares.

Conselheiro Carlos Pinna de Assis  
Presidente da Atricon





## Apresentação

O livro que ora publicamos tem por objetivo fundamental constituir-se em um receptáculo divulgador das intensas atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no qual são apresentados os resultados de seus trabalhos. Portanto, trazemos ao público uma obra importante para a historiografia de Mato Grosso, referente aos cinquenta anos do Tribunal de Contas do Estado.

Esta obra é um levantamento histórico que visa a aperfeiçoar a idéia de organizar racionalmente esse corpo de conhecimentos dispersos que foi gerado no processo histórico do Tribunal de Contas, constituindo um memorial identificável e passível de catalogação, para que não se perca, mas, sim, que seja preservado enquanto memória.

Na medida em que acreditamos que o passado é a pedra de toque para a compreensão do tempo presente, não poderíamos deixar de relembra algumas conquistas que marcaram a trajetória deste Tribunal e da vida de todos que dela intensamente participaram.

Inicialmente, queremos prestar homenagens à memorável contribuição dos homens públicos, seus Conselheiros, que no âmbito deste Tribunal emitiram juízos e dedicaram anos de suas vidas a esta egrégia Casa. Os cinquenta anos de história do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso devem ser vistos como sendo de conquistas, de desenvolvimento, de valorização e investimentos no capital humano e na qualidade de vida do servidor, assim como na modernização de suas instalações que elevam esta Casa no cumprimento de suas funções maiores.

Podemos verificar e atestar o volume crescente de feitos deste Tribunal a partir da agilização e da modernização da máquina administrativa, dos crescentes investimentos na área de Informática, fundamentais para a realização, com mais agilidade, de nossos processos, em sintonia com as novas demandas ocorridas no Estado, a partir da década de 1980. Demandas essas que foram ao encontro dos objetivos deste Tribunal de Contas ao engendrar um modelo moderno de controle externo de fiscalização de recursos públicos.

Temos a certeza de que, no decorrer desses cinquenta anos, todos os que trabalharam nesta Casa o fizeram com seriedade, dedicação e lealdade e produziram o melhor que puderam.

Devemos dizer, neste momento, quando assumimos, mais uma vez, a presidência desta Egrégia Corte de Contas, que um grande otimismo nos toma e nos dá a certeza de que esta Casa continuará a trilhar a sua missão e esta obra se tomará o marco inicial do resgate das ações e dos imensos e valiosos conhecimentos técnicos acumulados, restando-nos, como incumbência, a convocação dos meus pares, para juntos implantarmos políticas de preservação futuras, com estudos que mantenham a Memória deste Tribunal de Contas.

Agradecemos, portanto, a todos aqueles que estarão conosco nesta jornada ajudando-nos a engrandecer este Tribunal, tornando-o, a cada dia, um espaço legítimo de representatividade social e de defesa das causas públicas.

Muito obrigado!

Conselheiro Ary Leite de Campos

Presidente do TCE-MT

Cuiabá, 2004.

*Não basta julgar a administração, denunciar o excesso cometido, colher a exorbitância, ou a prevaricação, para as punir; circunscrita a estes limites, essa função tutelar dos dinheiros públicos será muitas vezes inútil, por omissa, tardia ou impotente. Convém levantar, entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com o Legislativo, e intervindo na Administração, seja não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentárias, por um veto oportuno nos atos do Executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente, discrepem da linha geral das leis de finanças.*

Ruy Barbosa, 1891.



Esta pesquisa tem por objetivo traçar a trajetória do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no período de 1953 a 2003. Uma história que recupera esse percurso desde a sua criação, instalação, organização e atribuições, bem como seu posicionamento perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ao longo dos cinquenta anos de atividades.

Objetivou-se ainda elencar, se não todas, pelo menos as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no citado período.

Neste sentido, mister se fez a localização das personalidades responsáveis pela sua administração, com destaque para as Mesas Diretoras, através de seus Conselheiros. Procurou-se apresentá-las de forma cronológica, desde a fundação do TCE até o ano de 2003, dando enfoque para as principais atividades e/ou fatos que marcaram cada uma delas.

Procurou-se, igualmente, perscrutar a dinâmica das Mesas Diretoras através das falas e discursos de seus Conselheiros, primeiramente denominados de Juízes / Ministros. Ao localizar os discursos de posse dos respectivos presidentes, apresentando-os na íntegra, buscou-se trazer à tona a memória desta Instituição. Foram eles pacientemente localizados no interior das centenas de atas das sessões de reuniões do Tribunal, que ocorriam, de início, duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras, das nove às doze horas. Em tais discursos são expostos os planos, as metas, os objetivos e as propostas de cada presidente empossado, o que permite ao atento leitor vislumbrar o perfil de cada administração e, por extensão, o trabalho desenvolvido pelos Conselheiros.

Da mesma forma, buscou-se reconstituir a historicidade dos Tribunais de Contas através dos discursos dos demais membros da Mesa Diretora e das falas dos Procuradores de Justiça, nos quais aclaramos aspectos sobre a história desta Instituição até então não devidamente estudados.

Para o desenvolvimento de nossos trabalhos, foi realizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico junto às bibliotecas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Universidade Federal de Mato Grosso. Boletins informativos e revistas publicadas pelo próprio Tribunal foram de suma importância pela diversidade de informações veiculadas no tocante às atividades desenvolvidas pelas Mesas Diretoras.

Ressaltamos aqui obras que, sob o aspecto histórico, em muito contribuíram para a elaboração desta pesquisa, tais como: *Caminhos de Contas, A trajetória dos Tribunais de Contas, Tribunal de Contas: uma trajetória, Anuário do Tribunal de Contas de Portugal*.<sup>2</sup>

Na busca de documentação que auxiliasse a investigação, levantamos, junto ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, dados veiculados nos jornais e também no Diário Oficial. Julgamos importante frisar a importância da documentação histórica gerada e produzida pelo Tribunal de Contas, como os Livros de registros das sessões ordinárias, extraordinárias e especiais e os Livros de registro de posse e dados de vida funcional dos Conselheiros, nos quais foram encontradas referências sobre a evolução na carreira.

Além da bibliografia e da documentação acima referidas, procuramos efetuar entrevistas com as personalidades envolvidas na criação e na efetiva administração, ao longo dos 50 anos. É importante frisar que conseguimos localizar duas personalidades que atuaram na primeira Diretoria do Tribunal, quando de sua criação e instalação, os doutores Aecim Tocantins, então primeiro secretário *ad hoc*, e Sebastião de Oliveira, cognominado de “Dr Paraná”, cujas colaborações foram de importância fundamental para o desenvolvimento inicial da pesquisa.

Não poderíamos deixar de dizer da disposição, além das entrevistas concedidas, de dois dos Conselheiros já aposentados, Doutores José Ferreira de Freitas e Teresino Alves Ferraz, em sinalizarem caminhos para prosseguimento da pesquisa, indicando nomes e endereços de personalidades que atuaram no TCE, vindo a se constituir o que chamaríamos de núcleo agregador da pesquisa, a *Colônia*.

Para o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, “*sendo que quase sempre as definições dos trabalhos de história oral recaem sobre temas ligados às grandes maiorias, define-se colônia pelos padrões gerais de sua comunidade de destino, isto é, dados os traços preponderantes que ligam a*

---

<sup>2</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira; SOARES, Geraldo Ramos. *Caminhos de contas. A história do Tribunal de Contas do Estado da Bahia*. Salvador : Centro Administrativo da Bahia, 2002; GOMES, Adhemar Martins Bento. *A trajetória dos Tribunais de Contas. Estudos sobre a evolução do controle externo da administração pública*. Salvador : Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2002; DEBES, Célio. *Tribunal de Contas : uma instituição*. Edição comemorativa do centenário da criação do Tribunal de Contas no Brasil. São Paulo : TCE-SP, 1990; e *Anuário 1996*. Lisboa : Tribunal de Contas, 1996.

*trajetória das pessoas*”<sup>3</sup>. Neste sentido, a obtenção de informações sobre aqueles que não mais atuam, por morte ou aposentadoria, ou mesmo mudança de endereço, o auxílio de suas famílias, mulheres e filhos foi de fundamental importância. Nem sempre, porém, as informações foram obtidas no tempo devido.

Com isso, queremos dizer das dificuldades encontradas ao longo do trabalho, no esforço em procurar reunir em um banco de dados todas as atas das dezenas de sessões ocorridas entre 1953 e 2003, de levantar e ler as revistas publicadas pelo Tribunal, de elaborar, por décadas, organogramas evolutivos da Instituição, com vistas a acompanhar o seu desenvolvimento quanto ao quadro administrativo e respectivas funções, organogramas esses que pudessem permitir a visualização da pulsante vida do Tribunal. As possíveis e eventuais falhas podem encontrar explicações neste conjunto de fatores, agregando-se ainda a difícil tarefa de discorrer sobre uma Instituição e sobre seus personagens, estes, em sua maioria, ainda vivos. Uma difícil e delicada tarefa de escrever sobre a vida do outro ainda presente. Tarefa desafiadora para estas historiadoras acostumadas a lidar com fontes históricas documentais. Um desafio!

Este trabalho possibilitou ainda a elaboração de quadros demonstrativos das Mesas Diretoras, seguindo-se uma ordem cronológica, permitindo, dessa forma, a visualização das suas principais atividades desenvolvidas.

A pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta de forma genérica uma contextualização histórica das origens das Contas Públicas e dos Tribunais de Contas. O segundo trata da criação e instalação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Por sua vez, o terceiro refere-se às Mesas Diretoras e principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas deste Estado ao longo de seus cinquenta anos de existência. O capítulo quatro traz, através dos depoimentos e dos *curriculum vitae* dos Conselheiros atuais e de seus fundadores, dados acerca da vida pessoal, familiar, acadêmica, profissional e intelectual das personalidades em estudo.

Os leitores poderão observar ao longo do trabalho e, particularmente neste quarto e último capítulo, que tais personalidades desenvolveram atividades em ecléticas instâncias, tais como no poder Judiciário: como advogados, promotores e juízes; no Legislativo: como deputados e senadores; no Executivo: como prefeitos e governadores; nas Universidades e Academias (Universidade Federal de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras): como professores e escritores, respectivamente. Decorre daí, por conseguinte, os predicados a tais homens atribuídos: “homens das leis, homens das letras”.

Ainda que no âmbito do TCE-MT as atividades a serem desenvolvidas sejam mais de análise e fiscalização, no entanto, as experiências acumuladas no passado por parte destes homens, invariavelmente, compõem o cotidiano destes.

---

3 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo : Loyola, 1998, p. 61.

Consideramos que esta pesquisa não está concluída e que foram dados apenas alguns passos para a elaboração da análise histórica da Instituição, de forma a compor um quadro para análises futuras. É com este sentido que julgamos importante, num segundo momento, dar continuidade a este trabalho, através da efetivação do arranjo e organização do acervo documental e iconográfico do Tribunal de Contas, em virtude do papel ocupado por ele no âmbito da História dos Tribunais do Brasil.

A elaboração de um catálogo de seus documentos históricos iria promover mais amplamente a escrita de sua história, facilitando futuras pesquisas a respeito, igualando-o a outros Tribunais Estaduais que já a promoveram. De outro lado, a implementação, doravante, de uma política de preservação como garantia da preciosa documentação pode tornar-se uma bandeira das próximas Mesas Diretoras. É o nosso desejo.

Queremos agradecer às bolsistas Marisa Rodrigues de Oliveira e Mara Luiza Barros Pita Rocha que colaboraram no levantamento dos dados e transcrição das entrevistas. Agradecer, ainda, aos Conselheiros depoentes pela atenção, ao Dr. Marcelo Gramoline Bianchini, às Jornalistas Marina Spinelli e Alice Matos pela confiança de ter depositado em nossas mãos os arquivos do TCE para o trabalho da pesquisa, e aos servidores do TCE: Marcos José da Silva, Lázaro da Cunha Amorim, Karine Emanuelle Campos Muzzi, Oziel Martins da Silva Carneiro, Doriane de Abreu Miloch, Priscila Badre Teixeira, Soraia Vicuña Souza Nunes, Miguel Augusto de Arruda e Silva e Benedito Rufino Costa Arruda (Ditão), e em especial Flávia Regina Alves Monteiro (in memorian), com quem convivemos no ano de 2003 quando ela exerceu a função de Coordenadora da Escola de Contas do TCE e assessora de Cassyra Lúcia Corrêa Barros Vuolo, à época Diretora-Geral do TCE, às quais agradecemos, e que em nenhum momento nos negaram ajuda. Queremos agradecer a prof<sup>a</sup> Maria Benício Rodrigues, pelo trabalho de Consultoria e preciosas sugestões feitas ao longo dos capítulos. Agradecemos também a prof<sup>a</sup> Elizabeth Madureira Siqueira pela colaboração recebida. Parabenizar ao TCE-MT pela iniciativa da feitura deste livro<sup>4</sup>, por tratar-se de escrita metodológica pioneira sobre a história das instituições no Estado de Mato Grosso.

As autoras.

---

<sup>4</sup> Todos os direitos autorais referentes a esta obra serão creditados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, cabendo a ele referenciar neste trabalho, assim como em toda publicação da escrita que porventura venha a ocorrer nos próximos anos, os nomes das pesquisadoras, como garantia de sua contribuição intelectual, no âmbito da historiografia mato-grossense.



---

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA:  
ORIGEM DAS CONTAS PÚBLICAS

---



*A fonte de autoridade do Tribunal não é o Legislativo. Quem a confere é a Constituição, em igualdade de condições com a dos três ramos de poder. O Legislativo não é superior hierárquico. Não lhe dá ordens... O Tribunal obedece tão somente à Constituição e às leis gozando, portanto, de integral autonomia... O Tribunal de Contas não é órgão auxiliar do Legislativo, em sentido restrito, mas um órgão autônomo situado entre os três poderes, com autoridade também, diretamente derivada da Constituição.*

# História dos Tribunais de Contas

As raízes dos Tribunais de Contas e o início de suas atividades podem ser localizados na Antiguidade Clássica, no interior da legislação romana e mesmo da legislação grega, bem como na prática de verificação das contas públicas naquelas sociedades.

Na Grécia Antiga, sociedade de inspiração democrática, a prática de avaliar as contas públicas já existia por meio de um mecanismo baseado no seu exame, mesmo que posterior, pelos cidadãos. Segundo Mário Pacini,

*Já se elegiam anualmente dez tesoureiros da Deusa Atenas – os hellenotomiai –, perante os quais todos quanto exerciam parcela da administração deveriam não só justificar os atos de sua gestão, mas prestar contas dos dinheiros recebidos. A publicidade dessas contas era garantida pela gravação em pedra, de forma a permitir perene exame dos cidadãos.<sup>5</sup>*

Neste sistema, algumas irregularidades nas contas públicas foram verificadas, como a que teria envolvido Temístocles, que infringiu os hábitos de moderação na administração das contas públicas e teve de exilar-se em território inimigo, apesar de ter garantido a independência dos gregos na batalha de Salamina.

Durante a Idade Média o controle das finanças públicas merece atenção especial dos estudiosos, pois nesse período foram desenvolvidos traços marcantes que seriam atribuídos mais tarde aos Tribunais de Contas, enquanto instituição.

Ao longo dos tempos percebemos a razão de ser dos Tribunais de Contas, investidos da missão constitucional de resguardo da coisa pública e zelo do bem comum.

Nos países europeus a preocupação com as contas públicas se fez presente através de mecanismos que exerceram uma única função: a de controle dos gastos públicos. Segundo Célio Debes, foi com essa conotação que foi criada em Portugal, no século XIII, a Casa de Contos, primeiro órgão de ordenação e fiscalização das receitas e despesas de Estado, desdobrando-se, mais tarde, em Contos do Reino e Casa de Contos de Goa, à época das descobertas marítimas<sup>6</sup>. Já no início da segunda metade do século XVIII (1761), o então Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, na busca de reestruturação do

<sup>5</sup> PACINI, Mário. Aspectos históricos do desenvolvimento e aperfeiçoamento do controle externo das finanças públicas. *Revista do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro*, ano 7, n.12, nov. 1981.

<sup>6</sup> DEBES, Célio. *Tribunal de Contas : uma instituição*. Ed. Comemorativa do Centenário da Criação do Tribunal de Contas do Brasil. São Paulo, 1990, p. 19.

Estado Português, adotou como uma das medidas a extinção dos Contos do Reino e Casa, instituindo o Erário Régio, com a criação do cargo de tesoureiro real, visando à garantia do estabelecimento de instrumentos fortalecedores do poderio metropolitano português. Assim, de 1761 a 1844, duas Instituições sucederam à Casa dos Contos: o Erário Régio e o Tribunal do Tesouro Público. Somente no ano de 1849 é que foi criado o Tribunal de Contas de Portugal, sendo nele introduzidas, mediante aprovação do Regulamento Geral da Contabilidade Pública de 1863, funções ainda presentes de forma geral nos Tribunais de Contas, a exemplo do visto prévio da despesa.

No que diz respeito à Colônia na América, consta que em 1680, jurisdicionadas em Portugal, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, para o exercício do controle da arrecadação e dos gastos na Colônia, pelo Estado Português. O processo de reestruturação do Estado lusitano, por Pombal, em 1761, levou à criação dos Conselhos de Fazenda, com as mesmas atribuições das Juntas anteriormente existentes.

Pode-se afirmar, portanto, que as raízes dos Tribunais de Contas encontram-se efetivamente no processo de controle do orçamento público, que, com a complexidade atingida pelas sociedades, irá exigir a criação de mecanismos e ou instituições específicas para esse fim.

Quanto à origem do orçamento público, afirma Giacomoni que, segundo o entendimento dos especialistas, é na Inglaterra do século XIII que se encontra o seu embrião, quando em 1217 o Rei João Sem Terra, ao outorgar a Carta Magna daquele país, faz constar em seu artigo 12 que,

*Nenhum tributo ou auxílio será instituído no reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante.<sup>7</sup>*

Conforme o autor citado, a consolidação do processo de contabilização dos fundos públicos, entretanto, só irá ocorrer, naquele país, a partir de 1822, com a apresentação, ao Parlamento, da receita e da despesa de cada exercício.

Na França, a participação do Parlamento – Assembléia Nacional – no processo orçamentário irá ocorrer no período da Restauração, em 1815, com a decretação da “lei financeira anual”, mesmo que ainda sem exercer o controle do “detalhamento das dotações”. Até 1831, porém, o Parlamento terá o completo controle do processo orçamentário. É neste sistema, segundo Giacomoni (citando Burkhead), que se encontram algumas normas básicas ainda hoje aceitas como fundamentais ao entendimento do orçamento público. São elas:

- a) a anualidade do orçamento;*
- b) a votação do orçamento antes do início do exercício;*
- c) o orçamento deve conter todas as previsões financeiras para o exercício (princípio da universalidade); e*

---

7 J. Burkhead, *apud* GIACOMONI, James. *Atlas*. 2.ed. São Paulo, p. 38.

*d) a não-vinculação de itens da receita a despesas específicas (princípio da não-afetação das receitas).*<sup>8</sup>

Nos Estados Unidos da América do Norte, as finanças do governo passaram a ser controladas a partir de 1802, quando a Câmara dos Representantes designou uma “Comissão de Meios e Recursos” para exercer esse fim. A partir de 1865, outras Comissões apareceram com a “autoridade sobre créditos de despesas”, possibilitando corrupções e gerando desconfiança sobre o sistema norte-americano de planejamento e controle orçamentário. Só no início do século XX (1912) é que o Presidente Taft sugere ao Congresso,

*(...) um Plano em que o Presidente e o Congresso possam cooperar – o primeiro, apresentando ao Congresso e ao país um programa administrativo de trabalho claramente expresso, para ser cumprido; o segundo, dando ao Presidente uma lei que lhe caberá cumprir.*<sup>9</sup>

Esta sugestão estimulou experiências inovadoras, e, entre 1913-1915, uma nova concepção técnica passou a dominar as reformas orçamentárias: o “orçamento de desempenho”, que tinha por objetivo *melhor distribuir as competências do Legislativo e Executivo nas diversas fases do processo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e controle*.<sup>10</sup>

Na década de 70, uma nova linha de inovação orçamentária surgiu no planejamento público norte-americano. Desta feita é o “orçamento base zero”, concebido como um “método de Controle e Avaliação dos custos indiretos” que vinha sendo utilizado pelas empresas privadas. Em 1974 ocorre, porém, a aprovação da “Lei de Orçamento e Retenção de Recursos do Congresso”, dando a este maior participação no processo orçamentário, reduzindo o poder do Presidente da República sobre o processo global do orçamento.

No Brasil, o processo de organização das finanças públicas se deu com a abertura dos portos em 1808, quando da vinda de D. João VI, impondo o “disciplinamento na cobrança dos tributos aduaneiros”. Para isso, foram criados o Erário Público (tesouro) e o Regime de Contabilidade.

Porém, apenas a partir da Independência do Brasil, até então Colônia portuguesa na América, e da promulgação da Constituição Monárquica de 1824 é que foi determinada a criação de um Tribunal, denominado Tesouro Nacional, com o objetivo de fiscalização financeira do Estado, ainda em formação. Esse órgão, na realidade, não se revestia de caráter controlador, mas sim de arrecadador e contabilizador dos gastos públicos.

Na primeira Constituição brasileira, datada de 1824, portanto, aparecem as primeiras exigências às Instituições Imperiais, de elaboração de orçamentos formais. O artigo 172 estabelecia que:

---

<sup>8</sup> J. Burkhead, *apud* GIACOMONI, James. *Atlas*, 2. ed., São Paulo, p. 40-41.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 43.

*O Ministro de Estado da Fazenda havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas das suas repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições e rendas públicas.*<sup>11</sup>

A Constituição de 1824 distribuía, ainda, as competências dos poderes imperiais no que concerne ao tributo e ao orçamento.

- a) ao Executivo competia a elaboração da proposta orçamentária;*
- b) à Assembléia Geral (Câmara dos Deputados e Senado) a aprovação da lei orçamentária e*
- c) à Câmara dos Deputados a iniciativa das leis sobre impostos.*<sup>12</sup>

O estabelecido, porém, na Carta Magna Imperial encontrou dificuldades para a sua implementação pela deficiência na arrecadação nas províncias e pelas dificuldades de comunicação, dentre outros fatores.

A preocupação com a “fiscalização da execução do orçamento” consta, mesmo que de forma vaga, em seu artigo 37, ao determinar que *também participarão na Câmara dos Deputados: 1º - O exame da administração passada, e a reforma dos abusos nela introduzidos.*<sup>13</sup>

Dez anos após a Lei de 12.08.1834, que emendou a Carta Imperial, foram definidas as competências das Assembléias Legislativas Provinciais no que concerne: *a) à fixação das despesas municipais e provinciais, bem como os impostos necessários para atender a tais encargos, e b) à repartição das rendas entre os municípios e a fiscalização do emprego das mesmas.*<sup>14</sup>

Ao longo do período imperial, ao que consta, as muitas propostas elaboradas pelos deputados e veiculadas nos relatórios de Ministros ocorreram no sentido de demonstrar a importância da introdução, no aparato do Estado institucional, de um órgão que examinasse, as despesas ordenadas pelos ministérios, fornecendo ao Parlamento base segura para exercer fiscalização da aplicação do dinheiro público. No entanto, as alternâncias partidárias no poder dificultaram, neste período, a possibilidade efetiva de criação ou adoção de uma cômputo ou sistema de controle externo com o objetivo de verificação destas. Por outro lado, significativas mudanças ocorridas na sociedade escravista brasileira, na segunda metade do século XIX, tais como críticas ao regime escravista, desenvolvimento dos centros urbanos, investimentos estrangeiros, a exemplo do capital inglês, e movimento abolicionista, dentre outros fatores, propiciaram o esfacelamento da Monarquia e a instalação da República. Foi só com a queda do Império e as reformas implementadas pelo novo regime político que se tornou realidade a criação do Tribunal de Contas no Brasil.

Na Constituição de 1891 foram alteradas as competências no que concerne ao orçamento. A sua

---

<sup>11</sup> GIACOMONI, James. *Atlas*, 2.ed. São Paulo, p. 46.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 47.

elaboração ficou a cargo do Congresso Nacional, com função privativa deste processo, bem como a tomada de contas do Executivo. Foi neste momento que surgiu efetivamente o Tribunal de Contas, instituído pela Carta Magna, com a função de auxiliar o Congresso no controle das contas públicas. No sentido de viabilizar o dispositivo Constitucional, o Congresso decidiu que a Câmara dos Deputados passaria a elaborar o orçamento. De acordo com Arizio Vianna, entretanto, a iniciativa para a elaboração do orçamento *sempre partiu do Gabinete do Ministro da Fazenda que, mediante entendimentos reservados e extra-oficiais, orientava a comissão parlamentar de finanças na confecção da lei orçamentária*<sup>15</sup>

Esta afirmação revela que, apesar da determinação constitucional de verificação externa das contas públicas, continuou sob o controle do Executivo a elaboração da lei orçamentária.

A primeira Constituição republicana representou, porém, um avanço significativo no controle das contas públicas, ao instituir um órgão específico para o auxílio do Congresso para esse fim, visando dar legitimidade ao desempenho orçamentário da Nação.

A instituição do Tribunal de Contas da União ocorreu, com a promulgação do Decreto nº 966-A, datado de 7 de novembro de 1890, durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e sob as incessantes intervenções de Ruy Barbosa, então provisoriamente como Ministro da Fazenda. Posteriormente, a Constituição de 1891 consagrou o Tribunal de Contas no seu artigo nº 89, atribuindo-lhe *status* constitucional, prescrevendo sobre a necessidade de se instituir com a função de avaliar a receita e despesas das contas a serem apresentadas ao Congresso Nacional. Dois anos depois, em 1893, este órgão foi efetivamente constituído e instalado, por intermédio do então Ministro da Fazenda, Inocêncio Serzedello Correia.

Com o advento do regime republicano, surge o princípio de responsabilidade do Chefe de Estado, incidindo plenamente sobre a aplicação e destinação dos valores, bens e dinheiro públicos, adotados no país. Conforme afirmação de Oliveira Araújo, apenas com o advento da *República, o Estado Brasileiro veio a incorporar, na sua estrutura, um Tribunal responsável pela verificação e pelo julgamento das contas dos responsáveis pelos bens e dinheiros públicos do país*.<sup>16</sup>

De acordo com o Decreto nº 966-A, citado acima, que delineou as atribuições e papéis da nova instituição, o Tribunal de Contas seria, portanto:

*O corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças que pudesse exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil.*<sup>17</sup>

O Tribunal de Contas passa a se inserir e exercer funções semelhantes também nas esferas dos

<sup>15</sup> VIANNA, Arizio de. *Orçamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro : Financeiras, 1950, *apud* GIACOMONI, James. *Atlas*, p. 47.

<sup>16</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira; SOARES, Geraldo Ramos. *Caminhos de contas. A história do Tribunal de Contas do Estado da Bahia*. Salvador: Centro Administrativo da Bahia, 2002, p. 40.

<sup>17</sup> GOMES, Adhemar Martins Bento. *A trajetória dos Tribunais de Contas. Estudos sobre a evolução do controle externo da administração pública*. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2002, p. 18.

Estados, que passam, gradativamente, a adotar o mesmo sistema de fiscalização financeira e orçamentária firmado a partir da análise de custos e benefícios, até então, utilizado apenas pela União.

O primeiro Estado a implementar o Tribunal de Contas foi o Piauí, em 1890, imediatamente após a criação do Tribunal de Contas da União, pelo então Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Ruy Barbosa. O Tribunal de Contas piauiense tinha como principais funções, a princípio, fiscalizar a administração financeira e funcionar como um Tribunal de Justiça. Só com as Constituições Federal de 1891 e Estadual, suas competências são ampliadas no sentido do controle externo da gestão pública.

No Estado da Bahia, por exemplo, a implantação do Tribunal de Contas do Estado ocorreu no ano de 1915, como decorrência da Lei nº 1.120, de 21 de agosto de 1915, sancionada pelo então Governador baiano José Joaquim Seabra, cujo mandato durou até o ano de 1942. Esse Tribunal foi, no entanto, extinto pelo interventor do Estado da Bahia durante o Governo Vargas, vindo a ser restabelecido apenas em 1949, através da Lei de nº 158.

O Tribunal de Contas da Bahia tem sua origem, entretanto, no “Tribunal de Conflitos e Administração” instituído em 1891 pela Constituição Baiana, sendo composto por dois representantes do Judiciário, dois do Legislativo (um do Senado e outro da Câmara) e um do Executivo, e tendo por função dirimir conflitos entre os três Poderes e exercer a fiscalização financeira do Estado e dos municípios. O Tribunal de Contas, criado em 1915, composto por cinco membros vitalícios, aprovados pelo Senado, substituiu o Tribunal de Conflitos e Administração.

Os Tribunais de Contas têm como principal missão a avaliação dos resultados em razão dos recursos despendidos, assim como dos benefícios colhidos pela comunidade, missão, portanto, muito mais dinâmica do que a mera revisão do controle contábil, além de reconhecida função pedagógica voltada para a orientação de administradores dos recursos públicos.

Neste mesmo entendimento, Daniel Franco, ex-Ministro de Estado, e parlamentar, na década de 70, ainda defendia que não se deve amarrar a idéia de Tomada de Contas a um conceito,

*(...) puramente disciplinar e legalista (...). Em verdade, a grande finalidade da tomada de contas é a de avaliar os resultados da ação governamental e, dessa avaliação, extrair orientação para o futuro. Os aspectos legais e financeiros são parcela importante dessa avaliação, mas não são tudo: há nela muito mais.<sup>18</sup>*

A fiscalização e o controle externo das atividades administrativas no setor público vinculam-se, portanto, à necessidade de avaliação da aplicação do dinheiro público, além da probidade administrativa, eficiência da gestão financeira das entidades e dos agentes públicos, assim como a aferição dos resultados da Administração:

*A ação fiscalizadora das finanças públicas é a vigilância exercida sobre a atividade financeira*

---

<sup>18</sup> PACINI, Mário. Aspectos históricos do desenvolvimento e aperfeiçoamento do controle externo das finanças públicas. *Revista do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro*, ano 7, n. 12, nov. 1981.



*do Estado, para verificar a sua legalidade, examinar a conveniência dos meios empregados e auxiliar nos resultados obtidos.*<sup>19</sup>

Nas primeiras décadas do século XX não ocorreram, no Brasil, mudanças significativas na organização das finanças públicas, uma vez que a economia nacional mantinha um caráter agro-exportador e a sua incipiente industrialização não impunha transformações neste setor.

Na década de 1920, com o avanço da industrialização e diante das grandes mobilizações sociais responsáveis pela maior complexidade dos setores urbanos, exigindo melhor atuação do setor público, o Congresso Nacional aprovou o “Código de Contabilidade da União” possibilitando melhor ordenamento técnico de todos os *procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis, patrimoniais, etc...*<sup>20</sup>, que já haviam sido instituídos na Constituição de 1891, mas não regulamentados. O artigo 13 do Código determinava que: *O governo enviará à Câmara dos Deputados, até 31 de maio de cada ano, a proposta de fixação da despesa, como o cálculo da receita geral da República, para servir de base à iniciativa da Lei de Orçamento.*<sup>21</sup>

O Código formaliza a ação do Executivo em fornecer ao Legislativo informações necessárias à elaboração da Lei Orçamentária.

A modernização do aparelho de Estado pós-revolução de 1930, com a conseqüente centralização da maioria das funções públicas no Governo Federal, foi expressa na Constituição de 1934, que atribui ao Presidente da República competência para elaborar a proposta orçamentária, e ao Legislativo o julgamento e a votação desta, contando com o apoio do Tribunal de Contas. Assim, o Tribunal de Contas foi mantido na Constituição de 16 de junho de 1934, numa retomada da plenitude de suas funções. Nesta Constituição são atribuídos a ele o acompanhamento da execução orçamentária, o registro prévio das despesas e contratos, a apresentação de parecer prévio sobre as contas do Presidente da República, encaminhamento, à Câmara dos Deputados, do registro prévio das despesas e dos contratos, e o julgamento das contas dos responsáveis por bens e dinheiro público.<sup>22</sup>

Nem mesmo com o golpe de 1937 os detentores do poder conseguiram eliminar o Tribunal de Contas, mas, pelo contrário, este foi confirmado no artigo 114, da Carta outorgada de 19 de novembro do mesmo ano, quando as contas passaram a ser objeto de Parecer – Relatório e aprovadas por Decreto-Lei. Todas as atribuições do Tribunal foram mantidas na Carta de 1937, à exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais.

Na mesma Constituição, com a implantação do Estado Novo, a questão orçamentária ficou a cargo do Departamento Administrativo ligado diretamente ao Presidente da República, permanecendo a competência da Câmara dos Deputados. Porém, foi criado o Conselho Federal<sup>23</sup>, que teria também a atribuição de

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>20</sup> GIACOMONI, James. *Atlas*. 2. ed. São Paulo, p. 47.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>22</sup> Texto em xerox. *Jornal Notícias*.

<sup>23</sup> “Uma espécie de Senado com membros nomeados pelo Presidente da República” GIACOMONI, *Ibidem*, p. 48.

votar a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo. Segundo James Giacomoni, esta determinação constitucional nunca funcionou.

A Consolidação do Estado Novo levou a que, em 1939, o regime ditatorial determinasse que cada Estado deveria criar um Departamento Administrativo, também com membros nomeados pelo Presidente da República, para *aprovar* (grifo nosso) as propostas orçamentárias do Executivo e fiscalizar a sua execução. Em 1943, esse Departamento foi transformado em Conselho Consultivo, com as mesmas funções.

Com a democratização do país, em 1946, o Legislativo retomou o seu papel de co-partícipe da elaboração da proposta orçamentária, à medida que podia apresentar emendas à proposta enviada pelo Executivo. Além disto, a Constituição de 1946 evidenciou com maior objetividade o papel do Tribunal de Contas nesse processo, ampliando sua competência com o julgamento das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Assim, com a promulgação dessa Carta Magna, decorrente da restauração do regime democrático, os parâmetros fixados e as atribuições do Tribunal foram ampliados, a exemplo da emissão de parecer prévio a respeito das contas anuais do Presidente da República. A reorganização do Tribunal de Contas veio a ocorrer mediante a Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, declarando-o: “órgão auxiliar do poder Legislativo na fiscalização da administração financeira da União, especialmente na execução do orçamento”.<sup>24</sup>

No tocante à sua estrutura, o Tribunal passou a ser composto por nove Ministros, tendo em sua organização auditores, Ministério Público e Secretaria. Internamente passou a ser subdividido em duas Câmaras, cabendo ao Tribunal Pleno, em última instância, as decisões provenientes de recursos. Cabia aos Tribunais a faculdade de elaborar o regimento interno, assim como determinar sua organização administrativa. Quanto à forma de ingresso no Tribunal, foi estabelecida a exigência de concurso público de provas e títulos, entre brasileiros, bacharéis em Direito, sendo as vagas restantes preenchidas por funcionários da Secretaria do Tribunal, também mediante concurso de provas e títulos. Por sua vez, manteve-se o Ministério Público, representado por um procurador e por um adjunto de procurador, devendo ambos ser brasileiros, com pelo menos cinco anos de serviço de magistratura ou Ministério Público.

Neste sentido, os Estados brasileiros, influenciados pelo novo momento de reorganização do país, que incluía a retomada administrativa de gerenciamento das contas públicas, passaram a empenhar-se em instituir seus respectivos Tribunais de Contas. Em São Paulo, após longas décadas de debates parlamentares, o Decreto-Lei nº 16.690, de 7 de janeiro de 1947, instituiu o Tribunal de Contas naquele Estado. Mais tarde seria criado o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, numa demonstração da sintonia deste Estado em relação ao que ocorria no restante do país.

O equilíbrio estabelecido entre os poderes, próprio dos regimes democráticos, foi perdido com o golpe militar de 1964, quando se instaurou, de novo, o regime ditatorial no país. A Carta promulgada em 24 de janeiro de 1967 introduziu alterações profundas no sistema de elaboração e fiscalização dos gastos públicos, representando um momento de diferenciação no sistema de fiscalização orçamentária e financeira. Novamente o autoritarismo impunha mudanças ao processo, estendendo aos Estados novas regras para

---

<sup>24</sup> DEBES, Célio. *Tribunal de Contas : uma instituição*. Ed. Comemorativa do Centenário de Criação do Tribunal de Contas do Brasil, São Paulo, 1990, p. 29.

a elaboração do orçamento e retirando do Legislativo a prerrogativa de apresentar leis ou emendas que criassem ou aumentassem as despesas. O artigo 67 da mesma Constituição preconizava que:

*É de competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias; e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.*<sup>25</sup>

E no seu parágrafo 2º firmava ainda que *não serão objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo* <sup>26</sup>, cabendo, portanto, ao Legislativo, apenas a aprovação do projeto de lei encaminhado pelo Executivo.

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que ratificou a Constituição de 1967, manteve o espírito desta Constituição ao positivar a retirada de competência do Tribunal para o exame e julgamento prévios de atos e contratos geradores de despesas, mantendo a sua competência para apontar falhas e irregularidades a serem sanadas, objeto de representação junto ao Congresso Nacional. Em relação às aposentadorias, reformas e pensões, foi-lhe retirada a competência de julgamento de legalidade, mas mantida a apreciação da legalidade para fins de registro. Por outro lado, ampliaram-se as atribuições do Tribunal no que diz respeito às auditorias financeira e orçamentária sobre as contas dos três poderes da União, e instituindo os sistemas de controle externo e interno. O primeiro a cargo do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas e o controle interno sobre o exercício do Executivo, visando a criar condições para sua melhor eficiência.<sup>27</sup>

Assim, no contexto de um governo militar, o Tribunal de Contas continuou exercendo suas funções, mesmo com algumas restrições. A manutenção da atuação do Tribunal decorreu da sua importância firmada nos inúmeros estudos e tentativas do Congresso Nacional, dos técnicos em Contabilidade Pública, de estudos realizados por instituições de pesquisa como a Fundação Getúlio Vargas, que desde a década de 1930 buscava a adoção de um orçamento padrão para os três níveis de governo, fortalecendo as funções técnicas dos Tribunais de Contas enquanto controle externo do orçamento público.

A Lei nº 4320, de 17.03.1964, comprometida com a padronização dos procedimentos orçamentários para os três níveis de Governo, através da adoção do Orçamento-programa, já expressava a concepção do Planejamento como ato racional da administração pública, entendimento que será mantido no Decreto Lei nº 200, de 25.02.1967:

*Define o Planejamento como um dos princípios fundamentais de orientação às atividades da administração federal, sendo o Orçamento-programa anual entendido como um de seus*

---

<sup>25</sup> GIACOMONI, James. *Atlas*, 2. ed. São Paulo, p. 49.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>27</sup> Texto em xerox. *Jornal A Notícia*.

*instrumentos básicos, ao lado do Plano Geral de Governo, dos Programas Gerais, Setoriais e Regionais de duração Plurianual e da Programação Financeira de Desembolso.*<sup>28</sup>

Nesse período, entretanto, surgem duas correntes de opiniões irreconciliáveis: uma delas defendendo o registro prévio das despesas públicas, que, então, somente poderiam ser pagas após o seu registro pelo Tribunal de Contas; a outra se propunha que suas funções voltassem para o desempenho de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos três poderes e inspeções consideradas necessárias.

A nova ordem política instaurada no país fundamentou-se, principalmente, na supressão do Instituto do registro prévio e adotou a orientação de verificação posterior dos gastos públicos, gerando, assim, a necessidade de maior dedicação do Tribunal aos processos relacionados a pagamentos e contas em geral e impondo a criação de um novo processo de verificação *In loco*:

*Para as demais repartições ou atividades do Governo bastam às diligências, inspeções, vistorias, auditorias periódicas, mas freqüentes e inesperadas. O desconhecimento da hora do exame e do seu rigor obriga o responsável a estar sempre alerta, com o seu serviço orçamentário-financeiro em dia e em perfeita ordem, para não ser apanhado em falta.*<sup>29</sup>

Passou-se a se considerar que o controle *post factum* não obteria resultados favoráveis, uma vez que serviria apenas para sancionar o correto ou acusar e punir irregularidades já praticadas, não prevenindo nem impedindo a ocorrência de ilegalidades, fraudes ou abusos nas contas públicas.

Por sua vez, a fiscalização preventiva partiria do pressuposto da irregularidade como norma ou prática cotidiana, exigindo do órgão fiscalizador a designação de fiscais que pudessem atuar junto aos órgãos públicos, deixando o controle de ser prévio para ser concomitante. Tornava-se inegável a necessidade de processos de controle externos sobre todas as atividades financeiras do Estado, alcançando todos os órgãos que arrecadavam, guardavam ou aplicavam fundos públicos.

A emenda à Constituição de 24 de janeiro de 1967, outorgada pela Junta Militar em 17 de outubro de 1969, manteve, portanto, as normas reguladoras atinentes à fiscalização orçamentária e financeira, com algumas alterações e inovações, mas a Constituição Cidadã de 1988 veio ampliar competência e a Jurisdição do Tribunal de Contas da União no exercício de sua função de auxiliar do Congresso Nacional:

*Exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e da Administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas.*<sup>30</sup>

28 GIACOMONI, James. *Atlas*, 2. ed. São Paulo, p. 55-56.

29 GOMES, Adhemar Martins Bento. *A trajetória dos Tribunais de Contas. Estudos sobre a evolução do controle externo da administração pública*. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia, 2002, p. 33.

30 Texto em xerox. *Jornal Notícias*.

Nos Estados foi estabelecida a obrigatoriedade de se seguir o modelo federal quanto às normas de fiscalização orçamentária e financeira ditadas por aquela Constituição.

Sobre essa questão, José Afonso da Silva afirma:

*A Constituição de 1967 e suas alterações posteriores diminuiram substancialmente as prerrogativas do Tribunal, mas a Constituição de 1988 o eleva possivelmente mais além do que fora sob a égide da Constituição de 1946, especialmente porque dera ao poder Legislativo maiores atribuições.*<sup>31</sup>

Neste aspecto, levando em conta a afirmativa acima referida e observando que as Cortes de Contas sempre seguem as posições do Poder Legislativo, o referido autor continua em suas reflexões afirmando que quando este é sufocado pelo autoritarismo ou pela perda de atribuições básicas, aquelas, as Cortes de Contas, sofrem as consequências em grau mais profundo. E ainda que o princípio da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, só tem eficácia de princípio do Estado Democrático, enquanto as demais instituições de apuração dessas contas gozarem de autonomia e prestígio para o cumprimento dessa missão, do contrário, tudo não passará de mero exercício de formalidades vazias de resultados práticos.

No tocante aos Tribunais de Contas estaduais e municipais, importa dizer que a referida Constituição previu a criação de Tribunais de Contas nos Estados através dos artigos 31 e 75, estatuinto que cada Constituição de Estado disporia sobre o respectivo Tribunal de Contas, integrado de sete Conselheiros, independentemente do número de habitantes de cada qual. Por sua vez, no município, a fiscalização mediante controle externo seria exercida pela Câmara Municipal e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, auxiliado pelo Tribunal de Contas estadual. Devemos ressaltar que os Tribunais de Contas estaduais e municipais e os Conselhos de Contas Municipais encontram nos artigos 70 a 74 da Constituição de 1988 as normas estabelecidas quanto à sua organização, composição e fiscalização, tal qual são aplicadas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Por fim, podemos atentar ainda para fato de que o Tribunal de Contas é um órgão técnico e não jurisdicional, pois julgar contas ou legalidade de atos, para registros, é manifestamente atribuição de caráter técnico.

Dá tratar-se de um organismo especializado, com independência do Poder Executivo, investido de atribuições específicas estabelecidas na Constituição Federal, de modo que se garanta a necessária imparcialidade no âmbito do controle externo, não somente para aprovar, mas também para vigiar a execução do plano prospectivo de ingressos e gastos na satisfação das necessidades públicas e regulação econômica e social da atividade financeira do país.

---

<sup>31</sup> SILVA, Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo : Malheiros, 1998, p. 718.



---

CAPÍTULO 2

O TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE MATO GROSSO:  
CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO

---



*Isso é bem um indício seguro de que os ilustres membros desta Casa julgam apenas com os olhos fitos na Lei, sem quaisquer considerações de ordem política, e de que nessa atitude permanecerão, reta e invariavelmente, sejam quais forem as mutações que se operarem ou as conjunturas que surgirem no panorama político do Estado, ou do país. Bem sei da responsabilidade imensa que neste momento assumo.*

Lenine de Campos Póvoas, 1957.



## Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: criação e instalação

No Estado de Mato Grosso, a necessidade da criação de um Tribunal de Contas voltado para a fiscalização orçamentária e financeira, aos moldes do que ocorria em outras unidades da Federação, já havia aflorado durante os trabalhos preliminares dos constituintes de 1947, ano em que foi promulgada a nova Constituição do Estado, resultante do movimento gerador da Constituição Federal de 1946. Todavia, não foi ela concretizada em nenhuma emenda ao texto Constitucional. Por medida de economia e por consenso entre os constituintes, foi buscada uma alternativa, criando-se dentro do próprio Poder Legislativo uma Comissão Especial, denominada de *Comissão Legislativa*. Passaria ela a ser encarregada de examinar a legalidade de contratos, despesas, contas e demais atos da administração estadual, efetuando assim a fiscalização orçamentária e financeira do Estado.

Na prática, entretanto, esse sistema não deu resultado positivo, seja pelo desaparelhamento do órgão, pela dificuldade de suas reuniões ou até mesmo pelo inevitável reflexo interno das inclinações partidárias de seus membros que se manifestavam no plenário da Assembléia. As funções atribuídas a esse órgão foram a de representação da Assembléia durante o seu recesso e as que normalmente se atribuíam aos Tribunais de Contas, na época, a fiscalização que se exercia sobre os atos da administração pública.

A Lei Federal nº 830, de 23 de setembro de 1949, entretanto, como mencionado no capítulo I, já havia declarado os Tribunais de Contas *como órgãos auxiliares do Poder Legislativo na fiscalização da administração financeira da União, especialmente na execução do orçamento*.<sup>32</sup>

Diante das dificuldades encontradas pela Comissão instituída em 1947, para o exercício de funções atribuídas aos Tribunais de Contas, convenceram-se, no entanto, os deputados mato-grossenses, da necessidade da criação de um Tribunal de Contas, exclusivamente dedicado a esse objetivo e imune às influências político-partidárias.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foi criado pela Lei Constitucional nº 2 de 31 de outubro de 1953, que reformava a Constituição, extinguindo a *Comissão Legislativa* e criando o Tribunal de Contas do Estado, nos termos precisos do artigo 24:

---

32 DEBES, Célio. *Tribunal de Contas : uma instituição*. Ed. Comemorativa do Centenário de Criação do Tribunal de Contas do Brasil, São Paulo, 1990, p. 29.

*Haverá, com sede na Capital do Estado, e Jurisdição em todo território estadual, um Tribunal de Contas, destinado a fiscalizar a administração financeira do Estado, e, especialmente, a execução orçamentária.*

O parágrafo nº 4 do artigo supramencionado rezava: *Ficam transferidas para Tribunal de Contas todas atribuições anteriormente pertencentes à Comissão Legislativa da Assembléia a que lhe foram deferidas pela Lei nº 5 de 14 de Agosto de 1947.*

A votação dessa proposta de emenda constitucional ocorreu na sessão plenária do dia 28 de outubro de 1953, da Assembléia Legislativa do Estado, presidida pelo Deputado Benedicto Vaz de Figueiredo. Entretanto, sucessivas e demoradas reuniões aconteceram, em dias anteriores, em razão da importância e complexidade da medida, assim como pela questão política envolvendo as duas bancadas majoritárias com assento no parlamento mato-grossense: UDN – situação, com o Governador Fernando Corrêa da Costa, PSD – oposição, contrária à aprovação da Emenda. O quórum qualificado de 2/3, para aprovação, exigia composição política, posto que, somente a bancada udenista não detinha maioria.

Nos anais da Casa consta que o Presidente, Deputado Benedicto Vaz de Figueiredo, UDN, advogado experiente, retratando o clima nervoso reinante no plenário, passou à Ordem do Dia, anunciando:

*a votação da emenda começará pela das acessórias, e só terminará com a inicial e se fará pelo processo nominal. (...), portanto, vamos iniciar com as subemendas correlatas ao Artigo 1.º da Proposta de Reforma". (...) Emenda de autoria do Deputado José Feliciano – UDN.*<sup>33</sup>

O Deputado José Monteiro – PSD, contrário à proposta, percebendo o equívoco em tempo, pediu a palavra pela ordem, indagando da Mesa o que iria votar, pois entendia que *Vossa Excelência deveria ter anunciado, em primeiro lugar, o artigo 1.º da Emenda Constitucional para depois apreciarmos as subemendas porque eu perguntaria, como ficariam essas subemendas se o Plenário não aprovasse os artigos originais?...*

O Deputado Clóvis Huguene, PSD, pela ordem, complementou seu colega de bancada, dizendo: *(...) entretanto sabemos que não é possível o carro andar antes dos bois,... muitas vezes, vamos aprovar a emenda e rejeitar o artigo*<sup>34</sup>.

O Presidente rendeu-se aos argumentos do PSD, e colocado em votação aberta o artigo da Emenda, dos 25 deputados, 18 responderam, SIM, e, 7 NÃO. Estava criado o Tribunal de Contas do Estado, que contou com o voto SIM de um deputado do PSD.<sup>35</sup>

Dos 25 Deputados Estaduais, Clóvis Huguene e Rachid. J. Mamed tomaram-se Conselheiros deste Tribunal. Outros seguiram trajetórias de vida diferentes.<sup>36</sup>

<sup>33</sup> Deputado Benedicto Vaz de Figueiredo. *Revista do TCE*, n.14.1980, p. 9.

<sup>34</sup> Deputado Clóvis Huguene. *Revista do TCE*, n.14, 1980, p. 9.

<sup>35</sup> Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. *Revista do TCE*, n.14, 1980, p. 9.

<sup>36</sup> Deputados estaduais: José Monteiro de Figueiredo – Dr. Zelito –, foi Vice-governador do Estado; José Feliciano e Pen Gomes foram deputados federais; Humberto Marcílio participou do Governo João Ponce de Arruda e dedicou-se ao magistério; Manoel Miraglia dedicou-se ao ramo empresarial; José Fragelli foi deputado federal, governador do Estado de Mato Grosso – 1971-1975, Senador da República e Presidente do Congresso Nacional.

Ordenava-se pela Lei nº 2 a criação do Tribunal, instalado a 2 de janeiro do ano seguinte, e para ele foram transferidas *todas as atribuições anteriormente pertencentes à Comissão Legislativa*, e que, no campo da fiscalização financeira, coincidiam com as dadas ao Tribunal de Contas da União.

Criado o Tribunal de Contas de Mato Grosso, expediu-se, em 11 de dezembro de 1953, a Lei nº 685, referente à sua organização. Segundo a Lei, compunha-se o Tribunal de Contas de três corpos: o Deliberativo, o Instrutivo e o Ministério Público, um Secretário, um Oficial Instrutivo, dois escrivães, um Contador e um Contínuo.

A instalação do Tribunal de Contas ocorreu no Palácio do Governo, sendo a cerimônia presidida pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa<sup>37</sup>, o qual nomeou e empossou os seus componentes, denominados, à época, Juízes.

O Tribunal teve como seus primeiros Juízes os senhores Benedicto Vaz de Figueiredo, Clóvis Corrêa Cardozo, Lenine de Campos Póvoas, Luís Felipe Sabóia Ribeiro e Rosário Congro<sup>38</sup>, e, representando o Ministério Público como Procurador-Geral, o Dr. Sebastião de Oliveira – Dr. Paraná. A nomeação destes foi efetivada pelo Governador do Estado de Mato Grosso em 31 de dezembro de 1953.

Após essa solene sessão acontecida no dia 2 de janeiro de 1954, no dia seguinte reuniram-se os membros do TCE em sua primeira sessão ordinária, durante a qual foram eleitos o Presidente e o Vice-presidente, Dr. Benedicto Vaz de Figueiredo e Rosário Congro, respectivamente. À convite da Diretoria, foi designado como secretário *ad-hoc*, o contador Aecim Tocantins, que futuramente seria o primeiro assessor técnico e Presidente do mesmo Tribunal.

A imagem de abertura do presente capítulo, é referente à fotografia tirada logo após a eleição da primeira Diretoria do Tribunal, mostrando o Presidente, o Juiz Benedicto Vaz de Figueiredo, à sua esquerda, o Dr. Sebastião de Oliveira, Procurador-Geral, o Juiz Rosário Congro, Vice-Presidente; e o Juiz Clóvis Corrêa Cardoso. À direita, os Juízes Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, Lenine de Campos Póvoas e o Prof. Aecim Tocantins, especialmente convidado para secretariar o Tribunal de Contas.<sup>39</sup>

Desde a sua composição inicial, coexistem no Tribunal o Corpo Deliberativo, o Corpo Instrutivo e o Ministério Público. O Corpo Deliberativo compreende o Tribunal Pleno propriamente dito, constituído por cinco membros, passando, em seguida, a sete. Os primeiros, investidos como Juízes, depois Ministros e, atualmente, Conselheiros, atuaram em sintonia com a estrutura da União, quanto ao provimento e jurisdição, com idênticas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos magistrados do Tribunal de Justiça Estadual.

<sup>37</sup> Fernando Corrêa da Costa, cuiabano, nascido em 29 de agosto de 1903, filho de Pedro Celestino e de Corina Corrêa da Costa. Político atuante nas décadas de 1950 e 1960, faleceu em 1987, aos 84 anos de idade, em Campo Grande-MS, onde morava. Eleito em 1950 e em 1963 como governador do Estado de Mato Grosso, foi senador por duas vezes. Dentre as várias iniciativas como governador na década de 1960, destacamos a criação do BEMAT – Banco do Estado de Mato Grosso, IPEMAT – Instituto de Previdência de Mato Grosso, COHAB – Companhia de Habitação de Mato Grosso e, dentre outras, a implementação de várias estruturas viabilizadoras do desenvolvimento econômico e social do Estado. In: *A Gazeta*, Cuiabá, 31 de agosto de 2003.

<sup>38</sup> Juiz Presidente fundador do TCE-MT. Ata. 2ª de 4 de janeiro de 1954.

<sup>39</sup> Imagem da eleição da primeira diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em 1954.

Ata da sessão de instalação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Nos dois dias do mês de janeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro, no salão nobre do Palácio Arcauto, presentes o Excmo. Sr. Dr. Fernando Costa da Costa, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, federais, estaduais e municipais, foi por S. Excia. o Sr. Governador do Estado instalado o Tribunal de Contas do Estado, criado pela Lei Constitucional n.º 2, de 31 de Outubro de 1953.

Seguiram aos Excmos. Srs. Benedito Vaz de Figueiredo, Clóvis Bonica, João de Campos, João Sabóia Ribeiro, Senão de Campos, Póoas e Rosário Bonza, nomeados por atos de 31 de dezembro próximo findo para exercerem, vitaliciamente, os cargos de Juizes do aludido Tribunal, foi pelo Sr. Governador do Estado deferido o compromisso legal e declarados empossados e as funções de Juizes do mesmo Tribunal.

Compromissados e empossados, recordaram os Excmos. Srs. Juizes em marcar para o dia quatro do corrente mês, às dez horas, na sede provisória, cedida pelo Excmo. Sr. Benedito da Cunha de Benedito e Julgamento, sito à rua Barão de Melgaco, n.º 415, uma sessão a fim de se proceder a eleição da mesa diretora dos trabalhos do Tribunal.

Do que, para constar, foi lavrada a presente ata que lida e aprovada, vai assinada pelos Excmos. Srs. Juizes.

Assinados  
Benedito de Figueiredo

João de Campos  
Clóvis Bonica  
João Sabóia Ribeiro

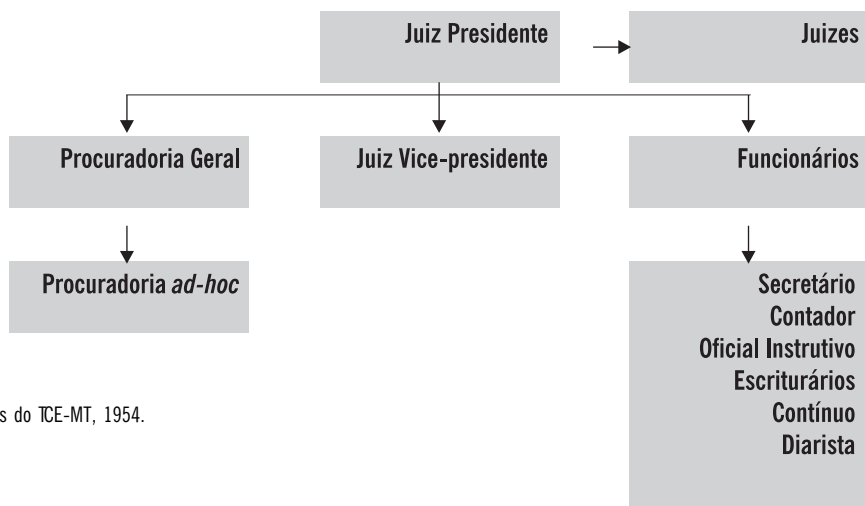


Primeiro registro após instalação e eleição da primeira mesa diretora do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Da esquerda para direita: Clóvis Corrêa Cardozo, Rosário Congro, Sebastião de Oliveira (Procurador-Geral), Benedicto Vaz de Figueiredo (Presidente), Aecim Tocantins (Secretário *Ad hoc*), Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e Lenine de Campos Póvoas. Janeiro/1954.  
FONTE: Arquivo particular da Sra. Cecília Cardozo viúva do Cons. Clóvis Corrêa Cardozo.

O Corpo Instrutivo, após inúmeras transformações em lei, é composto pelo quadro permanente dos servidores da Corte de Contas, executor das funções de Controle Externo na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos jurisdicionados.

O Ministério Público, inicialmente, foi representado junto ao Tribunal por um Procurador-Geral (Art. 2º, § 3º da Lei Estadual nº 685/53) nomeado em caráter efetivo dentre bacharéis em Direito de notável reputação e saber jurídico, com garantia e tratamento idênticos aos de Juízes do Tribunal de Contas (Art. 4º, § 1º). Pelos idos de 1969, foi criado o cargo de Subprocurador, nomeado na forma da Lei.

## ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE CONTAS Década de 1950



Fonte: Livros Atas do TCE-MT, 1954.

Inicialmente, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, não contando com dependências próprias, foi instalado em duas salas da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho do Estado de Mato Grosso, cedidas pelo então Juiz Dr. José Afonso de Lima Avelino, na Rua Barão de Melgaço, nº 445.

Posteriormente, funcionou, durante algum tempo, em prédio situado na Rua Batista das Neves s/nº, imóvel alugado do Sr. Benedito Nunes de Figueiredo, para, então, ser transferido para o 3º andar do Palácio Alencastro, onde passou a ter seus primeiros móveis e equipamentos.<sup>40</sup>

O Tribunal contava com apenas quatro funcionários para o exercício de todas as suas funções, a saber: Aecim Tocantins, Ana Maria Figueiredo, Carmosa Jaudy<sup>41</sup> e Dalva Leite Neves. Somente a partir de 11 de julho de 1955, Ana Maria de Figueiredo Corrêa (D. Galega) assumiu a Secretaria do TCE, sendo a quarta servidora a ocupar o cargo<sup>42</sup>. A partir de 1º de janeiro de 1958, o Tribunal passou a se constituir de sete Ministros, em virtude da Lei Constitucional nº 4, de 10 de dezembro de 1957, sendo que o provimento dos cargos criados somente ocorreu em 1960, ano em que foram nomeados, os Ministros Frederico Vaz de Figueiredo e Clóvis Huguency.



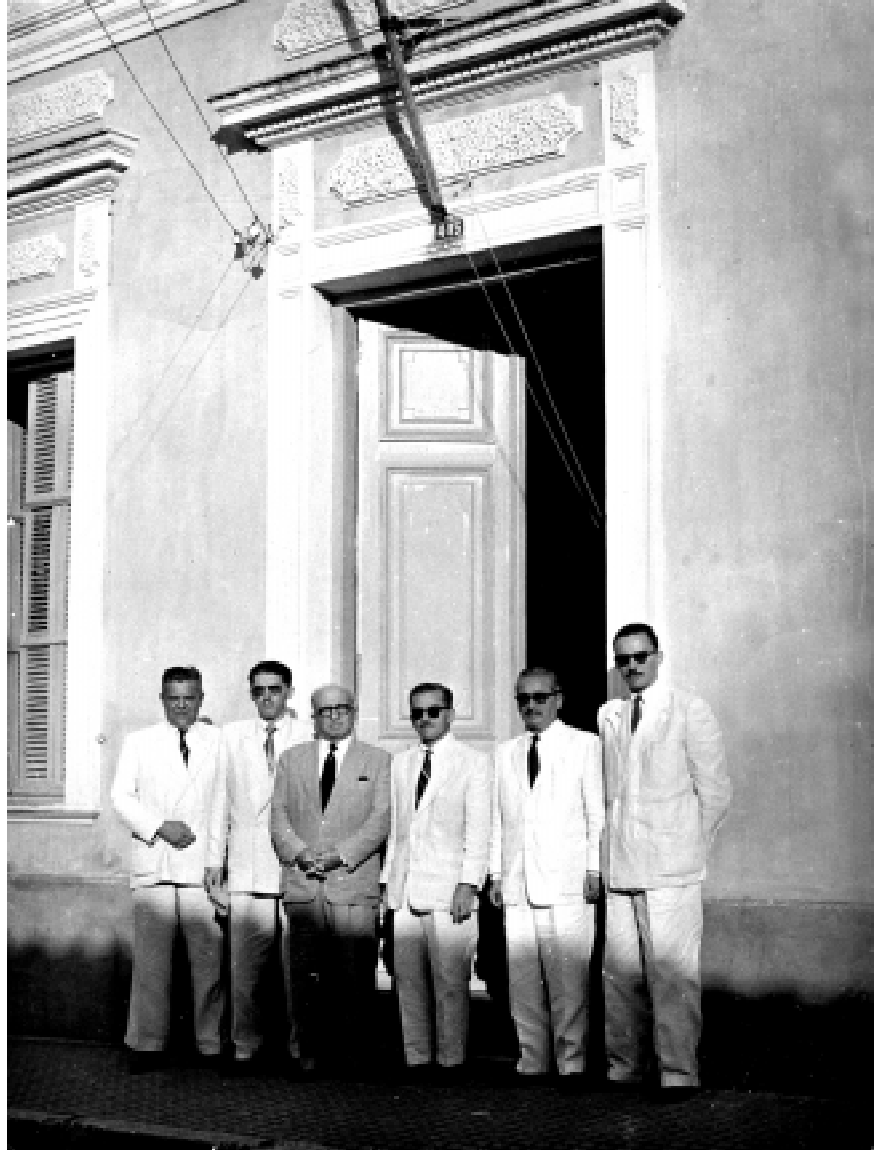
Sessão Solene – Palácio Alencastro.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>41</sup> 1ª Secretária do TCE em substituição ao Prof. Aecim Tocantins, que foi designado para exercer a função de Prefeito Municipal de Cuiabá.

<sup>42</sup> Ata nº 161. 11 de julho de 1955. Ana de Almeida e Silva Filha - 2ª secretária e Luiz Lopes de Brito - 3º secretário.



Primeira sede do Tribunal de Contas, na Rua Barão de Melgaço, 445. Em frente à fachada estão os juízes fundadores (da esq. para a dir.) Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, Sebastião de Oliveira (Procurador-Geral), Rosário Congro, Benedicto Vaz de Figueiredo, Clóvis Corrêa Cardozo e Lenine de Campos Póvoas. Janeiro/1954.  
FONTE: Arquivo TCE-MT.

Depois de recrutar e treinar o pessoal técnico necessário, com ajuda dos Tribunais de Contas de Brasília e de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso se fez presente junto aos órgãos governamentais do Estado, posteriormente estendendo sua atuação no campo da fiscalização financeira e orçamentária aos municípios.

As prefeituras municipais, através de representantes, já haviam demonstrado grande interesse na regularização das contas de suas administrações, contando, para isto, com a atuação do Tribunal na busca de orientações e nas consultas auditoriais. A década de 1950 se configurava como o momento de grande debate e busca de padronização das questões financeiras e orçamentárias, para os três níveis de governo.

O que se verificou é que, a partir deste momento, os Tribunais de Contas dos Estados estruturaram-se de forma a atender às atribuições que lhes foram confiadas quanto ao controle externo das contas públicas.

Nesta perspectiva, o Conselheiro Aecim Tocantins<sup>43</sup>, em 1974, após considerar que a “Revolução de março de 64” objetivou o desenvolvimento integrado de todas as regiões do país, assim se expressou:

---

<sup>43</sup> Discurso proferido pelo Conselheiro Aecim Tocantins. *Boletim Informativo TCE-MT*, set./out. 1974, p. 6.

*Os esforços da União e das unidades estaduais e municipais, hoje, se entrosam e se convergem para planos integrados de ação em busca da solução dos problemas de real e de interesse comum. Dentro desse novo princípio é que as três áreas da administração pública: a que legisla, a que executa e a que fiscaliza o orçamento e as finanças, devem, num perfeito entrosamento, em perfeita conjugação de esforços, coordenar os seus trabalhos, a fim de se obter o máximo aproveitamento da administração.*

A partir de 1967, conforme determinava a Constituição Federal deste mesmo ano, a fiscalização financeira e orçamentária do Estado de Mato Grosso sofre transformações. O registro prévio cede lugar a uma fiscalização mais dinâmica, em que os Tribunais, através de sua auditoria, sem comprometer o ritmo da administração, acompanharam *pari passu* a execução orçamentária<sup>44</sup>.

De acordo com o Conselheiro Teresino Alves Ferraz, a Constituição de 1967 *foi o divisor de águas de um sistema para outro, na fiscalização orçamentária e Financeira*<sup>45</sup>, ao adotar três principais aspectos:

- 1. A adoção de dois modelos de controle: o externo e o interno. O primeiro a cargo do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas e o 2º, do Poder Executivo;*
- 2. O desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária;*
- 3. A auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes e INSPEÇÕES que considerarem necessárias.*<sup>46</sup>

Esta mudança na atuação dos Tribunais de Contas, estendida aos Estados da Federação, exigiu a implementação de maior racionalidade e eficiência técnica aos sistemas de fiscalização e controle pelos Tribunais de Contas.

A ampliação das funções desta instituição e a maior racionalidade e eficiência das suas ações possibilitaram novos questionamentos sobre sua posição político-administrativa, já que a elaboração, votação e fiscalização orçamentárias exigiam a participação do Executivo, do Legislativo e do próprio Tribunal, mesmo com papéis específicos.

Nesse sentido, o Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Conselheiro José Ferreira de Freitas, por ocasião do Seminário Nacional de Administração Pública Municipal, realizado em 26 de junho de 1979, no Plenário da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, considerou:

*Têm-se questionado, em Simpósios e Seminários, se o Tribunal de Contas é órgão auxiliar (subordinado) de um dos 3 Poderes do Estado Membro. Entendemos que não. Do contrário,*

---

<sup>44</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, ago. 1989, p. 38.

<sup>45</sup> FERRAZ, Teresino Alves. Palestra. *Abertura da Semana do Contabilista da UFMT*. Cuiabá, 1985.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 8.



*como poderia exercer o múnus de examinar-lhes as contas e, sobre elas emitir pareceres – peça essencialíssima para o julgamento? Não é poder, mas, também não é ente auxiliar. Enquanto os poderes são soberanos em matéria de sua competência, o Órgão é autônomo no que lhe incumbe o mandamento constitucional. Autônomo, haja vista que organiza seus próprios serviços e seus Membros têm as garantias de Magistratura, inclusive no que concerne à vitaliciedade, para terem independência nos pareceres que emitem e imparcialidade nos julgamentos que fazem.*<sup>47</sup>

A preocupação com a autonomia dos Tribunais e com o máximo aproveitamento da administração pública pode ser constatada no discurso proferido pelo Conselheiro Aecim Tocantins, quando defendia o entrosamento entre os três poderes (o que legisla, o que executa e o que fiscaliza), por ocasião da posse do Conselheiro Alexandrino Marques, em 1974:

*No exame da despesa, tomando-se como ponto inicial de sua moralização, o respeito intransigente à lei de licitações, parte-se agora (o Tribunal) para o exame físico e objetivo da sua realização.*<sup>48</sup>

A década de 1970 é marcada, também, pela modernização do aparelho de Estado que acompanhou a racionalidade técnica do momento. Nesse sentido, houve um investimento do Governo Federal na criação de infra-estrutura que permitisse e abrigasse o desenvolvimento econômico do país. Dentre outros, estradas foram construídas, investiu-se na educação e ampliou-se o parque industrial brasileiro, com a implantação das multinacionais.

Em Mato Grosso, o Governador José Manoel Fontanillas Fragelli, primeiro a ser eleito pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, como ocorria em outros Estados da Federação, pelo voto indireto, preocupado com as instalações inadequadas em prédios alugados que abrigavam as repartições públicas na capital, *reservou uma área fora do anel rodoviário da cidade (atual avenida Miguel Sutil) que é cerca de 712 hectares, maior do que toda a área da antiga Cuiabá*, visando a instalação do *Palácio do Governo, as sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, autarquias estaduais, repartições federais*<sup>49</sup>, onde mais tarde foi construído o Centro Político Administrativo (CPA) da capital.

Logo após deu-se a transferência dos órgãos públicos estaduais e federais para essa nova área, com espaço disponível para a localização, tanto dos então existentes, quanto dos novos que viessem a ser implantados. Dessa forma, o Tribunal de Contas do Estado passou a localizar-se no Centro Político e Administrativo, contando com uma área construída de 2.492,50 metros quadrados, sendo 2.232,46 do prédio, propriamente dito, e 260,04 da casa de máquinas. O valor total da construção civil atingiu CR\$ 6.695.747,13.

---

<sup>47</sup> Discurso proferido por José Ferreira de Freitas em 26 de junho de 1979, no Seminário Nacional de Administração Municipal, realizado nas dependências da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

<sup>48</sup> Discurso proferido pelo Conselheiro Aecim Tocantins. *Boletim Informativo TCE-MT*, set./out. 1974, p. 6.

<sup>49</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso*. Cuiabá : [s.ed.], [s.d.], p. 528-529.

Esta obra veio dar maior acomodação e possibilidade de modernização de sua infra-estrutura no atendimento das suas funções, com a adoção de novos métodos para o exercício da fiscalização financeira e orçamentária, local onde se encontra até os dias atuais. Foi nesta década ainda que o Tribunal de Contas de Mato Grosso elaborou e aprovou o seu Regimento Interno, pela Resolução nº 01/74.



A fita sendo descerrada por D. Maria Ligia de Borges Garcia e D. Célia Lombardi Corrêa Tocantins (D. Celita, esposa do Conselheiro Aecim Tocantins) e ao centro o Re. Pedro Cometti, Vigário Geral da Cúria Metropolitana de Cuiabá em inauguração da sede do TCE no Centro Político e Administrativo - CPA, 1978.  
FONTE: Arquivo TCE-MT.

A década de 1980 é marcada pela busca de implementação das condições adequadas ao atendimento do volumoso trabalho sob a responsabilidade do Tribunal de Contas de Mato Grosso, num contexto em que a sociedade brasileira passou a sofrer, com maior evidência, a redução dos recursos públicos, consequência de imposições das agências internacionais para os países em desenvolvimento.

Afro Stefanini, em entrevista, assim afirma,

*(...) depois da Constituição de 88 nós fomos fazendo exigências naturais da Constituição, e cada presidente que passava ia procurando melhorar o sistema de trabalho e fiscalização e o sistema também mecânico (...) e fizemos daí para cá alguns concursos que ajudou muito a melhoria do Tribunal.<sup>50</sup>*

---

<sup>50</sup> Afro Stefanine, entrevista concedida às autoras. Cuiabá, 5 de abril de 2003.

O avanço da ciência, da tecnologia e da comunicação através dos recursos da informática, no contexto da globalização da economia, vem impondo maior racionalidade na administração das contas públicas, e o Tribunal de Contas de Mato Grosso, neste contexto, visando a responder às expectativas da sociedade mato-grossense, com resultados efetivos da Administração Pública, priorizou ações que o conduzissem à eficiência no cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, podemos destacar trecho do relatório de atividades do Tribunal de Contas, sob a presidência do Conselheiro Oscar Ribeiro, em dezembro de 1997.

*Foi esta preocupação (de resposta aos anseios da sociedade) que conduziu a atual Presidência, neste mandato que se encerra em janeiro próximo, a priorizar ações que levem ao aperfeiçoamento e fortalecimento dos mecanismos de controle externo, através da realização de cursos de extensão, melhoria do espaço físico da Instituição, modernização de suas instalações, aquisição de novos equipamentos para a garantia da eficácia das informações armazenadas no seu arsenal computadorizado, tudo com a finalidade de maximizar os esforços empreendidos na busca da excelência.<sup>51</sup>*

Na gestão do Presidente Conselheiro Ubiratan Spinelli, o avanço da modernização do Tribunal foi marcado pela assinatura de convênio com o Governo do Estado para a implantação do Programa Nacional de Modernização da Administração Fiscal (PNAFE), em 2000. Além disto, ao sediar, em Cuiabá, no espaço do Centro de Eventos do Pantanal, o XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, de 3 a 5 de julho de 2001, o Tribunal de Contas de Mato Grosso pôde aprimorar ainda mais suas ações através dos debates em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal. No entendimento do Ministro do Planejamento, Martus Tavares, em pronunciamento emitido na Conferência sobre “Modernização dos Tribunais de Contas do Brasil e a Otimização dos Recursos Públicos”, *a sociedade entendeu o significado da lei e o benefício que ela gera para todos. E sabe que quem acaba pagando por uma administração irresponsável é ela mesma*<sup>52</sup>. A preservação do meio ambiente foi outro tema debatido durante o XXI Congresso, ampliando as atribuições dos Tribunais.

Nesse sentido, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, também presente no citado Congresso, argumentou que,

*o aprimoramento do TCU tornou-se essencial com a crescente complexidade das relações sociais e com a mudança na forma de atuação do Estado, cujos processos decisórios também se tornaram mais rápidos e sofisticados e ampliaram as exigências feitas aos órgãos de Controle.<sup>53</sup>*

---

<sup>51</sup> Relatório das atividades do Tribunal de Contas do Estado. Presidência do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. Cuiabá, dez. 1997, p. 8.

<sup>52</sup> Conferência proferida por Martus Tavares no XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. *Revista do TCE-MT*, n.20, 21, 22, 2001/2002.

<sup>53</sup> Conferência proferida por Tavares Souto no XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. *Revista do TCE-MT*, n.20, 21, 22, jul. 2001.



Palestra sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Ministro do Planejamento, Martus Tavares, foi um dos destaques do XXI Congresso. Da direita para a esquerda: Ministro Martus Tavares, Conselheiro Antonio Joaquim, Advogado Geral da União, Gilmar Mendes, e Secretário de Planejamento do Estado, Guilherme Frederico Müller. (Rai Reis)

Plenário do XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Cuiabá, no Centro de Eventos do Pantanal, de 3 a 5 de julho de 2001, durante a presidência do Conselheiro Ubiratan Spinelli. (Rai Reis)

Conselheiro do TCE-MT, Ubiratan Spinelli, (na ocasião Presidente do Tribunal de Contas), o ex-governador de MT, Dante Martins de Oliveira e o então Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, durante a abertura solene do XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Cuiabá (2001).

Conselheiro Hélio Saul Mileski, então Presidente do TCE-RS, faz a leitura da Carta de Cuiabá – documento que marca o encerramento do XXI Congresso – em companhia dos Conselheiros do TCE-MT, Oscar da Costa Ribeiro, Ubiratan Spinelli e Branco de Barros e do Presidente da Atricon, Conselheiro Carlos Pinna de Assis.



Como resultado do avanço da cidadania no contexto brasileiro, as exigências ao TCU, são extensivas a todos os Tribunais de Contas dos Estados. Nesse curso, consolidam-se as ações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com destaque para o crescente processo de sua modernização e melhoria do seu sistema de informatização, o que vem garantindo a dinamicidade dos seus serviços e ampliação significativa do âmbito de sua atuação.

Nos dias atuais, a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas é feita de forma bastante dinâmica, não se limitando a simples conferência dos documentos que lhe são apresentados. Os seus meios investigativos se alargam, permitindo que se faça não apenas um controle corretivo, mas, também, a adoção de medidas acauteladoras visando a impedir a incorreta aplicação dos recursos públicos:

*A fiscalização orçamentária e financeira realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso tem como suporte a Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991, a qual deu à Casa sua nova Lei Orgânica, indispensável à atuação e poderoso instrumento de trabalho, em substituição à Lei 2948, de 18.09.69, que vigorou por 22 anos.<sup>54</sup>*

Ressaltamos que as atribuições do Tribunal de Contas de Mato Grosso estão delineadas na Constituição Estadual de outubro de 1989, na Lei Orgânica e na Legislação ordinária, Federal e Estadual, que definem como suas principais funções aquelas voltadas para a apreciação das contas do Governador do Estado. Somam-se ainda, além das funções de auditoria financeira, orçamentária e inspeções, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. Na área dos municípios, o Tribunal de Contas também auxilia as Câmaras Municipais na apreciação e controle das contas públicas.

O Estado de Mato Grosso, que após a divisão do Estado contava com apenas 38 municípios, em 2003 passou a contar com 139 municípios<sup>55</sup>. Esse aumento acarretou maior incremento de serviço para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na função de examinador de contas, na verificação de balanços e balancetes, *in loco*, assim como na orientação a prefeitos e vereadores. O Tribunal de Contas procura adequar-se à nova realidade mato-grossense, reformulando sua estrutura organizacional, bem como promovendo a capacitação de seus servidores, a fim de assegurar a defesa dos interesses da administração da Fazenda Pública.

Neste sentido, a gestão do Conselheiro Branco de Barros desenvolveu ações voltadas para a implementação de um Sistema Informatizado de Auditoria das Contas Municipais, o Sistema APLIC, que se constituiu em uma nova versão do Sistema de Auditoria Pública de Contas informatizadas; implementou a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF CIDADÃO; reformulou o Regimento Interno da Casa e desenvolveu o modelo de gestão denominado "Liderança pelo Conhecimento".

Esse esforço de congregar todos aqueles que atuam direta ou indiretamente no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em torno de um trabalho eficaz para atender às exigências crescentes da

<sup>54</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, ago. 1989, p. 38.

<sup>55</sup> Dados da Associação Mato-Grossense dos Municípios. Cuiabá, 2003.

sociedade consolida-se com um investimento maciço na capacitação e aprimoramento do potencial humano, tanto do ponto de vista humanístico quanto técnico.

Dentre as ações efetivas de estímulo ao controle social desenvolvidas pelo TCE, destaca-se a criação da Ouvidoria Geral, em 31 de outubro de 2002, que traz a figura do Ouvidor, também conhecido como *ombudsman*, sendo este responsável pela apuração das críticas e denúncias feitas pelo cidadão comum e a disposição na internet do alerta aos municípios, serviço que consiste em um aviso prévio aos jurisdicionados quanto à situação legal das prestações de contas.

Dentre os desafios do TCE-MT, na atualidade encontram-se o de adequar-se aos novos rumos econômicos traçados pela globalização, bem com a manutenção e aprimoramento do exercício do controle externo, de forma a prosseguir os caminhos já delineados nas últimas cinco décadas.

A atual gestão, presidida pelo Conselheiro Ary Leite de Campos, em posse de 30 de janeiro de 2004, definiu como principais metas para o seu mandato,

*a estruturação final do departamento de informática, a implantação e o funcionamento da Escola Superior de Contas “Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro”, criada pela Lei 8066, de 30 de dezembro de 2003, e ainda a continuidade da modernização dos serviços desta Corte na implantação de uma fiscalização continuada da regular aplicação do dinheiro público pelos órgãos do Estado e dos Municípios, para o cumprimento dos princípios constitucionais, da transparência e da legalidade.*<sup>56</sup>

Esta é a perspectiva do Tribunal de Contas de Mato Grosso no momento atual.

---

<sup>56</sup> Discurso de posse do Conselheiro Ary Leite de Campos, em 30 de janeiro de 2004, 46ª Mesa Diretora.



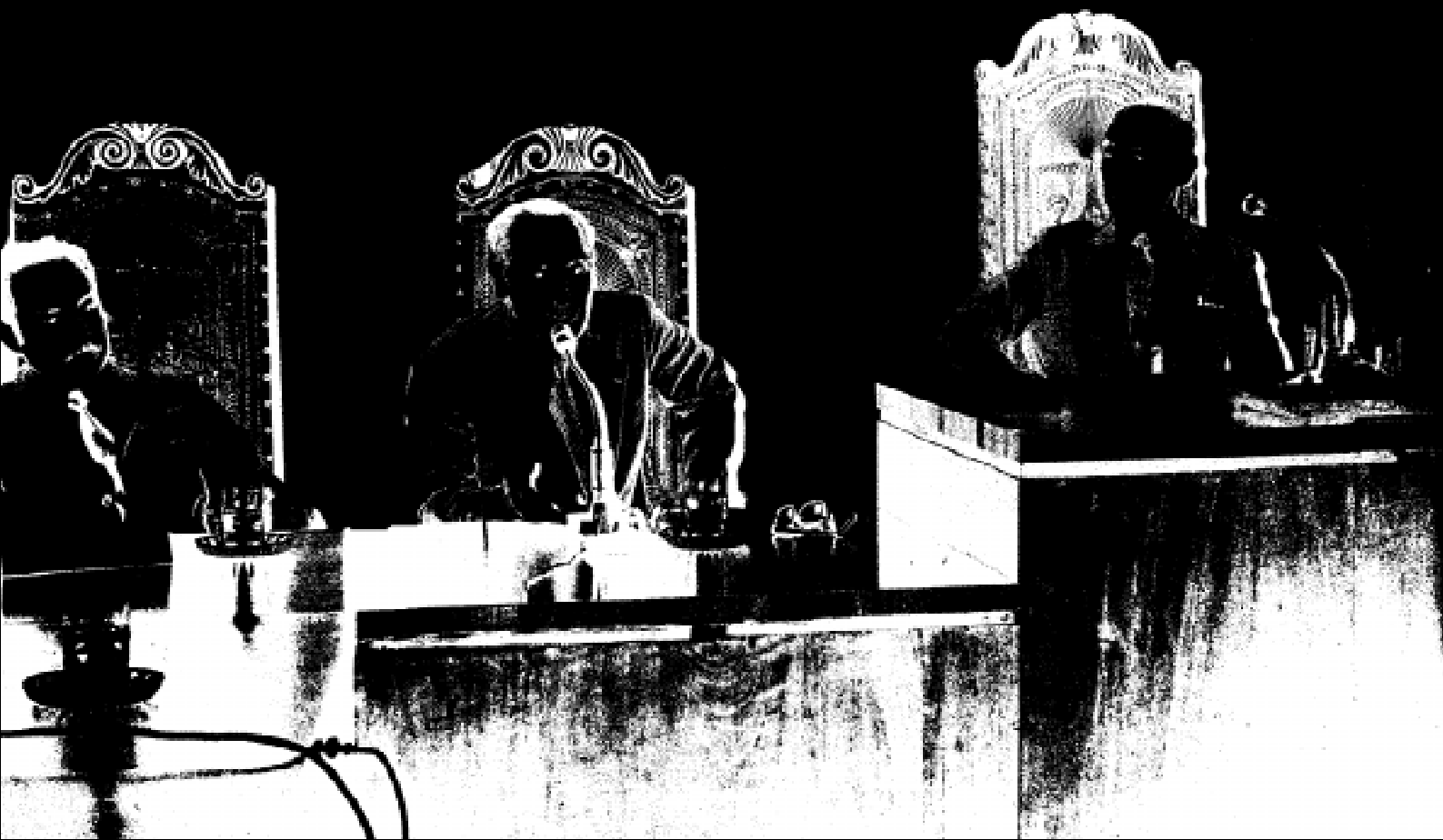


---

CAPÍTULO 3

AS MESAS DIRETORAS E PRINCIPAIS ATIVIDADES DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

---



*Todo homem que tem a felicidade de concluir um mandato de Presidente da Corte de Contas do seu Estado busca neste ato os limites da sua sã consciência o relatório que retrate a realidade de suas ações administrativas, colocando-o à disposição da crítica, dos poderes constituídos estaduais. Presidindo um colegiado de homens livres, há que se ressaltar que o desenvolvimento de trabalhos que caracterizam o resultado final do mandato, envolvem o esforço comum, de todos os membros da Corte, conhecedores que são da alta responsabilidade de fiscalizar e julgar os gastos públicos. É neste esforço comum, que encontrou a Presidência, todo amparo que se fez necessário, para que pudesse o Tribunal, cumprir a sua missão no transcorrer do ano de 1983.*

*José Salvador Arruda dos Santos – 1983*

## AS MESAS DIRETORAS E PRINCIPAIS ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Notáveis personalidades ocuparam as Mesas Diretoras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conduzindo suas ações de colegiado independente. Alguns conselheiros deste órgão exerceram a função de presidente por mais de uma vez, emergindo como responsáveis diretos pelo trabalho paciente e tenaz de estruturação e solidificação de uma Corte de Contas de elevada capacitação técnica e administrativa do Estado. Homens públicos que, com seriedade e competência de cidadãos, fizeram de suas carreiras ideal de vida e se consagraram à atuação da Corte de Contas ao longo do tempo, buscando aprimoramentos tecnológicos e melhoria na qualidade desses serviços. Fundado em 31 de outubro de 1953, através da Lei Constitucional nº 2 da mesma data, o TCE-MT foi oficialmente instalado em 2 de janeiro de 1954, pelo Governador do Estado de Mato Grosso – Dr. Fernando Corrêa da Costa.

Desde a sua composição primeira, coexistem no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso o Corpo Deliberativo, o Corpo Instrutivo e o Ministério Público, tal como segue explanação.

O Corpo Deliberativo compreende o Tribunal Pleno propriamente dito e foi constituído inicialmente por cinco Membros chamados de Juizes. Na gestão do Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, a partir de 1º de janeiro de 1958, o TCE passou a ser constituído por sete Ministros, em virtude da Lei Constitucional nº 4, de 10 de dezembro de 1957 porém, o provimento dos cargos só se verificou três anos após, a 31 de outubro de 1960. Assim, em 3 de novembro do mesmo ano foram nomeados<sup>57</sup> – Frederico Vaz de Figueiredo e Clóvis Hugueney. Investidos no cargo de Ministros e, a partir de 21 de janeiro de 1970, Conselheiros, sempre em sintonia com a estrutura da União, na forma de atuação, provimento e jurisdição, com idênticas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos magistrados do Tribunal de Justiça Estadual.

O Corpo Instrutivo, após inúmeras transformações em lei, foi composto pelo quadro permanente dos servidores da Corte de Contas, executores das funções do Controle Externo nas Fiscalizações Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial dos entes públicos jurisdicionados.

O Ministério Público, inicialmente, foi representado junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por um Procurador-Geral, conforme o Artigo 2º, § 3º, da Lei Estadual nº 685, de 1953, nomeando em caráter efetivo, dentre Bacharéis em Direito de notável saber jurídico, com garantia e tratamento idênticos aos de Juizes do Tribunal de Contas, conforme artigo 4º, § 1º da mesma lei.

---

<sup>57</sup> Nominado recebida pelos Juizes a partir de 2 de abril de 1954.

Pelos idos de 1969 criou-se o cargo de Subprocurador, nomeado na forma da lei. Em 1985 a Emenda Constitucional nº 28, de 28 de março, transformou o cargo de Procurador-Geral em Procurador de Justiça, integrado também ao quadro do Ministério Público Estadual, situação vivenciada até nossos dias. Exemplo dessa postura é o Procurador-Geral aposentado Dr. Sebastião de Oliveira, conhecido por Dr Paraná, com destacada atuação desde a instalação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nomeado em 08 de janeiro de 1954 pelo então Governador do Estado, Dr Fernando Corrêa da Costa, e depois substituído pelo Dr. José do Carmo Ferraz, quando da aposentadoria do Procurador fundador.

### Primeira Mesa Diretora

1954 a 1955 – (02.01.1954 a 04.01.1955).

<b>Presidente:</b>	Juiz Benedicto Vaz de Figueiredo <sup>58</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Juíz Rosário Congro (até 21.09.54) <sup>59</sup>
<b>Membros:</b> Juízes	Clóvis Corrêa Cardozo Luiz Felipe Sabóia Ribeiro Lenine de Campos Póvoas
<b>Secretário “had doc”:</b>	Aecim Tocantins <sup>60</sup>
<b>Procurador-Geral do Tribunal:</b>	Sebastião de Oliveira <sup>61</sup>



Primeira mesa diretora do Tribunal de Contas: Aecim Tocantins, Sebastião de Oliveira, Lenine de Campos Póvoas, Benedicto Vaz de Figueiredo, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, Rosário Congro e Clóvis Corrêa Cardozo. Janeiro/1954.  
FONTE: Arquivo TCE-MT.

<sup>58</sup> Único Conselheiro que exerceu por quatro vezes o cargo de Presidente do TCE-MT.

<sup>59</sup> Eleito Presidente Fundador do TCE para eleger a 1ª Mesa Diretora por ser o mais idoso entre os Juízes.

<sup>60</sup> Secretário Fundador do TCE-MT.

<sup>61</sup> Procurador-Geral Fundador do TCE-MT.

Os juízes que passaram a integrar a primeira Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foram nomeados por Ato Governamental de 31 de dezembro de 1953. Poucos dias após essa nomeação, mais especificamente no dia 4 de janeiro de 1954, uma sessão era marcada para proceder à eleição do Presidente e do Vice-presidente, objetivando a composição da primeira Mesa Diretora dos Trabalhos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, instalado na sede provisória cedida pelo Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento do Estado de Mato-Grosso. A sede do Tribunal encontrava-se localizada na rua Barão de Melgaço, nº 445, nesta capital, e foi cedida pelo então Juiz Dr. José Adolfo de Lima Avelino.

Mais tarde foi mudada para o prédio situado na Rua Batista das Neves, nº 588, cuja propriedade era alugada do Senhor Benedito Nunes de Figueiredo. Ali funcionou durante algum tempo, até ser a sede transferida para o 3º andar do Palácio Alencastro, na Praça Alencastro – Centro da cidade de Cuiabá.

Conforme Ata da sessão, foi esta presidida pelo Juiz mais idoso dos componentes da Casa, o Juiz Rosário Congro, que convidou o Prof. Aecim Tocantins para secretariar a primeira sessão. A eleição foi procedida por escrutínio secreto, tendo como resultado: Dr. Benedicto Vaz de Figueiredo com 2 votos, Lenine de Campos Póvoas com 2 votos e Rosário Congro com 1 voto. Verificado o empate, realizou-se novo escrutínio secreto, desta vez com 3 votos para Dr. Benedicto Vaz de Figueiredo e 2 para o Dr. Lenine de Campos Póvoas<sup>62</sup>, sendo, então, eleito para Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso o Juiz Benedicto Vaz de Figueiredo. Procedida a eleição para Vice-presidente, foi eleito o Juiz Rosário Congro, com 4 votos, ficando o Dr. Lenine de Campos Póvoas com 1 voto. Em seguida, o Juiz Rosário Congro passou a palavra ao Presidente eleito, o Juiz Benedicto Vaz de Figueiredo, que pronunciou palavras de agradecimento. Ainda nesta sessão foram tomadas as seguintes deliberações:

- Adoção do Regimento Interno da Comissão Legislativa, no que fosse aplicável, até que o Tribunal de Contas do Estado tivesse aprovado o seu próprio Regimento.
- Designados juízes Lenine de Campos Póvoas, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e Rosário Congro, para elaborar o projeto do Regimento Interno.
- Fixadas duas sessões semanais, às terças e sextas-feiras, das 9:00 às 12:00 horas.
- Solicitada à Assembléia Legislativa a remessa do Arquivo pertencente à extinta Comissão Legislativa ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.
- Autorização ao presidente para requerer numerário suficiente, socorrendo às primeiras despesas de instalação.
- Autorização ao presidente para entrar em entendimento com o Poder Executivo no sentido de ser providenciado ao Tribunal de Contas um prédio para o seu funcionamento.
- Autorização ao presidente no sentido de nomear o Contador Aecim Tocantins para prestar serviços técnicos ao Tribunal.

Conforme atas foi relevante a atuação do Prof. Aecim Tocantins sendo logo após designado pelo Governador do Estado para exercer as funções de Prefeito Municipal de Cuiabá<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Professor, jurista e historiador mato-grossense, falecido em Cuiabá em 29/01/2003.

<sup>63</sup> Ata da reunião de 17 de setembro de 1954 – TCE-MT.

Em 21 de setembro de 1954, o Juiz Rosário Congro foi homenageado pela Mesa Diretora do Tribunal, Juiz Presidente Fundador do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Naquele instante foi colocada a sua fotografia na galeria da Presidência do mesmo Tribunal, momento em que fez suas despedidas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Podemos observar ainda que em 13 de novembro de 1954, através de um Projeto de Lei de autoria do Juiz Lenine de Campos Póvoas, foi reorganizado o quadro de pessoal do Corpo Instrutivo do Tribunal.

Preocupada com os trabalhos do Tribunal de Contas do Estado, a Mesa Diretora resolveu adotar o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado através da Resolução nº 6, de 3 de junho de 1938<sup>64</sup>, enquanto não tivesse o seu próprio regimento, e também iniciou o processo de aquisição de material permanente para equipar o TCE; em 21 de novembro de 1954 foi autorizada a aquisição de uma máquina de escrever marca ADLER. Outro ato importante empreendido por esta Mesa diz respeito à elaboração do Regimento Interno do Tribunal de Contas, código norteador de sua estrutura administrativa e regulador das atividades dos seus membros juizes, conforme pode se observar na cópia anexa.

Em Ata de 26 de março de 1954, o Juiz Rosário Congro apresentou à Mesa Diretora indicação, para apreciação, com referência ao tratamento dos Senhores membros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e, por unanimidade, a 2 de abril do corrente ano, ficou estabelecido que o de “Juiz” seria mudado para o de “Ministro”, conforme Ata nº 28, de 2 de abril de 1954.

Com a aposentadoria do então Ministro Rosário Congro, que completara 70 anos em setembro do mesmo ano, foi realizada uma nova eleição para a Vice-presidência, sendo eleito, em 8 de outubro de 1954, por unanimidade, o Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, que solicitou do presidente a designação de uma comissão para elaborar projeto de lei que dispunha sobre a criação do cargo de assessor técnico e de outra para estudar a viabilidade de estabelecimento de pré-requisitos a serem utilizados em cargo, que poderiam futuramente ser utilizados para a substituição dos Ministros, a fim de serem encaminhados ao Poder Legislativo ainda no mesmo ano. Durante essa gestão não foi observada providência em relação à criação do cargo para substituição de Ministro.

Ao final desta Mesa Diretora, o Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo prestou contas dizendo:

*Durante esta gestão realizamos 106 sessões, 288 processos foram fichados, 210 ofícios foram expedidos, 05 telegramas expedidos, 203 acórdãos assinados, 05 resoluções baixadas, 24 aposentadorias registradas, 74 contratados registrados, 7 não registrados, 47 comissões em diligências, uma rejeição de aposentadoria. Com referência à distribuição de contratos foram realizadas 48 locações de serviços, 15 empreitadas, 05 colonizações duas locações de prédios. Com relação ao movimento financeiro, em relação às importâncias transferidas do Tesouro do Estado ao Banco do Brasil S/A, a crédito da conta do Tribunal e mais juros bancários, dos dois semestres, totalizam a Receita em CR\$ 140.104,60. Quanto às despesas com materiais permanentes, consumos, diversos e gratificações somam a CR\$ 131.613,80.*

---

64 Ata nº 7, de 19 de janeiro de 1954 – TCE-MT.

*Ressalta-se também, a importância remetida, em 18 de dezembro de 1954, para Marília-SP, ao Sr. Glycério Póvoas, para pagamento parcial da encomenda de móveis ao Tribunal, no valor de CR\$ 139.963,80. Assim, temos de saldo existente em conta no Banco do Brasil S/A a importância de CR\$ 140.104,60. Após despediu-se do TCE, seguindo viagem ao Distrito Federal.<sup>65</sup>*

## Segunda Mesa Diretora

1955 a 1956 – (07.01.1955<sup>66</sup> a 03.01.1956)

<b>Presidente:</b>	Ministro Clóvis Corrêa Cardozo <sup>67</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Lenine de Campos Póvoas
<b>Membros: Ministros</b>	Benedicto Vaz de Figueiredo Luiz Felipe Sabóia Ribeiro João Moreira de Barros <sup>68</sup>
<b>Procurador-Geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-Geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>69</sup>

Dando prosseguimento ao processo de organização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Ministro Clóvis Corrêa Cardozo trouxe ao conhecimento da Casa assunto referente às nomeações de funcionários do Tribunal, de acordo com a Lei Constitucional nº 2, em seu artigo 25 – alínea 2, que atribuía ao Tribunal o provimento dos cargos, e a Lei nº 783, de 11 de novembro de 1955, que alterava a Lei nº 685, dando nova organização ao quadro de funcionários. Na oportunidade, o Ministro Presidente consultou a Mesa sobre como as nomeações seriam realizadas, em sua gestão, ou na próxima a ser empossada. Recebe o aval da Mesa Diretora para proceder às referidas nomeações, justificando-se por tratar de servidores, em sua maioria, requisitados de outras repartições colaborando com o Tribunal, alguns desde a sua instalação, determinando as providências a serem tomadas e solicitando os respectivos atos de NOMEAÇÕES.<sup>70</sup>

O Presidente também informava que haviam sido tomadas iniciativas no sentido de atualizar o registro da vida funcional dos funcionários, bem como a destinação de um livro de registro para fazer constar a vida funcional dos Senhores Ministros.

---

<sup>65</sup> Ata nº 106, de 28 de dezembro de 1954 – TCE-MT e transcrição da Profª. Neila Maria Souza Barreto.

<sup>66</sup> A Lei nº 783, de 1 de novembro de 1955, altera a Lei nº 685, de 11 de novembro de 1955, que organiza o Tribunal de Contas.

<sup>67</sup> Primeiro Juiz Semanário do TCE. Ata nº 108, de 4 de janeiro de 1955, p. 66 – TCE-MT.

<sup>68</sup> Em substituição ao Juiz Rbsário Congro. Ata nº 126, a partir de 8 de março de 1955, p. 66 – TCE-MT.

<sup>69</sup> A partir de 8 de maio de 1956.

<sup>70</sup> Foram nomeados: Aecim Tocantins – assessor técnico, Carmoza Jaudy – primeira secretária do TCE e Ana Maria Figueiredo Corrêa – oficial administrativo e quarta Secretária do TCE, João Teodorico Corrêa da Costa e Benedito Emilio Yule – contabilistas, Dalva Leite Neves, Waldelice Ferreira Leão e Sarita Baracat de Arruda (ex-Prefeita de Várzea Grande, ex-Deputada Estadual) – escriturárias, José Pedroso de Campos – porteiro, Eulina Leonor de Campos – contínuo, e João José de Siqueira – diarista.

Nesta gestão, o Sr. João Moreira de Barros assumiu a vaga deixada pelo Ministro Rosário Congro. O Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo *congratula-se com o Tribunal e com o Executivo, pelo auspicioso acontecimento da posse do Ministro João Moreira de Barros. Benedicto Vaz de Figueiredo era velho amigo do recém-empossado, acompanhava a carreira brilhante do Dr. João Moreira de Barros, como advogado militante e como chefe do ministério público estadual. Agora, sentia-se mais perto do amigo e companheiro.*<sup>71</sup>

Procedeu-se à eleição para presidente e vice-presidente para a próxima gestão, sendo designados como escrutinadores os Ministros Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e João Moreira de Barros. Foram eleitos os Exmos. Srs. Ministros Lenine de Campos Póvoas para Presidente, com 4 votos, 3 votos recebeu o Sr. Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, sendo que João Moreira de Barros teve 1 voto.<sup>72</sup>

### Terceira Mesa Diretora

1956 a 1957 – (06.01.1956 a 04.01.1957)

<b>Presidente:</b>	Ministro Lenine de Campos Póvoas
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo
<b>Membros: Ministros</b>	Luiz Felipe Sabóia Ribeiro Clóvis Corrêa Cardozo João Moreira de Barros
<b>Procurador-Geral:</b>	Sebastião de Oliveira - Dr. Paraná
<b>Procurador-Geral Substituto:</b>	Levino Amaral <sup>73</sup>

Como Ministro Presidente, o Senhor Lenine de Campos Póvoas proferiu o seguinte discurso no ato de sua posse, no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

*Chego mediante estas palavras trazidas pela honrosa confiança de Vossas Excelências. Ao assumir tão alto cargo é meu desejo primeiramente congratular-se com os Exmos. Srs. Juizes e Dr. Procurador Geral, pelo transcurso, a 2 do corrente, do segundo aniversário da instalação desta Colenda Côrte de Contas.*

*Efetivamente, senhores, há dois anos surgia, na administração pública de nosso Estado, êste órgão fiscalizador das finanças estaduais, por entre os aplausos de alguns que compreendiam a sua elevada finalidade, e por entre a incompreensão e a ignorância de outros, que, longe de aquilatarem o seu valôr, viam nêle um “órgão inútil”, uma “sinecura vitalícia”, criada apenas para fins políticos.*

<sup>71</sup> Ata nº 12608.0.55 –TCE-MT.

<sup>72</sup> Ata nº 2. 15hs. 3 de janeiro de 1956 – TCE-MT.

<sup>73</sup> Em 8 de maio de 1956.



*Consola-nos, entretanto, a nós, homens experientes da vida, o sabermos que essa atitude de prevenção com que alguns receberam a criação desta Colenda Côrte, não foi um estado de espírito singular em nosso ambiente social, nem especificamente dirigido contra êste novel órgão da administração. Sabemos todos – e isso é fato sociológico –, da desconfiança e reserva com que os povos que viveram longos anos segregados do convívio mundial, pelo isolamento das distâncias – e é êsse o nosso caso –, recebem tudo o que constituía uma inovação e venha alterar, levemente que seja, a rotina de sua vida quotidiana.*

*Nós, que nos dias de hoje tomamos despreocupadamente, um automovel, longe estávamos de avaliar o quanto de receios e de temôres não assaltaram os nossos avós – quando pela vez primeira viram ou usaram o genial invento, que se lhes afigurava, talvez, uma infernal máquina que apenas serviria para perturbar a do de tranqüilidade das ruas e vielas onde trafegavam os românticos “tilburis”<sup>74</sup> e os prosaicos bondes de burros... Entretanto, com a experiência, todos compreenderam a utilidade do automóvel e o incorporaram à nossa vida, como uma das mais preciosas conquistas de nossa civilização.*

*Com o tolerante espírito de quem bem compreende a resistência que os meios sociais como o nosso opõem às iniciativas do progresso, foi que recebemos todas as críticas dos que não tiveram a vivacidade de raciocínio e a lucidez de inteligência necessárias para apreenderem, de relance, a importância de um órgão como êste.*

*Confiemos, em que o tempo, uma vez amainados, às incompreensões e paixões do momento, serenamente trouxesse o julgamento da História sôbre o acontecimento cujo segundo aniversário me leva a congratular-me com os ilustres membros da Casa. – Uma síntese do que têm sido as atividades desta Côrte, nos dois anos de sua breve existência, há de constituir, por certo, terrível decepção para os que, ignorantes – de nossas atribuições, julgavam o Tribunal de Contas um “órgão inútil”, e uma “sinecura vitalícia”.*

*Durante o exercício de 1954, no qual estava o Tribunal no primeiro ano do seu funcionamento, completamente desaparelhado para bem cumprir sua elevada missão, ainda assim julgou a nossa Côrte 136 processos, proferindo 207 acórdãos. Todavia, não poudo o Tribunal, nêsse ano, fazer o controle da receita, nem da despesa, através dos balancetes mensais das exatoarias, e do registro das ordens de pagamento e adiantamento e, respectivas prestações de contas. Seria isso inexequível sem a existência da Contadoria, que a exigüidade do tempo não havia permitido organizar-se.*

*No exercício de – 1955, poudo, já, o Tribunal ir mais adiante no desempenho de suas funções fiscalizadoras. O número de papéis protocolados, que fôra de apenas 306 no ano anterior, elevou-se a 2.143; o de processos, que fôra de cerca de 300, em 1954, elevou-se a 1.502; o de acórdão atingiu a 306. Além disso, foram examinadas e – julgadas nada menos de 1.687 ordens de pagamentos, ou adiantamentos; foram julgados 431 processos de prestações de*

---

74 Veículos de duas rodas puxados por um cavalo, ou carruagem a quatro rodas puxadas por uma parelha.

*contas, devendo-se assinalar que nem as primeiras, nem os segundos exigem lavratura de acórdãos, sendo objeto, tão sómente, de despachos prolatados pelo Ministro Semanário, e pelo Presidente, respectivamente, nesta última hipótese após o pronunciamento do plenário. Dezenas de processos existem, contudo, pendentes de julgamentos, eis que o aparelhamento de nossa Contadoria e a absoluta exigüidade de tempo não nos permitiu ainda o exame minucioso de que necessitam, encontrando-se, – muitos dêles, cumprindo diligências e providências preliminares. Alguns há, como por exemplo, os balancetes das Autarquias, que trazem em seu bojo milhares e milhares de documentos, que precisam ser conferidos e examinados um a um. Se assim não fôsse, incorreria o Tribunal no risco de proferir decisões injustas. Mas todos serão julgados, e com a independência que tem caracterizado os atos dêste egrégio plenário. Essa independência e insuspeição que o Tribunal tem demonstrado em seus julgados, constitui, por certo, outro motivo de decepção para os que esperavam, de parte dos atuais Ministros componentes desta Casa, uma atitude de “tolerância”, “camaradagem” e mesmo subserviência aos atos do atual Govêrno, pela simples razão de ter sido êle quem instalou essa alta Côrte e para aqui nos conduziu, com a sua escôlha, aprovada pela Augusta Assembléia Legislativa do Estado.*

*Para os que assim temerariamente pensaram, deve constituir motivo de profundo desapontamento saber que êste Tribunal, somente no exercício recém-findo, negou registro a contratos da administração pública com particulares; negando registro a 96 ordens de pagamento ou adiantamento; e, ainda, negou aprovação a mais de uma dezena de prestações de contas.*

*(...) Não é essa uma frase feita, aqui usada pela força da praxe, em horas como esta, mas a expressão de uma dura realidade. Dirigir um Tribunal com as graves e seriíssimas atribuições que a êste competem, por Disposição Constitucional, já constitui, só isto, terrível responsabilidade, que sentimos aumentada quando nos ocorre a idéia de que aqui estamos para suceder a dois Presidentes que realmente imprimiram inconfundível brilho às suas gestões, organizando, em tempo verdadeiramente recorde, os serviços da Casa, dando ao mais jovem dos Tribunais de Contas do país uma eficiência que talvez ainda não tenha sido lograda por outros, mais antigos no território da República.*

*Quero referir-me aos Exmos. Srs. Ministros Benedicto Vaz de Figueiredo e Clóvis Corrêa Cardozo, que dignificaram esta Presidência.*

*Cumpre-me prosseguir na obra iniciada, para não desmerecer o brilho das administrações de meus antecessores. E isso não me será difícil, estou certo. Sei que para tanto não me faltará a colaboração preciosa e indispensável dos Srs. Membros do Tribunal. –Sei que posso contar com um quadro de bons funcionários, onde há exemplos magníficos de dedicação ao trabalho e louváveis zêlo e interêsse pelo serviço público. E para essa tarefa não me faltará, sobretudo, a cooperação inteligente e experiente do Sr. Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo, meu companheiro de Mesa Diretora, que justamente eleito para a Vice-Presidência, será também hoje empossado nêsse elevado cargo.*

*Com os meus mais sinceros agradecimentos, pela distinção da escôlha e pelas generosas manifestações de simpatia de Vossas Excelências, que me tocam profundamente o coração, reitero o firme propósito em que me encontro de não decepcionar a Vossas Excelências, procurando*

*manter, quanto as minhas forças o permitirem, o respeito e a dignidade dêste Egrégio Tribunal. Que Deus nos inspire, para que nossas decisões, alicerçadas na Lei e inspiradas na Justiça, continuem a levantar, cada vez mais alta a autoridade desta nobre Casa, com a rigidez das construções medievais, capazes de galhardamente resistir aos vendavais das incompreensões e de serena e sobranceiramente pairar acima da terra, a terra dos juízos temerários que dela possam fazer aqueles cujos ilegítimos interesses contrariar. Com êsse ânimo assumo a Presidência.<sup>75</sup>*

O Ministro Clóvis Corrêa Cardozo, saudando o Ministro Lenine de Campos Póvoas, lembrou que:

*Hoje é dia 6 de janeiro, como sabemos, dia de Santo Reis. Que a estrela que iluminou aos Reis Magos, quando da sua ida à Belém para visitar o Menino Jesus, ilumine a inteligência de cada um de nós, como Ministro que sois, julgando sem medo de errar, tendo o que pesar sob suas responsabilidades.<sup>76</sup>*

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso registrou em ata o falecimento, ocorrido em 22 do corrente, na capital do Estado de São Paulo, do Exmo. e Revmo. Senhor Dom Francisco de Aquino Corrêa<sup>77</sup>, Arcebispo Metropolitano de Cuiabá (1922-1956), que foi governador de Mato Grosso, no período de 22 de janeiro de 1918 a 22 de janeiro de 1922<sup>78</sup>, e Arcebispo no período de 1922 a 1956.

#### Quarta Mesa Diretora

1957 a 1958 – (04.01.1957 a 08.01.1958)

<b>Presidente:</b>	Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro João Moreira de Barros
<b>Membros: Ministros</b>	Clóvis Corrêa Cardozo Benedicto Vaz de Figueiredo Lenine de Campos Póvoas
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira - Dr. Paraná.
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Alcedino Pedrosa da Silva <sup>79</sup>

<sup>75</sup> Transcrição Prof<sup>a</sup>. Neila Maria Souza Barreto. Ata da 4<sup>a</sup> Sessão de 6 de janeiro de 1956 – TCE-MT.

<sup>76</sup> Ata nº 4, de 6 de janeiro de 1955 – TCE-MT.

<sup>77</sup> Nasceu em Cuiabá, a 2 de abril de 1885. Arcebispo de Cuiabá, foi professor e diretor do Liceu Salesiano, Presidente do Estado de Mato Grosso no quadriênio de 1918 a 1922. Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana e em Filosofia pela de S. Tomás de Aquino, de Roma, membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico de Mato Grosso e Presidente de Honra da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 4, patrocinada pelo Pe. José Manoel de Siqueira. Escreveu *O desocupado* – 1917, discursos, versos. Faleceu em São Paulo, em 22 de março de 1956.

<sup>78</sup> PÓVOAS, Lenine de Campos. *História Geral de Mato Grosso*. v.II. Cuiabá:[s.ed.], 1996.

<sup>79</sup> Em 12 de agosto de 1957.

Na gestão do Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, o Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1958, passou a ser constituído por sete Ministros, em virtude da Lei Constitucional nº 4, de 10 de dezembro de 1957, porém, o provimento dos cargos por ela criados só se efetivou três anos depois, a 31 de outubro de 1960, quando foram nomeados Frederico Vaz de Figueiredo e Clóvis Huguene. A denominação de Ministro aos recém-empossados deveu-se à mudança de nomenclatura no Tribunal de Contas, que a partir de 2 de abril de 1954 decidiu que o tratamento “Juiz” passasse a ser “Ministro”, por indicação do então Juiz Rosário Congro.

Na mesma gestão, o TCE deixou a sua primeira instalação física, imóvel alugado, e passou a funcionar no centro da cidade, em prédio do Governo do Estado de Mato Grosso, na Praça Alencastro nº 157. Regulamentou os processos de empenho, bem como elaborou o anteprojeto da Lei Orgânica, encaminhando-o posteriormente para apreciação do Executivo Estadual.



Antigo Plenário do Tribunal de Contas, na sede do 3º andar do Palácio Alencastro, nº 157, sob a presidência do ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro. 1957.

FONTE: Arquivo do TCE-MT.

## Quinta Mesa Diretora

1958 a 1959 – (08.01.1958 a 05.01.1959)

**Presidente:** Ministro João Moreira de Barros.

**Vice-presidente:** Ministro Clóvis Corrêa Cardozo

**Membros: Ministros** Lenine de Campos Póvoas  
Luiz Felipe Sabóia Ribeiro  
Benedicto Vaz de Figueiredo

**Procurador-geral:** Sebastião de Oliveira - Dr. Paraná.

**Procurador-geral Substituto:** Levino do Amaral

Falece na capital da República, em 20 de janeiro de 1958, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conforme registrado em ata do TCE.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso designou, em 26 de fevereiro de 1958, a sua Comissão de Delegação mato-grossense para participar do I Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, realizado na cidade de São Paulo. Foi a mesma composta pelos Ministros Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e Clóvis Corrêa Cardoso, que defenderam as teses de que a fiscalização das autarquias deveria ser procedida pelos seus órgãos internos. Os conselhos fiscais e o registro prévio deveriam ser “prévios” como regra geral, só podendo ser posteriores com exceção. Estas propostas foram aprovadas pelo Congresso.



O Juiz Luis Felipe Sabóia Ribeiro (segundo à esquerda) participou do I Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, realizado de 20 a 27 de abril de 1958, em São Paulo.

FONTE: Arquivo do TCE-MT.

## Sexta Mesa Diretora

1959 a 1960 – (05.01.1959 a 05.01.1960)

<b>Presidente:</b>	Ministro <sup>80</sup> Benedicto Vaz de Figueiredo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro
<b>Membros: Ministros</b>	Clóvis Corrêa Cardozo João Moreira de Barros Lenine de Campos Póvoas
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira - Dr. Paraná.
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>81</sup>

Nesta gestão, a Mesa Diretora realizou o primeiro sorteio dos municípios mato-grossenses, a fim de que os Ministros pudessem fiscalizar e analisar os relatórios recebidos das coletorias e recebedorias de rendas estaduais, ficando assim distribuídos: ao Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro couberam os municípios de: Ponta Porã, Várzea Grande, Itaporã, Cuiabá, Xavantina, Rio Brilhante, Miranda, Poconé, Campo Grande, Terenos, Alto Araguaia, Guia Lopes da Laguna, Três Lagoas, Nortelândia, Poxoréu, Ponte Branca, Camapuã; ao Ministro Clóvis Corrêa Cardoso, as localidades de Cisalpina, Rondonópolis, Iguatemy, Porto, Itiquira, Bela Vista, Jaraguá, Dourados, Torixoréu, Paranaíba, Porto Murtinho, Rochedo, Corguinho, Sidrolândia, Alto Garças, Diamantino; ao Ministro Lenine de Campos Póvoas: Cáceres, Maracaju, Cassilândia, Aparecida do Tabuado, Porto Independência, Coxim, Rio Pardo, Guiratinga, Barão de Melgaço, Rio Verde, Jardim, Mato Grosso, Barra do Garças, Tesouro, Nossa Senhora do Livramento, Aquidauana e Boa Esperança, e ao Ministro João Moreira de Barros, as localidades de Bonito, Porto Primavera, Imprensa Oficial, Nioaque, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio de Leverger, Água Clara, Alto Paraguai, Barra do Bugres, Tesouro, Porto XV de Novembro, Acorizal, Corumbá, Bataguassu, Rosário Oeste, Amambaí e Arenópolis<sup>82</sup>.

## Sétima Mesa Diretora

1960 a 1961 – (05.01.1960 a 04.01.1961)

<b>Presidente:</b>	Ministro Clóvis Corrêa Cardozo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Lenine de Campos Póvoas
<b>Membros: Ministros</b>	Benedicto Vaz de Figueiredo Luiz Felipe Sabóia Ribeiro João Moreira de Barros

<sup>80</sup> Os Juízes passam a ser denominados de Ministros a partir de 2 de abril de 1954.

<sup>81</sup> Em 3 de maio de 1960.

<sup>82</sup> Ata nº 19, de 16 de fevereiro de 1959 – TCE-MT.

Clóvis Hugueney<sup>83</sup>

Frederico Vaz de Figueiredo<sup>84</sup>

**Procurador-geral:** Sebastião de Oliveira

**Procurador-geral Substituto:** Levino do Amaral<sup>85</sup>

Nessa gestão observamos que foi realizada a primeira reunião do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em suas novas instalações, no 3<sup>a</sup> andar do Palácio Alencastro<sup>86</sup>, com manifesta satisfação dos Ministros. O Procurador-geral, Dr. Sebastião de Oliveira, na oportunidade da posse desta Mesa Diretora, teceu elogios aos Ministros recém-eleitos dizendo, inclusive, que o Ministro Lenine de Campos Póvoas fora o idealizador da Constituição que possibilitou a alocação do Tribunal de Contas em novas instalações.

Vale ressaltar que o Tribunal de Contas, a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1958, passou a se constituir de 7 Ministros, em virtude da Lei Constitucional n.º 4, de 10 de dezembro de 1957. O provimento dos dois cargos por ela criados só se verificou 3 anos depois, em 1961, quando foram nomeados os Ministros Frederico Vaz de Figueiredo e, o então Deputado Estadual, Clóvis Hugueney.

## Oitava Mesa Diretora

1961 a 1962 – (04.01.1961 a 02.01.1962)

**Presidente:** Ministro Lenine de Campos Póvoas  
**Vice-presidente:** Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo  
**Membros: Ministros** Clóvis Corrêa Cardozo  
João Moreira de Barros  
Clóvis Hugueney  
Frederico Vaz de Figueiredo  
Luiz Felipe Sabóia Ribeiro  
**Procurador-geral:** Sebastião de Oliveira

63

O Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Lenine de Campos Póvoas, eleito pela segunda vez, propõe ao plenário a reforma do Regimento Interno do TCE, cuja proposta é aceita, sendo formada uma Comissão composta do Ministro João Moreira de Barros e do Procurador-geral, Dr. Sebastião de Oliveira, para elaborar as normas de funcionamento ou o documento do Tribunal.

---

<sup>83</sup> A partir de 3 de novembro de 1960.

<sup>84</sup> A partir de 31 de outubro de 1960.

<sup>85</sup> Em 3 de maio de 1960.

<sup>86</sup> Ata de 10 de janeiro de 1961 – TCE-MT.

Em ata, constatamos o registro do falecimento do funcionário João José de Siqueira<sup>87</sup>. Este é o primeiro registro de falecimento de um funcionário do TCE consignado em ata de reunião de Mesa Diretora.



Sessão do Tribunal de Contas na sede do 3º andar do Palácio Alencastro, com o presidente, Ministro Lenine de Campos Póvoas, e os Ministros Benedicto Vaz de Figueiredo, Clóvis Corrêa Cardozo, João Moreira de Barros, Clóvis Huguene, Frederico Vaz de Figueiredo, Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e a secretária D. Galega. 1961.

### Nona Mesa Diretora

1962<sup>88</sup> a 1963 – (02.01.1962 a 02.01.1963)

<b>Presidente:</b>	Ministro Luiz Felipe Sabóia Ribeiro
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro João Moreira de Barros
<b>Membros: Ministros</b>	Lenine de Campos Póvoas Clóvis Corrêa Cardozo Benedicto Vaz de Figueiredo Clóvis Huguene Frederico Vaz de Figueiredo
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Fernando Mesquita <sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> Almojarife, classe I, lotado no Departamento de Obras Públicas, requisitado para servir ao TCE, com os vencimentos e vantagens do cargo a serem pagos pelo Poder Executivo. Ata de 5 de fevereiro de 1954.

<sup>88</sup> Lei nº 1.761, de 10 de novembro de 1962, que altera o artigo 15 da Lei nº 1.191, de 20 de dezembro de 1958, e dá outras providências.

<sup>89</sup> Em 11 de janeiro de 1963.



## Décima Mesa Diretora

1963<sup>90</sup> a 1964 – (02.01.1963 a 02.01.1964)

<b>Presidente:</b>	Ministro João Moreira de Barros
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Clóvis Corrêa Cardozo
<b>Membros: Ministros</b>	Lenine de Campos Póvoas Benedicto Vaz de Figueiredo Clóvis Hugueney <sup>91</sup> Frederico Vaz de Figueiredo Luiz Felipe Sabóia Ribeiro <sup>92</sup>
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Fernando Mesquita <sup>93</sup>

O Ministro Presidente, em seu discurso de posse, lembrou que o Tribunal de Contas não se tratava de uma instituição nova e especificamente no Brasil, mas que as idéias eram debatidas já por volta do início do século XIX. Conclamou a todos a refletir sobre a necessidade urgente da elaboração de projeto de orientações, advindo dos Congressos de Tribunais de Contas, cujo espelho residia na Lei Orgânica do Tribunal Paulista.<sup>94</sup>

*Desde tempos remotos, por volta de 1443, portanto, antes da descoberta do Brasil, já os franceses, através do rei Carlos VII, criavam uma Corte instância única para julgar processos de finanças. Como se vê, não se trata de uma instituição nova no mundo. Entre nós, constatamos que o Império Brasileiro não conheceu o Tribunal de Contas. Embora sua semente tenha sido lançada em 1826, a verdade é que somente em 1890 foi legalmente criado já, então, em plena República. A idéia primitiva foi a de se criar um Tribunal de revisão de contas prontamente combatida pelo Conde Baependi, que não se conformava com uma tal função subalterna. Uma segunda tentativa da autoridade de Manoel Alves Branco – Ministro do Império, ampliando as atribuições do projetado Tribunal de Contas, não obstante o apoio de eminentes vultos do Império, como Silveira Martins, Ouro Preto, Pimenta Bueno e outros, não teve melhor sorte. Somente na República, graças à iniciativa de Ruy Barbosa <sup>95</sup>, então Ministro da Fazenda, é que se criou o Tribunal de Contas que de acordo com o Decreto 966 A, de 7 de novembro de 1890,*

<sup>90</sup> Lei nº 1.983, de 14 de novembro de 1963, que equipara os vencimentos de secretários e assessor técnico do Tribunal de Contas aos do Secretário do Tribunal de Justiça do Estado.

<sup>91</sup> Aposentou-se em 26 de dezembro de 1963.

<sup>92</sup> Aposentou-se em 26 de dezembro de 1963.

<sup>93</sup> Em 11 de janeiro de 1963.

<sup>94</sup> Ata 1ª de 2 de janeiro de 1963 – TCE-MT.

<sup>95</sup> Ruy Barbosa de Oliveira, jurista, orador, escritor, político brasileiro, jornalista. Em 1889 foi Ministro da Fazenda.

tinha por atribuição “fiscalizar os atos do Poder Executivo, quando suscetíveis de estabelecer despesas ou interessar as finanças da República e julgar as contas de todos os responsáveis por dinheiros públicos, qualquer que fosse o Ministério a que pertencessem”. Se a criação não motivou grandes percalços, certamente, pela presença do grande Ruy Barbosa, cognominado o “pai espiritual do instituto”, já a regulamentação da instituição deu margem até a um curioso projeto de “nova criação” Ruy então já abandonara o Ministério – trazendo aquele estapafúrdio “projeto” notas à margem pelas quais se positivava o veto absoluto do “Marechal de Ferro”. A causa do alvoroço todo foi a fiscalização prévia. Não se admitia a hipótese do Tribunal examinar para conceder; devia conceder antes e examinar depois. Regulado, provisoriamente, através do Decreto nº 1.166, de 17 de dezembro de 1892 e levado ao Congresso, o Regulamento Provisório estabeleceu discussão tudo em torno do registro prévio, motivando a demissão do Ministro da Fazenda, Serzedelo Correia. Aprovado, finalmente, foi integralmente vetado por Floriano Peixoto. Causa do Veto: Fiscalização Prévia. Então, foi preciso que Floriano Peixoto não fosse mais Presidente da República para que o Tribunal de Contas tivesse sua regulamentação plenamente aprovada. A Constituição de 1891 classificava o Tribunal de Contas como um “órgão auxiliar” do Congresso. Era um órgão de fiscalização do Poder Executivo; não um órgão do Poder Executivo. Já a Constituição de 1934 considerou-o “órgão de cooperação” nas atividades governamentais, o que levou o comentador dos textos constitucionais a declarar que o “legislador constituinte errara em embulhar Ministério Público, Tribunal de Contas e Conselhos Técnicos, uma vez que dita Constituição aceitara o “elemento judiciário” do Tribunal, portanto, em contradição com a definição de órgão de cooperação. O Tribunal de Contas era assim, um órgão “sui generis” do Poder Judiciário. A Constituição de 1937, outorgada no Estado Novo, embora revolucionária, manteve o Tribunal de Contas afastando dele, porém, aquela condição de órgão auxiliar do Poder Legislativo até porque esse poder se diluía nos textos constitucionais, sem alterar-lhe essencialmente as atribuições, o mesmo acontecendo com Diploma nº 1946, embora profundamente democrático. Continuou, porém, a função judiciária. A Lei maior vigente confirmou o Tribunal como órgão auxiliar do Poder Legislativo, mantendo-lhe a função de julgar contas. É corpo judiciário no plano material e corpo auxiliar do Congresso Nacional no plano formal. O que demanda do suceder de leis básicas de um modo que já vai-se tornando claro é a tendência para libertar o Tribunal de Contas dessa condição de órgão auxiliar do Legislativo. Nota-se mesmo nuança para um quarto Poder. Mesmo Ruy Barbosa, já em 1890 classificava o Tribunal de Contas como “corpo de magistratura intermediária entre a administração e a legislatura” ocupando uma “posição autônoma”. Isso mesmo foi o que afirmara Apanício Mendes, escritor uruguaio, que em recente obra escreveu “ Si tuviéramos que qualificar el Instituto diríamos que se trata de una organización a la que el constituyente atribuyó importancia fundamental, elevándola casi a la categoría de un poder”. Mas foi Genésio de Almeida Moura, saudoso Ministro do Tribunal de Contas paulista quem, a nosso ver, melhor definiu a posição do Tribunal de Contas em relação aos três Poderes. Diz ele: A fonte de autoridade do Tribunal não é o Legislativo. Quem a confere é a Constituição, em igualdade de condições com a dos três ramos de Poder. O Legislativo não é superior hierárquico. Não lhe dá ordens... O Tribunal

*obedece tão somente à Constituição e às leis gozando, portanto, de integral autonomia... O Tribunal de Contas não é órgão auxiliar do Legislativo, em sentido estrito, mas um órgão autônomo situado entre os três poderes, com autoridade também diretamente derivada da Constituição". (...) Durante esses nove anos de existência do nosso Tribunal de Contas, ele vem procurando cumprir as suas atribuições constitucionais. É verdade que muitas delas estão por ser exercitadas não, porém, por nossa própria vontade ou omissão. É que falta-nos uma Lei Orgânica completa, atual que dê ao Tribunal maior amplitude de ação em desenvolvimento da que emana do Diploma maior. A nossa Lei Orgânica, que é falha sob muitos aspectos, data de 14 de agosto de 1947, quando da instituição da antiga Comissão Legislativa. Não atende, como não atendia às necessidades do órgão controlador na amplitude preconizada. Não se diga que nós, Ministros do Tribunal, deixamos esse encargo a outros. Fizemos um anteprojeto da Lei Orgânica que não teve o andamento devido, hoje arcaico. Urge a feitura de outros, dentro das orientações advindas dos Congressos de Tribunais de Contas, cujo espelho é a Lei Orgânica do Tribunal paulista. Por outro lado, há Leis Estaduais que dispõem, se bem que de forma incompleta, sobre a prestação de contas de entidades autárquicas e até das sociedades de economia mista.<sup>96</sup> Alcançando esse "desideratum" e com ampliação oportuna do quadro de funcionários estará o nosso Tribunal de Contas plenamente capacitado para o exercício integral de suas funções.<sup>97</sup>*

## Décima Primeira Mesa Diretora 1964 a 1965 – (02.01.1964 a 04.01.1965)

<b>Presidente:</b>	Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Frederico Vaz de Figueiredo
<b>Membros:</b> Ministros	Clóvis Corrêa Cardozo
	Lenine de Campos Póvoas
	João Moreira de Barros
	Manoel José de Arruda <sup>98</sup>
	Licínio Monteiro da Silva <sup>99</sup>
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>100</sup>

<sup>96</sup> Lei nº 1.539, de 8 de setembro de 1961, que dispõe sobre a CASEMAT; Lei nº 1.667, de 09 de novembro de 1961; Lei das Concorrências Públicas, que data de 1927; Lei 1.638, de 28 de outubro de 1961, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso.

<sup>97</sup> Ata Iª de 2 de janeiro de 1963 – TCE-MT.

<sup>98</sup> A partir de 7 de janeiro de 1964.

<sup>99</sup> A partir de 8 de janeiro de 1964.

<sup>100</sup> Em 29 de janeiro de 1964.

O Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo, Presidente eleito, bastante emocionado, recordou dez anos atrás, quando o Tribunal de Contas dava os seus primeiros passos, lembrando dos seus companheiros que acabavam de deixar a Casa, aposentados, como os Ministros Luiz Felipe Sabóia Ribeiro e Clóvis Hugueneu, não esquecendo do “velho” e saudoso Ministro Rosário Congro, já falecido.

Fez-se presente na posse do Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo o Deputado Estadual Licínio Monteiro da Silva, já nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, tomando posse em 8 de janeiro de 1964.

O Presidente Conselheiro, em 20 de junho de 1964, consultou o Plenário sobre os procedimentos a serem adotados com referência aos pagamentos salariais dos ministros, procurador, secretário e assessor Técnico do Tribunal. Os Conselheiros decidiram, por unanimidade, que os pagamentos deveriam ser feitos de acordo com a tabela constante da Lei nº 2.154 do corrente mês, aos ministros e procurador. Quanto aos vencimentos do secretário e assessor técnico, seriam feitos de acordo com os vencimentos que vinham percebendo anteriormente, até que fosse sancionada, pelo Executivo, a tabela do quadro do Tribunal de Justiça. Uma folha suplementar deveria ser elaborada, constando a diferença dos respectivos vencimentos a serem pagos ao secretário e ao assessor técnico deste Tribunal.<sup>101</sup>

## Décima Segunda Mesa Diretora 1965 a 1966 – (04.01.1965<sup>102</sup> a 03.01.1966)

<b>Presidente:</b>	Ministro Clóvis Corrêa Cardozo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Lenine de Campos Póvoas
<b>Membros: Ministros</b>	João Moreira de Barros Benedito Vaz de Figueiredo Manoel José de Arruda Frederico Vaz de Figueiredo Licínio Monteiro da Silva
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>103</sup>

Falece o Ministro Clóvis Hugueneu em 6 de novembro de 1965. Em homenagem, o Procurador-geral, Dr. Sebastião de Oliveira, fez um resumo do discurso proferido pelo falecido Ministro em sua posse no Tribunal de Contas, dizendo:

<sup>101</sup> Ata nº 81, de 20 de julho de 1964 – TCE-MT.

<sup>102</sup> Lei nº 2.523, de 24 de novembro de 1965, equipara os vencimentos dos contabilistas do Tribunal de Contas do Estado aos dos funcionários do Tribunal de Justiça. Lei nº 2.405, de 28 de junho de 1965, cria no Tribunal de Contas um cargo isolado de provimento efetivo.

<sup>103</sup> Em 7 de julho de 1965.

*Havia mais mérito naquela posse do que em qualquer outra porque nesta, o empossado vinha de humilde posição, subindo degrau a degrau, na universidade da experiência, no exercício da função judicante; o Ministro Clóvis Hugueney não desmentira passado e devotamento à causa pública perecendo em condições tão trágicas, deixavam desolados a todos os membros da sua família, bem como, a todos os amigos e companheiros do TCE.*

O Ministro Lenine de Campos Póvoas subscreveu a manifestação, mostrando *o quanto era dolorosa para ele a morte do Ministro Clóvis Hugueney, velho companheiro da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e do Tribunal de Contas.*

Por sua vez o Ministro Frederico Vaz Figueiredo se associou às manifestações de pesar dos membros da Casa, lembrando que iniciara a amizade com o Ministro Clóvis Hugueney, quando ele era Consultor Jurídico do Estado e que o falecido residia no leste mato-grossense.

### Décima Terceira Mesa Diretora 1966 a 1967 – (03.01.1966<sup>104</sup> a 02.01.1967)

<b>Presidente:</b>	Ministro Frederico Vaz de Figueiredo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Manoel José de Arruda
<b>Membros: Ministros</b>	Lenine de Campos Póvoas Clóvis Corrêa Cardozo Benedicto Vaz de Figueiredo Licínio Monteiro da Silva João Moreira de Barros
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>105</sup>

É importante dizer que Teresino Alves Ferraz, funcionário de carreira do Tribunal de Contas, foi nomeado para o cargo de Assessor Técnico deste TCE<sup>106</sup>, e anos mais tarde viria a ocupar cadeira na Mesa Diretora como Conselheiro e como Presidente Conselheiro.

---

<sup>104</sup> Lei nº 2.596, de 29 de janeiro de 1966, acrescenta um parágrafo no artigo 1º da Lei nº 2.523, de 24 de novembro de 1965.

<sup>105</sup> Em 5 de outubro de 1966.

<sup>106</sup> Ata nº 16, de 11 de março de 1966 – TCE-MT.

## Décima Quarta Mesa Diretora 1967 a 1968 – (02.01.1967 a 02.01.1968)

<b>Presidente:</b>	Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Licínio Monteiro da Silva
<b>Membros: Ministros</b>	Lenine de Campos Póvoas <sup>107</sup> Clóvis Corrêa Cardozo <sup>108</sup> João Moreira de Barros Frederico Vaz de Figueiredo Manoel José de Arruda Valdir dos Santos Pereira <sup>109</sup> Benjamim Duarte Monteiro <sup>110</sup>
<b>Procurador-geral:</b>	Sebastião de Oliveira <sup>111</sup>
<b>Procurador-geral:</b>	José do Carmo Ferraz <sup>112</sup>
<b>Procurador-geral Substituto:</b>	Levino do Amaral <sup>113</sup>

O ano de 1967 foi marcado por perdas significativas para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, pois em julho aposentou-se o Ministro Lenine de Campos Póvoas; em agosto faleceu o Ministro Clóvis Cardoso, e em junho aposentou-se o Dr Sebastião de Oliveira. Os Ministros Lenine de Campos Póvoas e Clóvis Corrêa Cardozo foram substituídos pelos Ministros Valdir dos Santos Pereira e Benjamim Duarte Monteiro.

No ano anterior, a sessão de 11 de março foi marcada pelo discurso do Ministro Lenine de Campos Póvoas, que assim apresentou sua despedida:

*(...) a vida é assim, temos diversos caminhos a trilhar (...). Relembrou a viagem realizada em 1939, quando em companhia de seus pais, deixaram a nossa Cuiabá, para ir até ao Rio de Janeiro, em busca do aprimoramento na sua formação intelectual visando a sua vida profissional, que foi iniciada na Universidade do Brasil. Pouco depois, veio a formatura, o casamento com D. Arlete Gargaglione Póvoas e acrescentou:*  
*(...) tinha a felicidade de ter encontrado aquela que seria a companheira ideal, na minha existência.*<sup>114</sup>

---

<sup>107</sup> Aposentou-se em 5 de julho de 1967.

<sup>108</sup> Faleceu em 5 de agosto de 1967.

<sup>109</sup> A partir de 5 de julho de 1967.

<sup>110</sup> A partir de 17 de novembro de 1967.

<sup>111</sup> A partir de 17 de novembro de 1967.

<sup>112</sup> A partir de 12 de setembro de 1967.

<sup>113</sup> Em 28 de março de 1967.

<sup>114</sup> *Idem*.

O Ministro João Moreira de Barros não escondeu os seus aborrecimentos com a aposentadoria do Ministro Lenine Póvoas, "(...) uma luz apagaria no Plenário, mas espero que mesmo aí fora o ex-ministro Lenine de Campos Póvoas continue a nos ajudar com a sua inteligência brilhante e cultura admirável"<sup>115</sup> .

Em relação ao falecimento do Ministro Clóvis Corrêa Cardozo, o Dr. Teresino Alves Ferraz, que mais tarde se tornou Conselheiro, assim se pronunciou:

*Neste momento de tristeza, de lembranças e saudades, e, ainda sob o impacto do rude golpe que acabamos de sofrer com o súbito desaparecimento do nosso chefe, o Ministro Clóvis Corrêa Cardozo, cumpre-me o doloroso dever de, na qualidade de representante de funcionários da Casa, nesta sessão especial de homenagem póstuma, dizer que estamos cobertos de luto, nossas palavras singelas têm o valor de quase uma prece, numa afirmação de vazio e de desencantamento. Este é o nosso estado d'alma! O Ministro Clóvis Corrêa Cardoso foi tudo, principalmente amigo paternal dos seus funcionários. Desapareceu deixando um vácuo que dificilmente será preenchido. Choramos a sua brusca e irreversível partida! Mas senhores, no dizer do grande Ruy Barbosa, a morte não extingue: transforma, não aniquila; renova, não divorcia – aproxima. Assim, o nome do nosso grande amigo e chefe, estará cada vez mais presente em nossos corações, animando-nos diariamente a enfrentar os diversos misteres deste órgão, o que ele fez com tanto carinho, dedicação e desprendimento. Rendemos, nesta oportunidade, o preito da nossa homenagem póstuma àquele que soube ser, concomitante-mente, um chefe zeloso e um bom amigo para os funcionários da Casa. Esta é a razão da nossa dor e do nosso pranto, neste dia de luto e de tristeza para o Tribunal de Contas.*<sup>116</sup>

## Décima Quinta Mesa Diretora 1968 a 1969 – (02.01.1968<sup>117</sup> a 02.01.1969)

<b>Presidente:</b>	Ministro Licínio Monteiro da Silva
<b>Vice-presidente:</b>	Ministro Valdir dos Santos Pereira
<b>Membros: Ministros</b>	Benedicto Vaz de Figueiredo <sup>118</sup> João Moreira de Barros Frederico Vaz de Figueiredo

---

<sup>115</sup> Ministro João Moreira de Barros.

<sup>116</sup> Dr. Teresino Alves Ferraz.

<sup>117</sup> Lei nº 2.864, de 11 de novembro de 1968, estende aos demais servidores do Tribunal de Contas as vantagens constantes da Lei nº 2.596, de 29 de janeiro de 1966. Lei nº 2.886, de 26 de dezembro de 1968, fixa o quadro de pessoal administrativo do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>118</sup> O Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo foi o único a exercer por quatro vezes a Presidência do TCE.

Manoel José de Arruda  
Manoel de Oliveira Lima<sup>119</sup>  
Benjamim Duarte Monteiro

**Procurador-geral:** José do Carmo Ferraz  
**Procurador-geral Substituto:** Levino do Amaral<sup>120</sup>

O Ministro Valdir dos Santos Pereira, que fora designado pelo presidente para implantar a reforma dos serviços e mobiliário do Tribunal de Contas, apresentou ao Plenário a necessidade da aquisição de uma máquina de contabilidade, Audit 1513, e de acessórios, cuja proposta é apresentada pela firma Olivetti, considerando a necessidade de modernização do TCE. Foi esta aprovada, a fim de que a Corte de Contas pudesse cumprir as finalidades da Casa, até então feitas de forma manual, implicando em lentidão dos trabalhos realizados no âmbito da Instituição.

O Ministro Benedicto Vaz de Figueiredo, após ter sido eleito para ocupar a presidência por quatro vezes, em rápidas palavras apresentou suas despedidas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em decorrência de aposentadoria.<sup>121</sup>

O Ministro aposentado Luiz Felipe Sabóia Ribeiro faleceu no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara<sup>122</sup>, e foi homenageado pelo Ministro João Moreira de Barros em sessão especial no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.<sup>123</sup>

*(...) Senhor Presidente, Senhores Ministros: por esta Casa passou um dos homens mais cultos e inteligentes que já conhecemos. Era um colega que encantava pela simplicidade, pela delicadeza. Não fazia alarde de reconhecimentos, mas mostrava-os quando necessários. Era um dos maiores compradores de livros que conhecemos. Os agentes das Editoras não voltavam de sua casa sem um pedido. Médico, versava questões de Direito se não com a maestria dos doutos, pelo menos com a facilidade própria dos privilegiados de inteligência. Quantas vezes vemo-lo terçar luvas na defesa de pontos de vista indefensáveis juridicamente, mas a sinceridade com que o fazia, mais do que isso, os argumentos que trazia à discussão outorgavam-lhe uma admiração e um respeito de nossa parte. Gostava de vulnerar os Pareceres da Procuradoria Geral, sem ofender o seu então titular, sem desprezá-los, atacava-os de frente. A herança jurídica com que qualificava os argumentos da Procuradoria Geral não era dessas que se tomasse no sentido todo especial, até jocoso, quase carinhoso embora, às*

---

<sup>119</sup> A partir de 3 de abril de 1968.

<sup>120</sup> Em 28 de março de 1967.

<sup>121</sup> Ata nº 29, de 6 de março de 1968, permanecendo no Tribunal até 6 de março de 1968 – TCE-MT.

<sup>122</sup> Ata nº 53, de 9 de maio de 1968 – TCE-MT.

<sup>123</sup> Ata nº 54, de 10 de maio de 1968 – TCE-MT.



*vezes, dita em voz acentuada, tal o calor da discussão. E tanto assim era que jamais houve uma rebatida violenta por parte da Procuradoria Geral, que podia fazê-lo: Vossa Excelência é leigo. Não. Jamais ouvimos tal. Parecia um pai que repreendia um filho, um pai bem intencionado e um filho bem educado.*

*Nós que partilhamos de sua convivência por vários anos, sentimos ainda sua presença mais recentemente aqui, mais remotamente na antiga sede. Como que ouvimos ainda sua voz ressoar neste Plenário. É com saudades, que rememoramos o vulto, daquele ex-colega, Senhores Ministros! Morreu o Ministro Sabóia Ribeiro! Um dos fundadores deste Egrégio Tribunal, seu Presidente por duas vezes. É dele que falamos. Vemo-lo na Presidência e no Plenário como primeiro Vogal, pois era o mais antigo. Em ambos os postos participava, com dinamismo. Era bom vê-lo dirigindo ou votando.*

*Autor de vários Projetos de Resolução adotados pelo Tribunal, o Ministro Sabóia Ribeiro defendia-os com tenacidade e conhecimentos. Vemo-lo defendendo tese no I Congresso de Tribunais de Contas do Brasil em São Paulo com o mesmo vigor e desembaraço com que falava nesta Casa. Vemo-lo depois, em Porto Alegre intervindo nos debates do III Congresso.*

*Ainda fomos vê-lo no último Congresso no Rio de Janeiro já então aposentado, há precisamente um ano. Era outro homem, parece que a aposentadoria retirou-lhe a voz ou não se sentia à vontade, pois não fora escolhido oficialmente pelo nosso Tribunal para representá-lo. Não se sentia com autoridade ou, como tem acontecido com os outros, a aposentadoria longe de ser um prêmio, mais é um castigo. Não ouvimos seu "canto de cisne". Bom chefe de família, pai extremoso, capaz dos maiores sacrifícios para ver um filho bem. Pelos filhos, dizia, iria ao extremo. Privava-se de algo para dar à família.*

*Em sua casa recebia os amigos e colegas com a lhanza e fidalguia própria dos grandes espíritos. Reclamava visitas dos amigos e pagava-as religiosamente. Relaxado na aparência, era uma alma limpa.*

*Morreu Sabóia Ribeiro! Não contaremos mais com o amigo bom e dedicado. Daqui para frente só o exemplo de bondade, de carinho e de amor ao trabalho.<sup>124</sup>*

Ainda nesta gestão, o Ministro Valdir do Santos Pereira apresentou ao Plenário um anteprojeto criando o Departamento Administrativo, numa revelação da dinâmica observada neste Tribunal.<sup>125</sup>

<sup>124</sup> Ministro João Moreira de Barros — Transcrição Prof<sup>a</sup>. Neila Maria Souza Barreto.

<sup>125</sup> Ata nº 62, de 30 de maio de 1968 — TCE-MT.

Décima Sexta Mesa Diretora  
1969 a 1970 – (02.01.1969<sup>126</sup> a 02.01.1970)

**Presidente:** Ministro Valdir dos Santos Pereira<sup>127</sup>  
**Vice-presidente:** Ministro Benjamim Duarte Monteiro  
**Membros: Ministros** João Moreira de Barros  
Frederico Vaz de Figueiredo  
Licínio Monteiro da Silva  
Manoel José de Arruda  
Manoel de Oliveira Lima  
Rachid J. Mamed<sup>128</sup>  
**Procurador-geral:** José do Carmo Ferraz<sup>129</sup>  
**Subprocuradora:** Ena Maria de Almeida<sup>130</sup>

Com a aposentadoria do Ministro Valdir dos Santos Pereira, a 5 de novembro de 1969, assumiu a Presidência do Tribunal de Contas o Vice-presidente, Ministro Benjamim Duarte Monteiro, permanecendo na Presidência até 2 de janeiro de 1970.



Ministro Benjamim Duarte Monteiro assume a presidência do Tribunal de Contas no lugar do Ministro Valdir dos Santos Pereira, no dia 5 de novembro de 1969. Da esquerda para a direita: Procurador, Dr. José do Carmo Ferraz, Teresino Alves Ferraz, Ana Maria de Figueiredo (D. Galega) e os Ministros Licínio Monteiro da Silva, Frederico Vaz de Figueiredo, Benjamim Duarte Monteiro, Manoel José de Arruda, João Moreira de Barros, Manoel de Oliveira Lima, e o servidor José da Conceição Gonçalves.  
FONTE: Arquivo do TCE-MT.

<sup>126</sup> Lei nº 2.948, de 18 de setembro de 1969, dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>127</sup> Aposentou-se em 5 de novembro de 1969.

<sup>128</sup> A partir de 2 de dezembro de 1969. Entrou na vaga do Ministro Valdir dos Santos Pereira.

<sup>129</sup> Segundo a Ata nº 123, de 5 de novembro de 1969, é efetivado no cargo de Procurador Geral.

<sup>130</sup> Primeira mulher a ocupar o cargo de Subprocuradora no TCE-MT, a partir de 5 de janeiro de 1970.

Nesta gestão o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso publicou o primeiro número do Boletim Mensal das atividades do TCE <sup>131</sup>, e o Ministro João Moreira de Barros, na ocasião, consignou um voto de louvor ao presidente do Tribunal de Contas – Valdir dos Santos Pereira, pela iniciativa da publicação desse periódico<sup>132</sup>. Atualmente, esse trabalho é realizado pela área de Comunicação Social do TCE, sob a responsabilidade da Jornalista Alice Mattos Loureiro.

O Ministro João Moreira de Barros foi empossado no cargo de Presidente do “Lions Esporte Clube”, desta cidade de Cuiabá, no dia 25 de junho de 1969.

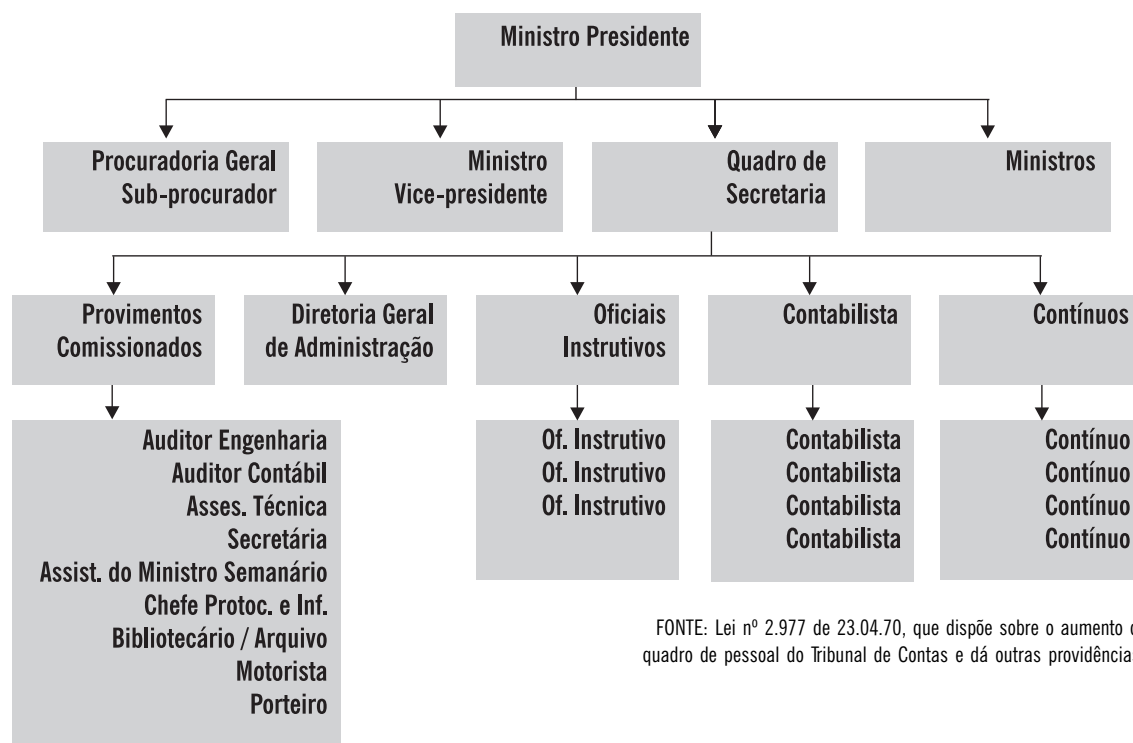
O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a partir da Lei nº 2.948, de 18 de setembro de 1969, incorporou em sua estrutura organizacional o Corpo Deliberativo, assim composto:

1- CORPO DELIBERATIVO: os Conselheiros.

2- CORPO INSTRUTIVO: os funcionários e os integrantes do Ministério Público, representado pela Procuradoria, constituída de um Procurador-Chefe e de Procuradores de Justiça, sendo o Dr. José do Carmo Ferraz efetivado no cargo de Procurador-geral.

Em 2 de janeiro de 1970 foram inaugurados no TCE-MT a Imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo, localizado na Diretoria Geral, e o busto de Ruy Barbosa, por sua vez no Plenário do TCE.

## ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE CONTAS Década de 1960



FONTE: Lei nº 2.977 de 23.04.70, que dispõe sobre o aumento do quadro de pessoal do Tribunal de Contas e dá outras providências.

<sup>131</sup> Ata nº 15, de 20 de fevereiro de 1969 – TCE-MT.

<sup>132</sup> *Idem*.

## Décima Sétima Mesa Diretora 1970 a 1971 – (02.01.1970 a 04.02.1971)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Manoel José de Arruda
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro João Moreira de Barros
<b>Membros:</b> Conselheiros	Frederico Vaz de Figueiredo Licínio Monteiro da Silva Rachid J. Mamed Manoel de Oliveira Lima Benjamim Duarte Monteiro
<b>Procurador-geral:</b>	José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradora:</b>	Ena Maria de Almeida <sup>133</sup>
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Teresino Alves Ferraz <sup>134</sup>

O Conselheiro João Moreira de Barros, retomando o pensamento do seu discurso proferido em 1963, lembrou as atribuições dos tribunais estaduais:

*(...) Já a Constituição de 1937, do chamado Estado Novo, apesar de sua origem – uma Constituição outorgada – manteve também o Tribunal de Contas sem alterar-lhe essencialmente as atribuições, o mesmo acontecendo com o Diploma n° 1946, embora profundamente democrático. Já a Constituição de 1967 fê-lo com extrema profundidade. Por inspiração do ex-ministro Roberto Campos extinguiu-se o quase secular Registro Prévio e instituiu-se a Auditoria Financeira Orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos três poderes da União que deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar inspeções que considerarem necessárias.*

*Por outro lado, o julgamento da regularidade das contas dos administradores e dos mais responsáveis serão baseadas em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas sem prejuízo das inspeções acima referidas. Além de poder, a lei cria delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições e na descentralização dos seus trabalhos, o Tribunal representará o Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidade e abusos por ele verificados podendo, ele próprio, até sustar a execução do ato, menos quanto aos contratos a respeito dos quais a medida fica a depender de pronunciamento do Congresso.*

*Como se só isso não bastasse, a Emenda Constitucional n° 1, de 7 de outubro de 1969, além de*

---

<sup>133</sup> Em 5 de novembro de 1970.

<sup>134</sup> O cargo de Diretor-geral de Administração do TCE foi criado pela Lei n° 2.886, de 26 de dezembro de 1968, sendo o primeiro Diretor-geral de Administração do TCE o Dr. Teresino Alves Ferraz, no período de 6 de março de 1970 a 24 de outubro de 1971.

*confirmar o estatuído no Diploma de 1967, estendeu a ação dos Tribunais de Contas dos Estados a fiscalização dos municípios. Hoje os Tribunais de Contas dos Estados emitem parecer prévio também, sobre as contas dos Prefeitos e, para tanto a Lei Ordinária – aqui em Mato Grosso a Lei nº 3.010, de 8 de outubro de 1970, aprofunda ainda mais as atribuições do Tribunal em relação à fiscalização municipal, como decorrência do Artigo 16 da Constituição Federal.*

*Os Tribunais de Contas, hoje, seguem obrigatoriamente o modelo federal. A Constituição Federal de 1967 fixava um prazo de 60 dias para que os Estados adaptassem suas Constituições, sob pena de incorporação automática das normas nela expressas. E a Emenda nº 1, de 1969, manda incorporar ao direito constitucional legislado dos Estados, no que couber, às suas disposições. É preciso que a Constituição do nosso Estado adote “ipsis litteris” o conteúdo federal.*

*O nosso Tribunal que vinha de braços com a instituição da auditoria financeira e orçamentária, novidade lançada em 1967 e que motivara a mais variadas interpretações, dois anos depois se vê novamente envolvido com o impacto da fiscalização municipal. A nossa Lei sobre o assunto é recente – 8 de outubro de 1970. Está o Tribunal contactando com firma especializada para a sua reorganização total para sintonização com as exigências federais.<sup>135</sup>*

O Conselheiro Presidente Manoel José de Arruda ministra palestra no Auditório do Colégio Estadual de Mato Grosso aos Prefeitos Municipais do Estado de Mato Grosso, promovida pelo SENAM – Serviço Nacional dos Municípios e ABM – Associação Brasileira dos Municípios, com o tema - “Relação do Tribunal de Contas do Estado com os Municípios mato-grossenses em Simpósio realizado nesta Capital”.

## Décima Oitava Mesa Diretora

1971 a 1972 – (04.01.1971 a 03.01.1972)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro João Moreira de Barros
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Licínio Monteiro da Silva
<b>Membros: Conselheiros</b>	Benjamim Duarte Monteiro
	Frederico Vaz de Figueiredo
	Rachid J. Mamed
	Manoel de Oliveira Lima <sup>136</sup>
	João Arinos <sup>137</sup>
	Manoel José de Arruda

---

<sup>135</sup> Ata 1ª sessão especial, de 4 de janeiro de 1971 – TCE-MT.

<sup>136</sup> Aposentou-se em 7 de outubro de 1971.

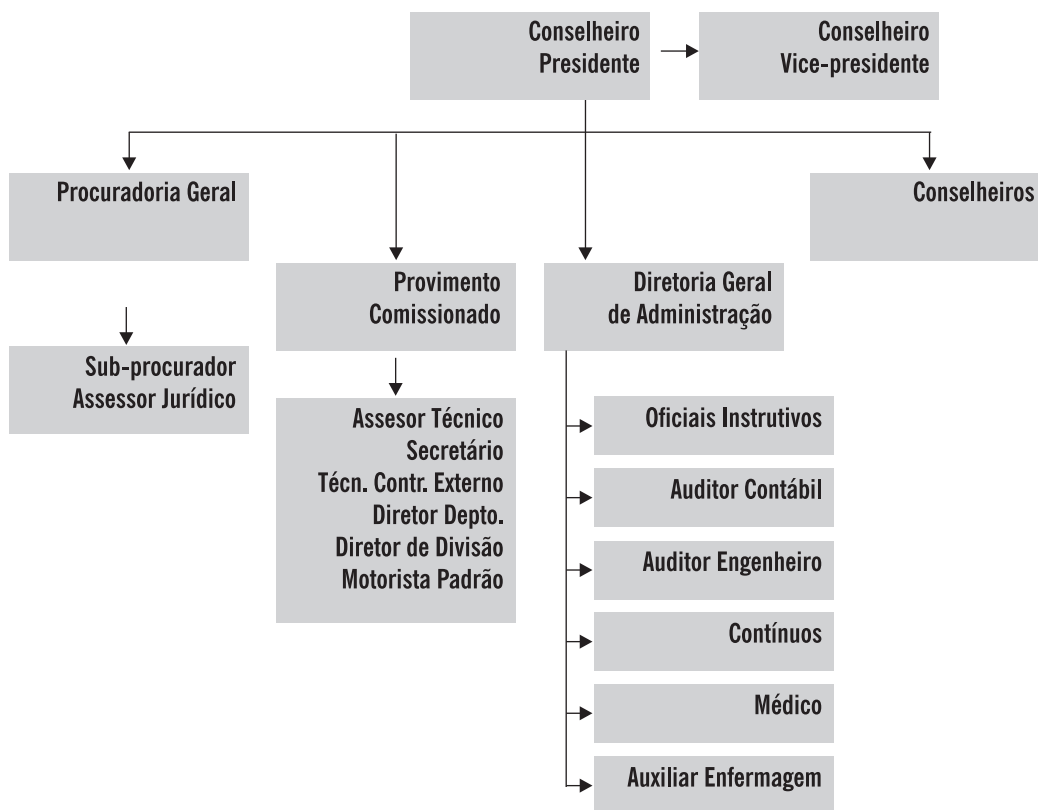
<sup>137</sup> Na vaga do Conselheiro Manoel de Oliveira Lima, a partir de 5 de novembro de 1971.

**Ministério Público:** Procurador-chefe – Dr. José do Carmo Ferraz  
**Subprocurador:** Dr. Teresino Alves Ferraz  
**Diretora-geral de Administração:** Gonçalves Neide de Lima

Em sessão especial, o Conselheiro Manoel José de Arruda fez um balanço da sua administração, justificando a implantação da Diretoria Geral de Administração, criada através da Lei nº 2.886, de 26 de dezembro de 1968. Prosseguiu com a reforma do Regimento Interno e implementou as aprovações de projetos que se transformaram em várias resoluções.

Criação da Auditoria Contábil e outra de Engenharia, criação de dois cargos de Assessor Jurídico, Subprocurador, dez cargos de Contabilistas, bem como concurso para o provimento das respectivas vagas; reciclagens e treinamentos através de consultoria para aprimoramento do corpo técnico do TCE, implantação da fiscalização nos municípios.

## ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE CONTAS Década de 1970



FONTE: Resoluções nºs 1/7 — Aprova o Regulamento dos serviços internos; 2/709 — dispõe sobre o controle externo da fiscalização financeira e orçamentária dos municípios; 3/70 — aprova o Regimento Interno do TCE-MT; 4/70 — Dispõe sobre o exame das contas anuais dos prefeitos; 5/70 — Dispõe sobre a criação de delegações de controle do tribunal; 6/70 — Dispõe sobre o pedido de intervenção do Estado nos municípios e dá outras providências.TCE-MT.

Nessa gestão, a partir de 21 de janeiro de 1970, os Ministros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso passaram a ser denominado de Conselheiros.<sup>138</sup>

O Tribunal de Contas aprovou, por maioria, o anteprojeto de reestruturação do quadro e valorização dos padrões de vencimentos do pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, determinando o seu encaminhamento ao então Governador do Estado de Mato Grosso, José Fontanillas Fragelli.<sup>139</sup>



Ao centro o Governador do Estado, José Fontanillas Fragelli, durante Sessão Solene do Tribunal de Contas, 1972. A direita, o Conselheiro João Moreira de Barros e a esquerda, o Procurador José do Carmo Ferraz.  
Fonte: Arquivo TCE-MT.

Aprovou também o anteprojeto referente ao disciplinamento das fiscalizações dos municípios do Estado, elaborado pelo Dr. Edilberto Luiz da Silva.

### Décima Nona Mesa Diretora

1972 a 1973 – (03.01.1972 a 02.01.1973)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Licínio Monteiro da Silva
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro João Moreira de Barros
<b>Membros: Conselheiros</b>	Manoel José de Arruda Frederico Vaz Figueiredo Benjamim Duarte Monteiro Rachid J. Mamed João Arinos
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Gonçalina Neide de Lima <sup>140</sup>

<sup>138</sup> Ata nº 8, de 21 de janeiro de 1970, do TCE-MT, onde se registrou que os Ministros do TCE passariam a ser, doravante, denominados de Conselheiros.

<sup>139</sup> Ata nº 95, de 12 de agosto de 1970. Processo 1.8620/70 – TCE-MT.

<sup>140</sup> De 25 de outubro de 1971 a 23 de dezembro de 1973.



Governador do Estado, José Fontanillas Fragelli em discurso de posse do Conselheiro Licínio Monteiro da Silva como Presidente do Tribunal de Contas, em 3 de janeiro de 1972.  
Fonte: Arquivo TCE-MT.

## Vigésima Mesa Diretora

1973 a 1974 – (02.01.1973 a 04.01.1974)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro João Arinos
<b>Membros: Conselheiros</b>	Licínio Monteiro da Silva <sup>141</sup> João Moreira de Barros Frederico Vaz de Figueiredo Rachid J. Mamed Manoel José de Arruda <sup>142</sup> Luiz Marques Ambrósio <sup>143</sup> Aecim Tocantins <sup>144</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Teresino Alves Ferraz <sup>145</sup>

<sup>141</sup> Aposentou-se em 17 de março de 1973.

<sup>142</sup> Faleceu em 13 de junho de 1973.

<sup>143</sup> A partir de 24 de setembro de 1973.

<sup>144</sup> *Idem*.

<sup>145</sup> De 24 de dezembro de 1973 a 3 de janeiro de 1975.



A Mesa Diretora do Tribunal de Contas elegeu o Conselheiro João Moreira de Barros para saudar o Conselheiro Licínio Monteiro da Silva, que se aposentava compulsoriamente. Assim se expressou o Conselheiro Moreira de Barros:

*Hoje é o último dia de Vossa Excelência aqui no nosso convívio como vogal, como Conselheiro votante. Felizmente, por um dispositivo do nosso Regimento, Vossa Excelência poderá voltar aqui tantas vezes quanto quiser e gozar dos mesmos direitos e sentar ao lado dos companheiros e colegas da atividade. Os nossos colegas aposentados têm os mesmos direitos, pelo menos nas sessões especiais, exatamente nos dias de festas como este. Mas, por ser o último dia que Vossa Excelência convive conosco, após uma rápida sessão rotineira, exatamente para propiciar este momento de emoção para não dizer de tristeza, quando Vossa Excelência procura limpar a gaveta para deixá-la limpa, ao seu substituto; momento de emoção, como disse há pouco o nosso Presidente, Vossa Excelência realmente é bom, é a bondade personificada.*<sup>146</sup>

Dando continuidade às homenagens, a Procuradora-geral, Dra. Lilia Alves Ferreira, iniciou assim as suas palavras:

*Certa vez ao fazer uso deste local, um jovem Conselheiro abordou-me assim: Digo-lhe jovem, pois todo aquele que possui espírito jovem, não é velho, é laureado. A senhora é poetisa? (...) Não (...) respondi. (...) Mas, hoje faço uso desta Prenda e escrevi. (...) Quando a compulsória chega! O tempo passa em caminhada apressada. Só sentimos porque ouvimos aproximar. Da alvorada, do anoitecer e do acalmar. E numa tarde serena ao descerrar a cortina da penumbra, deparamos com a compulsória chegar. Conselheiro Licínio Monteiro! Esta não é a chegada da velhice, é certidão de que possui desde muito tempo certa qualidade. (...) Espelho de retidão, entusiasmo e zelo... Que ao transpor estes umbrais serenamente... Saireis sem nenhum pesar e com tranquilidade, certo de que como grande homem e autêntico homem público... Cumpriu e fez cumprir o dever galhardamente... Se pudesse compor-lhe-ia uma trova. Mas, como não possuo esse dom, faço este poema e, transmito-lhe como prova do dever cumprido, nobre cidadão! Aceite, Conselheiro, como despedida.*<sup>147</sup>

Com a palavra, o Conselheiro Manoel José de Arruda disse:

*Sua Excelência, a minha convivência com o Conselheiro Licínio Monteiro data de muitos anos. Ainda criança, já o conheci, casado, lutando pela vida. De maneira que esse sentimento*

<sup>146</sup> Conselheiro João Moreira de Barros. Ata nº 41, de 17 de março de 1973 – TCE-MT.

<sup>147</sup> Dra. Lilia Alves Ferreira. Ata nº 41, de 17 de março de 1973 – TCE-MT.

*de estima, da solidariedade e amizade é familiar. Os tempos passaram e, nos encontramos, em adulto e, ele já amadurecido, na Assembléia Legislativa. Adversário político, mas como disse o Conselheiro João Moreira, daqueles que só sabe fazer amigos, essa nossa amizade jamais teve uma quebra sequer e, de lá nos transferimos para esta Casa, e aqui durante 9 anos continuamos a nossa convivência e essa estima, continua e nunca houve qualquer estremecimento na nossa amizade.*

O Conselheiro Rachid J. Mamed disse ter conhecido o Conselheiro Licínio Monteiro da Silva ainda quando exercia a função de Prefeito Municipal de Poxoréu, lá em Várzea Grande trabalhando pelo seu município, e daí encontravam-se sempre por ocasião das conferências do seu partido, o PSD – Partido Social Democrático, e era interessante ver o entusiasmo de Licínio mandar “rufar o pau na UDN”.

Agradecido pelas palavras e pelas homenagens recebidas, o Conselheiro Licínio Monteiro da Silva assim respondeu:

*Senhores! Senhoras! Após uma longa jornada, chego ao fim com mais de trinta anos de serviço público, nos mais variados setores da vida pública, alcanço a idade limite para permanecer na atividade. Sou agora um septuagenário. Embora, ainda, na plenitude do vigor físico e mental, por ironia do destino, tenho que me conformar com a condição de homem septuagenário. A Constituição da República me ordena que eu me recolha aos cuidados da vida doméstica e me dedique aos interesses particulares. Gostaria de conviver com os senhores por mais tempo, porque ao longo de dez anos de labuta neste Egrégio Tribunal formei sólidas amizades que continuarei a cultivar para o resto dos meus dias. De humilde homem do campo cheguei às culminâncias deste Tribunal, o que revela, não méritos pessoais, mas a excelência do regime democrático que oferece, indistintamente, iguais oportunidades a todos. Ao longo da jornada que hoje é encerrada procurei ser fiel a mim mesmo e aos amigos. Encarei a vida sempre e somente pelo lado bom que ela nos oferece. A tristeza, o pessimismo, o desânimo, o rancor e o ódio jamais adentraram o meu coração. Nas duras lides do campo, adquiri o espírito forte e rijo para não deixar-nos abater diante dos insucessos e derrotas naturais na vida do homem público. Deixo a vida pública e retorno ao meu lar, aos afazeres particulares, após mais de 30 anos de vida pública, dos quais 13 como Deputado Estadual, 10 anos como Conselheiro deste Tribunal, 4 anos como Prefeito Municipal de Várzea Grande e 4 como membro da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá. Deixo a vida pública, mas levo na lembrança as saudades dos grandes amigos que procurei conquistar e conservar. Desta Casa guardarei as mais ternas saudades, desde os meus prezados confrades até o mais humilde servidor. Se, por acaso, algum dia causei mal a alguém, confesso que o fiz involuntariamente e peço humildemente perdão. Pelos pecados que cometi, pelos erros que pratiquei, pelas falhas em que incorri, pelos deslizes e senões deixados, nesta hora de despedida eu lhes imploro o esquecimento, eu lhes peço compreensão, eu lhes suplico desculpas. Retorno ao meu lar, retomo aos afazeres domésticos, regresso ao*

*labor da terra e do campo no meio rural e agrícola. Lá estarei apreciando ao cair a tarde os gemidos da jaó e o cantar das perdizes ariscas. Ao sopro da brisa que vem do pantanal, eu quero volver a mente para esta Casa e na imaginação rever a cada um dos senhores, erguendo em prece a Deus, pedir que os protejam e lhes recompensem pelo bem que fizeram a mim, no decorrer destes 10 anos de convivência nesta Casa. A todos! Muito obrigado.<sup>148</sup>*

Nas palavras do Conselheiro Licínio Monteiro da Silva, observa-se que a aposentadoria compulsória nem sempre vinha ao encontro das expectativas destes homens públicos. Licínio Monteiro da Silva expõe em seu discurso de despedida o desejo de permanecer trabalhando, posto que, segundo ele, “*a Constituição ordena que eu me recolha aos cuidados da vida doméstica e me dedique aos desejos particulares...*”.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso prestou homenagens póstumas ao Conselheiro Manoel José de Arruda, em sessão especial, por seu inesperado falecimento, através do Conselheiro José do Carmo Ferraz:

*(...) “A Procuradoria desta Casa deseja homenagear o Conselheiro Manoel José de Arruda, ou melhor, ao amigo nosso, ao homem que tudo fazia pela cidade em que nasceu e viveu, pela nossa Capital, o homem que passou toda a sua vida dando de si, procurando beneficiar os seus irmãos; neste momento unidos prestamos as mais sentidas condolências”.*

Por sua vez, o Conselheiro João Moreira de Barros afirmou:

*Ontem já à noite fomos visitá-lo no seu leito de dor, a verdade é que perdemos um grande amigo, um grande colega, sentíamos a sua ausência, mas esperávamos vê-lo recuperado. Partiu o Conselheiro Manoel José de Arruda! Para prestar contas com o Divino Mestre, temos certeza que elas serão aprovadas....*

O Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo assim se expressou:

*A minha manifestação é nesse sentido, as homenagens devem ser prestadas em vida. (...) porque a morte nivela (...) exterioriza essa parcela de sofrimento aos entes queridos que aqui ficam... Deve ser eu que mais trato teve com o Conselheiro Manoel José de Arruda, homem de bem, homem honesto, mas intransigente, por fim nesta homenagem fúnebre, a faço debaixo de uma grande emoção que domino e com admiração e respeito do amigo de infância e, que seja feita comunicação à família do homenageado.*

O Conselheiro Rachid J. Mamed, ao fazer referência especial ao Conselheiro José Manoel de Arruda, ressaltou que:

---

148 Conselheiro Licínio Monteiro da Silva. Ata de 2 de janeiro de 1973 – TCE-MT.

*O Conselheiro, bom pai, como chefe de família, exemplar, sempre procurando solução aos problemas dos seus filhos, assim associo-me às homenagens póstumas.*<sup>149</sup>

Durante a gestão desta Mesa Diretora ocorreu o VII Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, em Belém, de 8 a 12 de outubro de 1973, com a participação dos Conselheiros Benjamim Duarte Monteiro, João Moreira de Barros e João Arinos.<sup>150</sup>

### Vigésima Primeira Mesa Diretora 1974<sup>151</sup> a 1975 – (04.01.1974<sup>152</sup> a 06.01.1975)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Rachid J. Mamed
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro
<b>Membros: Conselheiros</b>	João Arinos João Moreira de Barros Frederico Vaz de Figueiredo Luiz Marques Ambrósio <sup>153</sup> Aecim Tocantins Alexandrino Marques <sup>154</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradora:</b>	Lília Alves Ferreira
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Teresino Alves Ferraz <sup>155</sup>

O Procurador José do Carmo Ferraz fez um balanço da gestão presidida pelo Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro, dizendo:

*(...) Assim, queremos trazer ao conhecimento de todos, com a consciência tranqüila do dever*

---

<sup>149</sup> Ata de sessão especial do TCE-MT.

<sup>150</sup> Boletim do TCE-MT, Cuiabá, ano V, n.52, out. 1973.

<sup>151</sup> Lei 3.590, de 16 de dezembro de 1974, cria cargos, altera e valoriza padrões do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>152</sup> Nesta gestão, o TCE situava-se nos 3º e 4º pavimentos do Palácio do Governo, na Praça Alencastro, cujos telefones eram: 4178; 2618; 2918; 2919; 4179 e 4447.

<sup>153</sup> Faleceu em 18 de junho de 1974.

<sup>154</sup> A partir de 30 de setembro de 1974.

<sup>155</sup> De 24 de dezembro de 1973 a 3 de janeiro de 1975.

*cumprido, o rol de processos que passaram por nossas mãos durante o exercício de 1973. A Procuradoria Geral proferiu neste ano de 1973 passado, 4.372 pareceres assim discriminados: prestações de contas 1.706, balancetes de exatarias examinamos 467, pareceres sobre contas de municípios de gestão de prefeitos 779, devedores de adiantamento 266, aposentadorias 133, diversos 64, reformas 7, locação de prédio 1.*

*Conselheiro Rachid J. Mamed, hoje começa dirigir o Tribunal de Contas de Mato Grosso. Nós vivemos, Conselheiro, em Mato Grosso aquilo que Ortega Y Gasset nos idos de 30 já falava na "Rebelião de Las Massas", o problema do cheio. As ruas estão cheias, as praças estão lotadas, o comércio apinhado de gente, os hospitais também estão lotados. Cresce o orçamento do Estado de 430 milhões para quase 700 milhões de cruzeiros; cresce com isso a responsabilidade governamental da aplicação desse dinheiro e cresce também a responsabilidade do Tribunal de Contas no trato que lhe compete pela Constituição Federal, Estadual e Leis Particulares, de Fiscal, da execução orçamentária. A cada ano que passa, graças a Deus, cresce este Mato Grosso e cresce também, a responsabilidade de todos nós que estamos à frente da administração pública e, principalmente daqueles como V. Exa. vai dirigir um Tribunal de Contas. Nós tivemos em Mato Grosso, o período do Registro Prévio. Tivemos numa parece que transição, um período de Registro "a posteriori"; sabemos já aprovado pelo Poder Legislativo, em primeira discussão a Emenda Constitucional que colocará Mato Grosso de acordo com o que prescreve a Constituição Federal, numa fiscalização moderna, numa fiscalização sem registro. Caberá a V. Exa., portanto, colocar este Tribunal e providenciar para que ele ao final de sua gestão administrativa tenha sabido conduzir para cada vez mais engrandecer e para cada vez mais fazer respeitar.*

Em relação ao falecimento do Conselheiro Luiz Marques Ambrósio, a Presidência do Tribunal de Contas, em sessão especial do dia 19 de junho de 1973, assim manifestou seu pesar:

*É sem dúvida motivo de luto para o Tribunal de Contas, é sem dúvida motivo de luto para todos nós que trabalhamos nesta Casa. Eis que o nosso colega Luiz Ambrósio em tão pouco tempo que aqui conviveu conosco conseguiu em cada um dos Conselheiros e em cada um dos funcionários desta Casa um amigo, um admirador, isto pela sua maneira tão gentil, tão cativante, com que tratava a todos.*

*Assim é que fazemos, pesarosamente constar nos anais dos nossos trabalhos o desaparecimento do colega, do amigo querido e estimado de todos nós.*

O Conselheiro Benjamim Duarte Monteiro, ao deixar a Presidência do Tribunal de Contas, declarou, no ato de posse do Conselheiro Rachid J. Mamed, que:

*Todos nós os cristãos, devemos sempre ter em vista, a vida de Jesus, como um exemplo, a imitar e a seguir.*

*A sua pregação, os seus milagres, os seus sofrimentos e, por fim, a sua morte que levou a humanidade, durante três dias a julga-lá, com uma frustração de todo aquele inigualável*

*sacerdócio, nos devem encorajar a cumprimos bem todas as missões que nos forem cometidas, confortando-nos de que tudo na vida é provisório, efêmero, como ela própria, sem perdermos um só instante, para bem servirmos a comunidade, sem nos apegarmos ao julgamento que possam fazer de nós, quando deixarmos a missão que nos foi dada a cumprir. Cristo também foi julgado quando já estava condenado pela multidão alucinada de ódio e vingança contra Ele que aceitou o título de Rei, mas proclamou claramente que o seu reino não era deste mundo. Essa circunstância nós a relembramos para mostrar a falibilidade da justiça terrena, para que todos nós, os cristãos, principalmente, aguardemos, de consciência limpa e tranqüila, apenas, o juízo final.*

*A presidência, eu a recebi como um encargo que me foi sendo mais pesado à medida que eu procurava exercê-la com mais elevação e firmeza, contestando a corrente que queria um Tribunal quase parado, um Tribunal de punição, um Tribunal que inspirasse medo pela violência e severidade de suas decisões. Foi lendo ainda o Evangelho que eu encontrei a razão do meu comportamento. Jesus durante três dias se afastou de seus pais e quando estes o encontraram, no Templo, discutindo com os Doutores, proferiu sua Mãe, palavras de censuras. Cristo respondeu: Por que me procuraste? Não sabias que eu estava casado, meu Pai? Essa contestação, como tantas outras fundamentadas numa alta missão a cumprir, é sempre válida, não importa a quem ela atinja. Enfrentei, assim, a luta com elevação de espírito para fazer do Tribunal um órgão eficiente e capaz de corresponder à finalidade da sua criação, colaborando com os Poderes Públicos, para a boa marcha da administração e na defesa do erário da Fazenda Estadual.*

*Não foi fácil a tarefa e, se conseguimos os nossos objetivos, devemos à colaboração firme, incondicional e constante de uma plêiade dos Srs. Conselheiros e, de dedicados auxiliares que redobram os seus esforços para poderem contrabalançar com os elementos, poucos, é verdade, que punham pedras e espinhos em nosso caminho.*

*Se houve mérito, em nossa administração, devemos aos Conselheiros, Sr. Vice-presidente – Conselheiro João Arinos, ao Procurador Geral e, aos servidores e, a eles, transferimos os louvores que nos forem entoados. Aos outros que se negaram a nos ajudar e, pior que isso, que quiseram dificultar a nossa tarefa, nós também lhes ofertamos a nossa vitória, porque o bom nome e o conceito que goza o Tribunal, deve atingi-los e beneficiá-los, como servidores que são desta casa. Chegamos assim, ao fim do nosso mandato, satisfeitos. (Ata da 1ª sessão de janeiro de 1971, TCE-MT)*

Em seguida, o Conselheiro Luiz Marques Ambrósio, em nome da Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, saudou o Conselheiro Rachid J. Mamed dizendo:

*Honrado, por representar o pensamento, dos meus nobres pares, todos os homens cultos, inteligentes e que, neste Tribunal têm demonstrado invejável capacidade de trabalho, numa prova sadia do seu interesse, da sua dedicação no trato da coisa pública. Fico satisfeito pela oportunidade de fazer a saudação a um nobre Conselheiro, a um cidadão que relevantes serviços tem prestado, com sabedoria, com amor e assiduidade, com probidade e carinho ao seu querido torrão natal: o nosso Presidente, o Conselheiro Rachid J. Mamed.*

Continuando, o Conselheiro Luiz Marques Ambrósio pronunciou:

*Senhor Conselheiro Presidente Rachid!:*

*A sua eleição à Presidência desta Egrégia Casa de Contas é, indiscutivelmente, o corolário na sua vida, sempre de trabalho empregado em prol da terra querida. Em pouco mais de três meses desempenhando as elevadas funções de Conselheiro, como seu companheiro de bancada, já tenho pleno conhecimento, não só do seu caráter, da retidão das suas atitudes, como principalmente, do seu meticuloso zelo no trato das suas funções.*

*Neste Tribunal de Contas, Vossa Excelência, Sr. Presidente, como um Conselheiro prudente, justiceiro e fiel fiscal da lei, sempre demonstrou em suas manifestações uma personalidade marcante. Seus atos, seu proceder, onde a técnica foi sempre bondade e justiça, granjearam a nossa admiração, a nossa estima. Homem afeito à luta, ilustre Presidente, V. Exa. tem um enorme cabedal de conhecimento, deixou patente a sua clarividência, o seu grande amor à terra e à gente mato-grossense.*

*Movido por um coração magnânimo V. Exa. conquistou a admiração e a confiança dos seus pares, que hoje, em reconhecimento ao seu valor, fizeram de V. Exa. o Presidente deste Egrégio Tribunal!*<sup>156</sup>

## Vigésima Segunda Mesa Diretora 1975 a 1976 – (06.01.1975 a 05.01.1976)

87

<b>Presidente:</b>	Conselheiro João Arinos <sup>157</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro João Moreira de Barros
<b>Membros:</b> Conselheiro	Frederico Vaz de Figueiredo
	Aecim Tocantins
	Rachid J. Mamed
	Benjamim Duarte Monteiro
	Alexandrino Marques
	Marcilio de Oliveira Lima <sup>158</sup>
	Hélio Jacob <sup>159</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz.
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Yolanda Papazian de Paiva <sup>160</sup>

---

<sup>156</sup> Ata da 1ª sessão – janeiro de 1974 – TCE-MT.

<sup>157</sup> Aposentou-se em 3 de julho de 1970.

<sup>158</sup> A partir de 2 de julho de 1975.

<sup>159</sup> A partir de 25 de novembro de 1975.

<sup>160</sup> De 7 de janeiro de 1975 a 6 de janeiro de 1976.

Durante a presidência do Conselheiro João Arinos houve um significativo aumento nos exames *in loco*, sendo 20 em órgãos da administração direta e indireta e 60 em prefeituras municipais. Além do caráter fiscalizador, este trabalho ofereceu aos administradores a melhoria da orientação em bem conduzir os negócios públicos<sup>161</sup>. Através dos seus técnicos e dos próprios conselheiros, o Tribunal participou ativamente de vários conclaves, buscando novos e melhores métodos de trabalho, assim como concorreu com os seus conhecimentos e ensinamentos em vários simpósios que têm ocorrido em Mato Grosso.<sup>162</sup>

*Exemplo foi a realização do 1º Simpósio dos Tribunais de Contas sobre Métodos e Procedimentos para Execução do Controle Externo no Sistema de Auditoria*, sendo ressaltado pelos diversos representantes dos Tribunais, ali presentes, um dos setores que vêm desenvolvendo as atribuições pertinentes ao controle externo e dentro de um princípio harmônico com o Poder Executivo.<sup>163</sup>

Em 11 de setembro de 1975, o Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo foi eleito Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Ocorreu também a posse do Conselheiro Hélio Jacob, no TCE-MT, em novembro de 1975. O Procurador José do Carmo Ferraz, na ocasião, fez a seguinte observação:

*Bem-vindo seja Conselheiro Hélio Jacob a esta Casa que, após a Constituição de 1967, passou a exercer uma nova forma de fiscalização, onde a dinâmica da administração flui livremente de par com o processo fiscalizatório. O exame dos atos administrativos, através de verificação "In loco" ofereceu melhores e mais eficientes condições para o veredicto final. A fiscalização dos Municípios e a recente determinação da Lei n.º 6.223, de 14 de julho de 1975, submetendo a julgamento dos Tribunais de Contas, as contas das empresas públicas e das sociedades de economia mista demonstram eloqüentemente o fortalecimento das Cortes de Contas que deverão saber honrar as responsabilidades que lhes são encaminhadas.*

Na oportunidade, o Conselheiro Hélio Jacob agradeceu com as seguintes considerações:

*As orações que redigi para este momento são respostas e conclusões às perguntas que fiz nos dias que antecederam esta solenidade. Ao pensá-las, desvesti-me de qualquer vaidade profissional ou literária, para que elas brotassem de mim, com a mesma naturalidade como as plantas brotam do chão. Escrevi-as com economias de vocábulos, com avareza de adjetivos, com palavras nuas. Sim, sem falsas modéstias, eu possuo os requisitos mínimos de cultura e probidade, exigidos pelos dispositivos constitucionais, para investir-me no cargo de Conselheiro, deste Egrégio Tribunal. Um quarto de século como profissional da advocacia, desdobrando em quase 20 anos como Procurador e Consultor Jurídico e, mais 15 como Professor de Direito*

<sup>161</sup> Ata nº 126, de 25 de novembro de 1975 – TCE-MT.

<sup>162</sup> *Idem*.

<sup>163</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. *O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios*, p. 39.



*Público, fornece, mesmo aos mais mediócrs, como eu, a experiência e os conhecimentos necessários a esse mister. O homem probo não é simplesmente o homem honesto. Integra-lhe o caráter outros elementos indispensáveis à sua personalidade moral. Tenho muitos defeitos, eu o reconheço. Mas essa imperfeição prejudica quase exclusivamente a mim, e não à comunidade a que pertença. No fundo, sou um aficionado da Bondade. As más ações abominam-me. É com orgulho que confesso que os gigantes malévolos da alma –, a violência, o ódio, a vingança – são estranhos à minha natureza. Por estas razões não temerei pela resolução da Augusta Assembléia Legislativa, que aprovou a indicação do meu nome, nem o Ato do Exmo. Senhor Governador do Estado. Hei de aparar as arestas do meu caráter, de aprimorar meus conhecimentos, de tudo fazer, de lutar todas as lutas e batalhar todas as batalhas.*<sup>164</sup>

Em relação à posse do Conselheiro Alexandrino Marques, o Dr. José do Carmo Ferraz disse:

*(...) Vossa Excelência entra para um Tribunal de Contas, no dizer de Gylberto Freire, além de moderno, já com uma fiscalização, a mesma aceleração da Administração Pública e podemos dizer, dentro da conceituação do Orçamento Programa, uma visão daquilo que irá fiscalizar. Antes, fiscalizávamos aquilo que a Administração realizava. Agora, dentro dos Planos Trienais administrativos, dentro do Orçamento Programa, aprioristicamente, o Tribunal tem condições de montar o seu esquema fiscalizador, porque ele antevê aquilo que ele deverá fiscalizar. E é neste Tribunal moderno, que Vossa Excelência, com tanta satisfação para nós, toma posse.*<sup>165</sup>

### Vigésima Terceira Mesa Diretora 1976 a 1977 – (05.01.1976<sup>166</sup> a 04.01.1977)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Aecim Tocantins <sup>167</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo
<b>Membros:</b>	Conselheiros
	Marcilio de Oliveira Lima
	João Moreira de Barros
	Rachid J. Mamed
	Benjamim Duarte Monteiro
	Alexandrino Marques <sup>168</sup>

<sup>164</sup> Ata nº 126, de 25 de novembro de 1975 – TCE-MT.

<sup>165</sup> Boletim Informativo TCE, Cuiabá, set./out. 1974.

<sup>166</sup> Lei nº 3.742, de 8 de junho de 1976, dispõe sobre a reestruturação de cargos de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, fixa o Quadro Único; extingue e transforma cargos; atribui valores aos padrões e dá outras providências.

<sup>167</sup> Único Conselheiro vivo desde a fundação do TCE. Exerceu a função de Secretário Fundador *ad hoc* entre os anos de 1954 e 1955.

<sup>168</sup> Aposentou-se em 13 de novembro de 1976.

João Arinos

Hélio Jacob

**Ministério Público:** Procurador-chefe José do Carmo Ferraz.

**Diretor-geral de Administração:** Darcy Avelino Silva Gomes Filho<sup>169</sup>

**Diretor-geral de Administração:** Amaury Paes Barreto<sup>170</sup>

Sessão Solene de posse do Conselheiro Aecim Tocantins na presidência do Tribunal de Contas, em 5 de janeiro de 1976. Ao seu lado, o Governador José Garcia Neto, Dom Bonifácio Raccinini e Dr. José do Carmo Ferraz.

FONTE: Arquivo TCE-MT.



O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso publicou, em 1976, na Revista do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, um texto de autoria do Ministro Frederico Vaz de Figueiredo:

*O Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1958, passou a se constituir de 7 juízes, em virtude da Lei Constitucional n.º 4, de 10 de dezembro de 1957. O provimento, porém, dos dois cargos por ela criados, só se verificou 3 anos depois, quando foram nomeados os Ministros Frederico Vaz de Figueiredo e o então Deputado Estadual Clóvis Huguency.*

*De 1954 até o presente, integraram o Tribunal, além dos sete já mencionados, catorze outros membros que substituíram Conselheiros aposentados ou falecidos. Todos eles vieram para esta Corte após destacada atuação nos mais diversos setores da vida pública, no desempenho de relevantes funções empresariais e no exercício de dignificantes profissões liberais. Assim, o Dr. Lenine de Campos Póvoas, além de Deputado Estadual, exerceu o cargo de Vice-Governador do Estado, os Drs. Benedicto Vaz de Figueiredo e Manoel de Oliveira Lima e os senhores Licínio Monteiro da Silva, Valdir Santos Pereira e Rachid J. Mamed exerceram elevadas funções de Presidente do Poder Legislativo Estadual: além de Deputados Estaduais foram Secretários de Estado; os senhores Rosário Congro e o Dr. Manoel José de Arruda, este foi também Prefeito Municipal de Cuiabá.*

*O Conselheiro Clóvis Corrêa Cardozo exerceu as funções de Procurador Regional da Justiça Eleitoral e Chefe de Polícia. Deputados Federais foram o Sr. Rachid J. Mamed e o Dr. Marcílio de Oliveira Lima, tendo este último também exercido o cargo de Prefeito Municipal de Campo Grande.*

<sup>169</sup> De 7 de janeiro a 27 de abril de 1976, e de 7 de junho a 7 de setembro de 1976.

<sup>170</sup> De 28 de abril a 6 de junho de 1976, e de 8 de setembro a 16 de dezembro de 1976.

*Deputados Estaduais foram ainda, o Sr. Clóvis Hugueney, o Sr. Alexandrino Marques e o Dr. Benjamim Duarte Monteiro, exercendo este último ainda o cargo de Procurador Geral da Justiça. O Dr. Frederico Vaz de Figueiredo, o decano dos Conselheiros, exerceu as funções de membro do Conselho Estadual de Administração Municipal, de Consultor Geral do Estado, Consultor Jurídico e Secretário de Estado.*

*O Conselheiro João Moreira de Barros exerceu as funções de Chefe de Polícia e Procurador Geral de Justiça. O Dr. Luiz Marques Ambrósio foi Promotor Público por longo tempo e Prefeito Municipal de Cáceres. O Dr. Luiz Felipe Sabóia Ribeiro, médico proficiente e humano, era cultor das letras, tendo publicado vários trabalhos que o credenciaram a ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras. O Conselheiro Hélio Jacob, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal, exerceu os cargos de Consultor Jurídico, Consultor Geral do Estado, Procurador Geral e Procurador Geral do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso.*

*O Conselheiro João Arinos, após importantes funções exercidas na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foi Chefe da Casa Civil do Governo do Estado. O Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira, além das várias funções de direção e relevância em empresas privadas exerceu os cargos de Diretor da Caixa Econômica Federal, Diretor Presidente do Banco do Estado de Mato Grosso.*

*A Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas foi, inicialmente, por muito tempo, exercida pelo Dr. Sebastião de Oliveira e, a partir de 12 de setembro de 1967 pelo Dr. José do Carmo Ferraz, ambos ilustrados causídicos de grande proeminência na vida profissional.<sup>171</sup>*

Em 1977 foram implantados sistemas precisos para fiscalização de responsabilidade, na transferência de cargo de prefeito municipal, através da Resolução nº 01/77, de 1º de abril de 1977.

Nesse mesmo ano, com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi observada uma redução significativa das atividades do Tribunal de Contas Estadual, pelo fato de que mais da metade, quase 2/3, dos seus antigos municípios passariam a integrar o novo Estado de Mato Grosso do Sul.

## Nasce um novo Estado

Concluídos os estudos que permitiram concluir pelo interesse da divisão, era chegado o momento de decidir quais as medidas concretas necessárias à sua efetivação. Os trabalhos realizados com esta finalidade, a cargo de vários órgãos do Governo, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os Ministérios do Interior (através da SUDECO e outras entidades que lhe estão vinculadas), da Justiça e o DASP, focalizaram vários aspectos da questão, confluindo com a Exposição de Motivos apresentada ao Presidente da República, aos Ministros João Paulo dos Reis Velloso, Maurício Rangel Reis e Armando Falcão, e na elaboração de anteprojeto de Lei Complementar, submetida ao Congresso Nacional.

Para demarcação das linhas divisórias diversas alternativas foram examinadas, prevalecendo ao final, a idéia de evitarem divisões de municípios e de microrregiões homogêneas, estas estabelecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE – e delimitadas segundo aspectos ecológi-

<sup>171</sup> Artigo do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo. Ata Especial de 25 de abril de 1978 – TCE-MT.

cos, econômicos e demográficos.

Assim, a linha demarcatória, partindo das nascentes do rio Araguaia, atravessava, em direção mais ou menos paralela à linha do Equador, toda a extensão do antigo Estado, indo ter o marco Sul na lagoa Uberaba, nas divisas do Brasil com a Bolívia, nas proximidades de Corumbá.

Com o desmembramento, o Estado de Mato Grosso passou a constituir-se de 38 municípios, distribuídos em seis microrregiões homogêneas, totalizando sua superfície 881 mil quilômetros quadrados, permanecendo como o terceiro Estado da Federação em superfície (os dois primeiros, Amazonas e Pará, com 1.564.445 e 1.248.042 quilômetros quadrados, respectivamente).

A sua população, segundo o recenseamento de 1970, alcançava 601 mil habitantes, dos quais 233 mil na zona urbana e 368 mil no campo, com densidade demográfica de, aproximadamente, 0,68 habitante por quilômetro quadrado.

Mato Grosso do Sul, por sua vez, passou a contar com 55 municípios, agrupados em sete microrregiões homogêneas e totalizando 350.549 quilômetros quadrados, que o colocavam na posição de sétimo Estado brasileiro neste particular (o quarto Estado, Goiás, com 562.092 quilômetros quadrados, o quinto, Minas Gerais, com 587.172 quilômetros quadrados, e o sexto, Bahia, com 561.026 quilômetros quadrados).

Tais municípios possuíam, em 1970, um milhão de habitantes, sendo 453 mil na zona urbana e 547 mil no meio rural, e densidade demográfica de 2,85 habitantes por quilômetro quadrado.

A relação que segue permite observar a composição dos Estados, após a divisão, segundo os municípios integrantes:

#### **ESTADO DE MATO GROSSO – MT**

1 – Aripuanã	20 – Santo Antônio de Leverger
2 – Barra do Garças	21 – Várzea Grande
3 – Chapada dos Guimarães	22 – D. Aquino
4 – Diamantino	23 – Itiquira
5 – Luciara	24 – Jaciara
6 – Nobres	25 – Poxoréu
7 – Porto dos Gaúchos	26 – Rondonópolis
8 – Cáceres	27 – Alto Araguaia
9 – Mato Grosso	28 – Alto Garças
10 – Alto Paraguai	29 – Araguainha
11 – Arenópolis	30 – General Carneiro
12 – Barra do Bugres	31 – Guiratinga
13 – Nortelândia	32 – Ponte Branca
14 – Acorizal	33 – Tesouro
15 – Barão de Melgaço	34 – Torixoréu
16 – Cuiabá	35 – Tangará da Serra
17 – Nossa Senhora do Livramento	36 – Mirassol d'Oeste
18 – Poconé	37 – São Félix do Araguaia
19 – Rosário Oeste	38 – Pedra Preta

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – MS

01 – Anastácio	20 – Jardim	39 – Bataiporã
02 – Aquidauana	21 – Nioaque	40 – Caarapó
03 – Corumbá	22 – Bandeirante	41 – Dourados
04 – Ladário	23 – Campo Grande	42 – Fátima do Sul
05 – Miranda	24 – Corguinho	43 – Glória de Dourados
06 – Porto Murtinho	25 – Jaraguari	44 – Iguatemi
07 – Camapuã	26 – Maracaju	45 – Itaporã
08 – Coxim	27 – Ribas do Rio Pardo	46 – Ivinhema
09 – Pedro Gomes	28 – Rio Brillhante	47 – Jateí
10 – Rio Verde de Mato Grosso	29 – Rio Negro	48 – Naviraí
11 – Aparecida do Taboado	30 – Rochedo	49 – Nova Andradina
12 – Cassilândia	31 – Sidrolândia	50 – Ponta Porã
13 – Inocência	32 – Terenos	51 – Eldorado
14 – Paranaíba	33 – Água Clara	52 – Aral Moreira
15 – Antonio João	34 – Brasilândia	53 – Mundo Novo
16 – Bela Vista	35 – Três Lagoas	54 – Angélica
17 – Bonito	36 – Amambai	55 – Deodápolis <sup>172</sup>
18 – Caracol	37 – Anaurilândia	
19 – Guia Lopes da laguna	38 – Bataguçu	

Sobre a divisão do Estado de Mato Grosso, o ex-Conselheiro Lenine de Campos Póvoas assim considerou:

*O grande ressentimento do norte com Geisel foi saber que as lideranças do sul estavam a par da divisão e nós não (...). Garcia, que era governador, manifestou a Geisel o desejo de que nós também fôssemos ouvidos (...). Estou convencido de que a divisão de Mato Grosso foi um problema de segurança nacional, porque Geisel e Golbery acharam que um Mato Grosso desenvolvido, unido a São Paulo, poderia tornar-se uma potência e, sendo uma fronteira viva com a Bolívia e o Paraguai (...). Mais tarde poderia surgir outro movimento separatista do Brasil. Então, resolveram dividir para reinar (...). Foi um ato de violência e fizeram a divisão como Alexandre Magno: “cortando o nó”.<sup>173</sup>*

Sobre o futuro de Mato Grosso, logo após a divisão, assim se pronunciou o Conselheiro José Ferreira de Freitas:

---

<sup>172</sup> Divisão de Mato Grosso. *Revista da Presidência da República*, Brasília, out. 1977.

<sup>173</sup> Lenine de Campos Póvoas, *apud* NEVES. Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos – Resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro : Mariela, 2001.

*Em Mato Grosso, o desenvolvimento contraria tantas regras que encerram certezas que não admitem tergiversações, pois foi dividindo-se em Mato Grosso e Rondônia e agora dando vida a mais um Estado da Federação: Mato Grosso do Sul – que Mato Grosso passou a somar; mais que somar, em Mato Grosso a divisão é sinônimo de multiplicação! Multiplicação de suas riquezas em níveis jamais vistos desafiando a imaginação criadora e planificadora dos dirigentes do Estado, máximo a partir dos Governadores José Fontanillas Fragelli, José Garcia Neto, Frederico Carlos Soares Campos e o atual Júlio José de Campos. Despertando o gigante adormecido, provocado mesmo em seu brio, Mato Grosso começou a movimentar-se e a mostrar a força que mantinha em descanso; a capacidade de seus músculos, a segurança de sua destreza e força e, mais, contrariando as leis da natureza, eis que sua reação não vem ocorrendo com a mesma intensidade que a ação, mas em percentual maior: antes, progredindo aritmeticamente, agora, em termos geométricos. Esse avanço encontra neste Tribunal, nos moldes constitucionais legais, o reflexo correspondente à dinâmica do governo como um todo.*<sup>174</sup>

Passados dez anos da divisão, Mato Grosso já contava com 56 municípios, e atualmente com 139. Em 2004, serão 142 municípios, pois tramitam no Poder Legislativo 32 processos de novas emancipações. O trabalho do Tribunal de Contas na fiscalização das 428 entidades municipais tem custo zero para os municípios.<sup>175</sup>

## Vigésima Quarta Mesa Diretora 1977 a 1978 – (04.01.1977 a 04.01.1978)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Marcilio de Oliveira Lima
<b>Membros:</b> Conselheiros	Aecim Tocantins
	João Moreira de Barros
	Benjamim Duarte Monteiro
	João Arinos
	Ênio Carlos de Souza Vieira <sup>176</sup>
	Hélio Jacob
	Rachid J. Mamed
	Alexandrino Marques
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Darcy Avelino Silva Gomes Filho

<sup>174</sup> Ata nº 2, de 19 de maio de 1984 – TCE-MT. Dispõe sobre a aposentadoria de Hélio Jacob.

<sup>175</sup> Discurso do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, em 31 de outubro de 2003, na comemoração do Jubileu de Ouro do TCE-MT.

<sup>176</sup> A partir de 27 de maio de 1977.

Na gestão do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aprovou as instruções gerais para a realização de concursos para provimento efetivo dos cargos integrantes do quadro permanente do Tribunal.<sup>177</sup>

O Conselheiro Aecim Tocantins lembrou, em ata de 25 de abril de 1978, a feliz coincidência da data da inauguração do TCE-MT, no Centro Político Administrativo – CPA, ter ocorrido em 25 de abril, justamente no Dia Nacional dos Contabilistas. Segundo o Conselheiro,

*(...) a ciência contábil constitui, em grande parte, fator preponderante aos Tribunais de Contas no desempenho de suas altas funções, pois tanto mais perfeito o sistema de controle interno, tanto mais fácil e eficaz será o controle externo, bem como a auditoria que aplica em campo superior dos princípios científicos da contabilidade, baseada na verificação dos registros patrimoniais da administração com a finalidade de observar a exatidão desses registros e constatar se os atos e fatos praticados pelo administrador da coisa pública o foram em perfeita obediência às determinações legais.*

O Conselheiro Aecim Tocantins convidou o Arcebispo Metropolitano, D. Orlando Chaves, para realizar a bênção do crucifixo fixado na parede à cabeceira da Mesa Diretora e disse:

*O nosso Tribunal encontra-se nas vésperas de comemorar as Bodas de Prata da sua instalação, no próximo mês de janeiro, completando 25 anos de sua existência.*

*Assim, a inauguração hoje, do seu edifício sede, constitui o melhor presente que se lhe poderia oferecer, em comemoração a esse marcante acontecimento. Somos, pois, Senhor Governador Dr. José Garcia Neto, sumamente agradecidos a Vossa Excelência e ao seu eminente antecessor, Dr. José Fontanillas Fragelli, pela realização desta significativa obra e da sua moderna instalação. Por dever de justiça, devo nesta oportunidade ressaltar a Vossa Excelência, Senhor Governador Garcia Neto, as suas superiores determinações no sentido de melhor instalação do nosso Tribunal, não regateando em autorizar as providências e medidas que se fizeram necessárias e que lhe foram presentes. (...) Esta obra e os seus equipamentos são também resultantes do empenho e participação de diversas administrações do Tribunal. Iniciada na Presidência do Conselheiro Rachid J. Mamed teve prosseguimento na gestão do Conselheiro João Arinos. A mim, em 1976, coube diligenciar junto ao Executivo a aquisição dos painéis de divisórias, do mobiliário e, também, a sua decoração. Ao Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, entre outras providências, coube determinar a aquisição dos veículos para o transporte dos servidores e dos conselheiros. Vimos, portanto, hoje, o coroamento das diversas Presidências que irão compor uma louvável*

---

177 Ata nº 32, de 1 de abril de 1977 – TCE-MT.

*continuidade de propósitos administrativos, bem como, marcar a sua atuação no desiderato ora alcançado.*

*O total da área construída atinge 2.492,50 metros quadrados, sendo do prédio, propriamente dito 2.232,46 metros quadrados e da casa de máquinas 260,04 metros quadrados.<sup>178</sup>*

Na oportunidade, o Conselheiro Aecim Tocantins disse que se sentia honrado em presidir o TCE naquele momento por ter sido o seu primeiro funcionário e aquele quem lavrou a sua ata de instalação e fundação, no Palácio Alencastro, a 2 de janeiro do ano de 1954.

A substituição do Estado Administrativo pelo Estado Empresarial impôs um novo enfoque ao controle financeiro e orçamentário. O Tribunal de Contas, a quem coube, por delegação do Poder Legislativo, a fiscalização financeira e orçamentária do Estado, viu-se na contingência de introduzir profundas modificações na sua estrutura organizacional a fim de poder desempenhar os seus encargos, dentro da nova sistemática de administração pública. Paralelamente, o Tribunal também foi encarregado do controle externo, da fiscalização financeira e orçamentária dos municípios. Trabalhando, foi racionalizando os métodos de trabalho, implantando novas técnicas mediante os serviços de auditoria, inspeções e exames *in loco*, proporcionando melhorias e, ao mesmo tempo, capacitação técnica aos seus servidores.

Importa enfatizar que o Conselheiro Aecim Tocantins deixou a Presidência do Tribunal no meio do seu mandato<sup>179</sup> para compor a Comissão Especial da Divisão do Estado no Governo de José Garcia Neto, em cumprimento à Lei Complementar nº 31, de 1977<sup>180</sup>. Foi criada a Comissão Especial de Divisão do Estado, instalada nas dependências da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Mato Grosso, no Centro Político Administrativo, ficando a Mesa Diretora constituída como veremos a seguir, considerando a realização de nova eleição em 11 de maio de 1978<sup>181</sup> e posse em 13 de maio de 1978, em sessão especial.

---

**178** O valor total da sua construção civil atingiu a CR\$ 6.695.747,13 (seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete cruzeiros e trezes centavos), e os seus painéis, divisórias e mobiliários adquiridos na gestão do Conselheiro Aecim Tocantins somaram a CR\$ 2.723.519, 85 (dois milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e dezenove cruzeiros e oitenta e cinco centavos), perfazendo um valor total de CR\$ 9.409.266,98 (nove milhões, quatrocentos e nove mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros e noventa e oito centavos). Os recursos para a realização da obra, o ex-governador José Fontanillas Fragelli foi buscar junto ao BASA – Banco da Amazônia S/A, mediante contrato de empréstimo.

**179** Ata nº 38, de 5 de maio de 1978 – TCE-MT.

**180** A Lei Complementar nº 31/77 criou a Comissão Especial de Divisão do Estado, instalada nas dependências da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Mato Grosso, no Centro Político Administrativo.

**181** Ata nº 40, de 11 de maio de 1978 – TCE-MT.



## Vigésima Quinta Mesa Diretora 1978 a 1979 – (04.01.1978 a 04.01.1979)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Aecim Tocantins <sup>182</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Hélio Jacob
<b>Membros: Conselheiros</b>	Frederico Vaz de Figueiredo João Arinos Marcilio de Oliveira Lima <sup>183</sup> Benjamim Duarte Monteiro <sup>184</sup> José Ferreira de Freitas <sup>185</sup> Teresino Alves Ferraz <sup>186</sup> Ênio Carlos de Souza Vieira
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz.
<b>Subprocurador</b>	Antônio Gonçalo Souto Arruda
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Lília Alves Ferreira <sup>187</sup>
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Darcy Avelino Silva Gomes Filho <sup>188</sup>

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso realiza a sua última sessão no prédio do Palácio Alencastro. Em 19 de abril de 1978, o presidente ponderou que aquela seria uma sessão histórica na qual levava daquele prédio agradáveis recordações.<sup>189</sup>

O Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, quando da saída do Conselheiro Aecim Tocantins do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, considerou:

*(...) Eu conhecia V. Exa., porém não privava de sua amizade, porque Cuiabá na nossa infância era perfeitamente dividida em dois setores: o de comércio – o Porto e a cidade. Eu habitava o Porto. Nós éramos mais comerciantes que fazendeiros. V. Exa. surgia menino quando eu era homem feito, universitário, senhor Presidente! Aqui vai a minha admiração pela capacidade profissional de Aecim Tocantins. (...) Ao longo da nossa vida acostumamos ouvir: “contas prestadas por Aecim Tocantins, eu não leio porque a conta vem certa”. Era*

---

<sup>182</sup> Aposentou-se em 5 de maio de 1978.

<sup>183</sup> Aposentou-se em 7 de agosto de 1978.

<sup>184</sup> Aposentou-se em 10 de agosto de 1978.

<sup>185</sup> A partir de 20 de junho de 1978.

<sup>186</sup> A partir de 26 de setembro de 1978.

<sup>187</sup> De 9 de janeiro a 27 de dezembro de 1978.

<sup>188</sup> De 28 de dezembro de 1978 a 10 de junho de 1979.

<sup>189</sup> Conselheiro Aecim Tocantins. Ata n° 38, de 19 de abril de 1978 – TCE-MT.

*esse o conceito de Aecim Tocantins e por esse conceito, por certo é que o senhor Governador veio tirá-lo de nossa convivência. Felicidades Aecim! (...)*<sup>190</sup>

Em função do afastamento do Conselheiro Aecim Tocantins para assumir a Comissão de Divisão do Estado de Mato Grosso, foi eleito, em 12 de maio de 1978, o Conselheiro Hélio Jacob para a Presidência e o Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira ocupou a Vice-presidência.

Na oportunidade de sua posse como Conselheiro, Teresino Alves Ferraz assim discursou:

*Informam os estudiosos de que a primeira manifestação de controle de contas públicas, entre nós, data de 1761, quando o Marquês de Pombal instituiu os Conselhos de Fazenda. O renomado constitucionalista Pontes de Miranda “In comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969”, registra que a idéia de um Tribunal de Contas vem, no Brasil, de 1826, em Projeto apresentado no Senado do Império, por Felisberto Caldeira Brant – Visconde de Barbacena e por José Inácio Borges, tendo sido combatido por Manuel Jacinto Nogueira da Gama – Marquês de Baependi. Além dessa, outras tentativas foram levadas a efeito, através de Pimenta Bueno, Silveira Martins e José Alfredo, não tendo sido possível, todavia, a constituição de um Tribunal de Contas no Império.*

*Na República, coube a Ruy Barbosa, como Ministro da Fazenda no Governo Provisório, a iniciativa do Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, que criou o Tribunal de Contas, instituído em definitivo na promulgação da Constituição de 1891, com a finalidade de “liquidação das contas da receita e despesa, e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso”. Com o advento da Carta Política de 1967, via de consequência, revogação do modelo de fiscalização orçamentária e financeira, consagrado na Constituição de 1946 – Registro Prévio com veto limitado – um novo modelo foi implantado, permitindo à administração maior flexibilidade na gerência dos dinheiros públicos, sem comprometer, entretanto, a ação fiscalizadora dos Tribunais de Contas. Paralelamente, propiciou aos Tribunais uma fiscalização dinâmica, através das Auditorias e Inspeções “in loco”.*

*A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, além de confirmar as regras sobre fiscalização orçamentária e financeira estabelecidas na Carta Política de 67, cometeu aos Tribunais de Contas o encargo de emitir parecer prévio nas contas dos Executivos Municipais. De sua origem até os dias presentes, pode-se proclamar que os Tribunais de Contas vêm cumprindo a ingente e árdua tarefa de controle e fiscalização na execução dos orçamentos públicos, a despeito da incompreensão de muitos e da colaboração de poucos.*

O Conselheiro José Ferreira de Freitas, ao tomar posse no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na categoria de Conselheiro, assim se pronunciou:

*No grande livro da vida, momentos há que, de maneira intensa, assinalam passagens duradoura e feliz, pelo conteúdo que encerram e pelo objetivo que colimam. Assim, com o pensamento voltado para os céus, rendemos graças a Deus todo poderoso por tantos benefícios que nos têm concedido em todos os momentos de nossa existência. A seguir, voltando-se, agradecido, para todos os nossos familiares, que tanto nos estimularam e estimulam nos embates da vida, nosso pensamento recai também, nas dádivas recebidas, relacionadas à atividade funcional e que nos permitiram a honrosa chance de servir o Estado de Mato Grosso. (...) Ontem, recebemos; nesta tarde, agradecemos; amanhã, é tempo de oferecer préstimos a esta Egrégia Corte. A partir deste instante, mais aumenta nossa responsabilidade ao integrar este Colegiado tão seletivo. Substituímos o Conselheiro Aecim Tocantins, que tanto dignificou este Tribunal, entregando-se às suas atividades, diuturnamente, com exemplar senso de responsabilidade e notável dedicação. (...) Assumimos este honroso cargo exatamente no dia em que, há 85 anos, se instalava o Tribunal de Contas da União. Em 1954, 61 anos depois, era instituído o de Mato Grosso. Lá, como aqui, passaram homens públicos exponenciais, pela cultura que revelaram, pela dignidade com que exerceram o múnus público e pelo senso de responsabilidade demonstrado em favor da causa pública. Lá, como aqui, encontramos cidadãos de conduta ilibada, dedicados à sua constitucional missão. Vivos, uns; falecidos, outros. Vivos ou falecidos, na atividade ou inatividade, com seus trabalhos compartilharam em escrever a história da União e deste Estado, no que respeita ao sublime encargo que exerceram uns ou que exercem outros. Ingressamos hoje nas novas funções, animados pelo desejo de seguir sua caminhada. Com base nesses exemplos manteremos a idéia da Pátria, em todos os dias, com a mesma fé e fidelidade de todos os momentos. (...) irmanamo-nos, neste instante, ao eloqüente trabalho desempenhado por Vossas Excelências.*

## Vigésima Sexta Mesa Diretora

1979 a 1980 – (04.01.1979 a 04.01.1980)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro José Ferreira de Freitas
<b>Membros:</b> Conselheiros	Hélio Jacob
	Frederico Vaz de Figueiredo
	João Arinos <sup>191</sup>
	Teresino Alves Ferraz
	Nelson Ramos de Almeida <sup>192</sup>

<sup>191</sup> Até 3 de julho de 1979.

<sup>192</sup> A partir 24 de janeiro de 1979.

José Salvador de Arruda Santos <sup>193</sup>  
**Ministério Público:** Procurador-chefe José do Carmo Ferraz  
**Subprocurador:** Antônio Gonçalo Souto Arruda<sup>194</sup>  
**Diretora-geral de Administração:** Nilza Bastos e Silva <sup>195</sup>

No ato de posse do Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira, o Conselheiro Hélio Jacob fez um breve, mas esclarecedor discurso sobre a própria atuação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

*Hoje chegamos ao fim de mais uma viagem regular, que o Tribunal realiza todos os anos. Foi calma a trajetória, embora marcada de incidentes. Três pinceladas a descrevem: 1ª efetivamos a mudança do Tribunal para a sua sede própria, numa ação cronológica, sem prejuízo das atividades da Corte, numa operação que só o comando seguro do ilustre Conselheiro Aecim Tocantins seria capaz de realizar." (...) 2º fui convocado para suceder o Conselheiro Aecim Tocantins, chamado para atender à Comissão Especial de Divisão do Estado de Mato Grosso. (...) Seguindo o seu plano de trabalho, uma Comissão composta de 12 abnegados funcionários do controle externo percorreu durante seis meses ininterruptos 58 municípios do sul, examinando 1.291 balancetes e 108 balanços gerais das referidas prefeituras. Com o sucesso da empreitada decidiu-se proceder da mesma forma no norte de Mato Grosso. Foram 620 balancetes e 52 Balanços gerais examinados. Todos os 38 municípios de Mato Grosso. 3º uma experiência vivida na presidência. Preocupou-me, desde a manhã da posse do Conselheiro o que poderia chamar-se de inadequação da legislação positiva do Tribunal em relação aos preceitos constitucionais a ela pertinentes. Falo do registro prévio, que a partir de 1967 foi substituído pelo desempenho das funções de Auditoria Financeira e Orçamentária.*

Em sessão especial, o Conselheiro Teresino Alves Ferraz fez uma análise da importância e papel desempenhado pelos Tribunais de Contas, citando homens ilustres que ocuparam cargos/funções nos Tribunais, e dentre eles homens como Ruy Barbosa, que idealizaram este órgão no Brasil. Senão, vejamos:

*A gestão financeira do Estado ou de outra coletividade pública não pode ser desempenhada sem controle. Testemunha a nossa história que a desordem financeira conduz, frequentemente, a transtornos políticos.*

*Além disso, as conquistas sucessivas do direito orçamentário que permitiram aos eleitos aprovar a receita e votar a despesa, seriam ilusórias se não existissem vigilâncias da atividade*

---

<sup>193</sup> A partir de 25 de setembro de 1979.

<sup>194</sup> Nomeado através da Ata nº 133, de 17 de dezembro de 1979, no cargo de Subprocurador-geral – Padrão TC-SPS-II do TCE-MT.

<sup>195</sup> De 11 de junho a 9 de setembro de 1979.

*dos gastos. François Albafoille – Secretário Geral-Adjunto do Tribunal de Contas de Paris (...) Na exposição de motivos do Decreto n.º 966-A, de 7 de novembro de 1890, que preconizava a criação do Tribunal de Contas, Ruy Barbosa registrou para as gerações futuras palavras eternas que produziu sua pena magistral como as que seguem: "...à medida que vem propor-vos é a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, passa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil. (...) "A outro brasileiro, não menos ilustre, coube a grande tarefa de implantar o Tribunal de Contas no país – refiro-me ao insigne paraense Inocêncio Serzedello Corrêa. Serzedello Corrêa não hesitou em renunciar ao alto cargo de Ministro da Fazenda, por não concordar com a reforma do sistema da fiscalização então vigente, imposta pelo Presidente da República, na época. A seu respeito, assim se manifestou o saudoso Ministro do Tribunal de Contas da União, Wagner Estela Campos: exemplo notável de coragem moral, que compreende o desapego aos cargos em benefício do interesse público. A sua carta histórica, datada de 27 de abril de 1893 endereçada ao Marechal Floriano, constitui uma das mais belas páginas da história do Tribunal de Contas do Brasil". Resistindo com galhardia às reformas que se seguiram à Constituição de 1891 e às críticas precipitadas e até muitas vezes contundentes, vêm os Tribunais de Contas dentro dos limites estabelecidos em lei, cumprindo sua nobre missão de órgão fiscalizador dos gastos públicos. O modelo de fiscalização orçamentária e financeira, o Registro Prévio consagrado na Carta Política de 1946, seguindo bem de perto o sistema belga, não mais se harmoniza com a nova filosofia administrativa que se implantava no país, fruto do movimento revolucionário de março de 1964.<sup>196</sup>*

A partir de então, continua o Conselheiro,

*A Carta Política de 1967, durante à presidência do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, cumpriu a missão histórica de reformar o sistema de fiscalização então vigente, a despeito de doughtas e respeitáveis opiniões contrárias. Abolido dessa forma o Registro Prévio, a função dos Tribunais de Contas não se limita apenas ao exame formal da documentação comprobatória da despesa, mas se projeta até a verificação dos resultados esperados com os programas. O acompanhamento da execução orçamentária e financeira através das inspeções "In loco" e das auditorias foi a tônica da Constituição de 1967, o que equivale dizer, os Tribunais de Contas deixaram de ser mero cartório de registro de papéis, para desempenhar uma fiscalização dinâmica, acompanhando "pari-passu" todas as fases da despesa pública, inclusive certificar-se do resultado dela decorrente. Além da reforma já mencionada, a Carta*

*de 1967 conferiu ainda aos Tribunais de Contas a atribuição de fiscalizar as Contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, não alinhada na Constituição anterior.*

*A Emenda Constitucional de 1967 cometeu aos Tribunais de Contas, a relevante tarefa de emitir parecer prévio nas contas anuais dos municípios.*

Ao concluir o discurso, o Conselheiro Teresino Alves Ferraz afirmou que o Presidente Geisel sancionou a Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização das entidades paraestatais da União, dos Estados e Municípios, a cargo dos Tribunais de Contas respectivos.

Conforme Ata 129, de 06 de dezembro de 1979, a sessão foi aberta e suspensa para, logo após, se fazer uma homenagem ao Conselheiro Benedicto Vaz de Figueiredo, e os funcionários liberados para comparecer ao seu velório e ao sepultamento. A missa de sétimo dia foi realizada na Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, às 18 horas do dia 11 de dezembro de 1979.<sup>197</sup>

Através da leitura da Ata nº 46, de 18 de maio de 1979, constatamos o falecimento do Exmo. Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, João Ponce de Arruda, ocorrido em 17 de maio de 1979. Segundo o Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, Ponce de Arruda foi um homem que escreveu toda a sua vida em contato com o serviço, exercendo diversos cargos, inclusive os de Governador e de Deputado Federal. Iniciou a sua carreira no Magistério e foi o Relator do Plano SALTE. Era homem de cultura.

Em Ata de nº 48, de 24 de maio de 1979, o Plenário considerou o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso apto para julgar as contas dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul até que fosse criado o TCE naquele Estado nascente.

## **Vigésima Sétima Mesa Diretora**

**1980 a 1981 – (04.01.1980<sup>198</sup> a 05.01.1981)**

<b>Presidente:</b>	Conselheiro José Ferreira de Freitas
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Teresino Alves Ferraz
<b>Membros:</b> Conselheiros	Ênio Carlos de Souza Vieira Hélio Jacob Frederico Vaz de Figueiredo Nelson Ramos de Almeida José Salvador Arruda dos Santos
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz

---

<sup>197</sup> Ata nº 130, de 11 de dezembro de 1979 – TCE-MT.

<sup>198</sup> Lei nº 4.267, de 16 de dezembro de 1980, dispõe sobre a valorização salarial dos servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, e fixa a remuneração de natureza especial de direção e assessoramento superior dos cargos de provimento efetivo e dos empregos permanentes e dá outras providências. Lei nº 4.269, de 16 de dezembro de 1980, dispõe sobre os cargos de nível superior do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

**Subprocurador:** Antônio Gonzalo Souto Arruda  
**Diretor-geral de Administração:** Darcy Avelino Silva Gomes Filho<sup>199</sup>.  
**Diretora-geral de Administração:** Nilza Maria Bastos e Silva<sup>200</sup>

Ainda sobre a divisão do Estado de Mato Grosso, assim se pronunciou o Conselheiro José Ferreira de Freitas:

*No calendário da vida pública mato-grossense, são três palavras presentes face ao acontecimento histórico que não podem deixar de ser consideradas: a divisão-político-administrativa do Estado, a partir de 1º de janeiro de 1.979. Mato Grosso é passado, é presente e é também futuro. Assim, despontam neste Estado-membro três épocas.*

*Ontem, íntegro; Em 01.01.79, dividido geograficamente e, hoje, enfrentando o desafio da realidade. Ontem, a integridade, cuja manutenção, somos testemunhas, mereceu o esforço ingente e devotado do ex-governador Garcia Neto. Matéria de competência da União, sentindo que aquilo ao seu alcance havia sido feito, acolheu a decisão e, lutando sem esmorecimento pelo desenvolvimento do todo, não deixou, contudo, de adotar as medidas imprescindíveis ao histórico acontecimento.*

*Hoje, o fato consumado, dois Estados Membros a lutar em prol do engrandecimento cada vez maior do todo nacional. A atuação do Governo Garcia Neto atingiu todos os quadrantes do Estado, em todos os campos da atividade, num trabalho constante, imenso e sem descanso, que a história registrou e deve permanecer vivo na mente de todos os mato-grossenses.<sup>201</sup>*

103

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso solicitou autorização do Plenário para vender, sob licitação, por não atender mais suas finalidades, um aparelho de som, adquirido dez anos atrás: 9 microfones marca Phillips – Modelo Holland com pedestral, série 899.250.25009; 1 amplificador marca BG – 3104/00 – 100 Watts – 2 pré-misturadores de canais BG – 3203/00 para 6 microfones; 3 caixas acústicas marca AKS de 25 Watts; 8 Hons. O Plenário autorizou<sup>202</sup> tendo em vista que tais peças já se encontravam em desuso e eram desnecessárias para atender às necessidades reais da Instituição.

A Presidência efetuou a leitura do ofício nº 680, de 10 de abril de 1980, enviado pelo Conselheiro José Wamberto, de Brasília, anunciando a nomeação dos 7 Conselheiros do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, sendo eles eleitos: Presidente e Vice-presidente, respectivamente, os Conselheiros Edyl Ferraz e Horácio Cersósimo. O Presidente anunciou a visita do Conselheiro Horácio Cersósimo em 25 de

<sup>199</sup> De 10 de setembro de 1979 a 1 de abril de 1980, e de 10 de maio a 6 de julho de 1980.

<sup>200</sup> De 2 de abril a 9 de maio de 1980, e de 7 de julho a 31 de julho de 1980.

<sup>201</sup> Pronunciamento do Conselheiro José Ferreira de Freitas. Ata de 8 de janeiro de 1980 – TCE-MT.

<sup>202</sup> Ata nº 45, de 22 de abril de 1980 – TCE-MT.

abril de 1980, oportunidade em que solicitou o apoio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no sentido de orientar a Corte do Sul<sup>203</sup>. Em decorrência disso, o Plenário, por maioria, decidiu não continuar a fiscalização das contas dos municípios de Mato Grosso do Sul, presentes até 31 de dezembro de 1978.

A Casa de Contas do Estado de Mato Grosso analisou os balancetes e balanços das Prefeituras e das Câmaras Municipais de Mato Grosso do Sul, relativos aos anos de 1978 e 1979, e envia-os às respectivas Prefeituras e Câmaras, num total de 600 processos distribuídos em 60 embalagens, a partir de 7 de julho de 1980<sup>204</sup>.

Em destaque, a Mesa Diretora evidenciou a posse do Dr. José Villanova Torres no cargo de Governador do Estado de Mato Grosso, a se realizar numa sexta-feira, 29 de agosto de 1980, às 17 horas no salão nobre do Palácio Paiaguás.

É importante ressaltar a introdução, no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, do sistema de numeração dos Acórdãos<sup>205</sup> desde o mês de janeiro de 1980.

Ainda nesta Mesa Diretora foram realizados três concursos públicos: para Técnico de Controle Externo, para Auxiliar de Controle Externo e outro para Técnico de Controle Externo, em função da reprovação dos candidatos na primeira prova<sup>206</sup>. Igualmente, foi implantado o Regime Único de Trabalho, extinguindo-se o regime antigo, onde uma turma trabalhava de manhã e outra à tarde. O reinício da prática do concurso ocorreu com a realização de dois: um para preenchimento do cargo de Subprocurador e outro para Assessoria Jurídica.<sup>207</sup>

Por fim, observamos a realização, em Manaus, da XI Reunião do Conselho de Dirigentes do Centro de Coordenação dos TCEs do Brasil, preparatória do temário para a realização do XI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, com a posterior realização em Florianópolis, no início do ano de 1981.

## Vigésima Oitava Mesa Diretora 1981 a 1982 – (05.01.1981<sup>208</sup> a 04.01.1982)

**Presidente:** Conselheiro Teresino Alves Ferraz  
**Vice-presidente:** Nelson Ramos de Almeida  
**Membros:** Conselheiros José Ferreira de Freitas  
Frederico Vaz de Figueiredo

<sup>203</sup> Ata nº 45, de 29 de abril de 1980 – TCE-MT.

<sup>204</sup> Ata nº 72, de 3 de julho de 1980 – TCE-MT.

<sup>205</sup> Sentença, resolução de recursos em tribunais. Cf. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : MEC-FAE, 1986.

<sup>206</sup> Ata nº 104, de 23 de setembro de 1980 – TCE-MT.

<sup>207</sup> Ata nº 3, de 4 de janeiro de 1980 – TCE-MT.

<sup>208</sup> Lei nº 4.333 de 19 de agosto de 1981, dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Tribunal de Contas do Estado, fixa o quadro de pessoal e dá outras providências. Lei nº 4.411, de 2 de dezembro de 1981, dispõe sobre a valorização salarial dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, dos Servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado. Lei nº 4.427, de 9 de dezembro de 1981, dispõe sobre a modificação da Lei nº 4.333/81.



José Salvador de Arruda Santos

Ênio Carlos de Souza Vieira

Hélio Jacob

**Ministério Público:** Procurador-chefe José do Carmo Ferraz

**Subprocurador:** Antônio Souto Arruda

**Diretor-geral de Administração:** Darcy Avelino Silva Gomes Filho<sup>209</sup>

**Diretor-geral de Administração:** Adalberto Jorge Félix<sup>210</sup>

**Diretora-geral de Administração:** Maria Costa França<sup>211</sup>

Após contextualizar historicamente o Tribunal de Contas no Brasil e em Mato Grosso, o Conselheiro Teresino Alves Ferraz passou a tratar de tópicos relativos à vida do TCE, inclusive mapeando as sessões plenárias. Neste aspecto, o Presidente Conselheiro comunicou ao Plenário que o Governador do Estado, em princípio, fixara a data de 8 de abril de 1981 para a inauguração do novo anexo da Sede do TCE em MT, no Centro Político Administrativo. Aprovada a redação final do anteprojeto de Lei que dispunha sobre o Plano de Cargos do TCE de MT e valorização de vencimento fixo do quadro de pessoal. A classificação de cargos teve como objetivo uma organização mais flexível e, ao mesmo tempo, a obtenção de resultados positivos.

O plano delegou poderes aos diretores dando-lhes mais oportunidades de exercer suas atividades sem limitações de normas rígidas, o que triplicou a capacidade de trabalho do conjunto. Nesta gestão houve a promoção de cursos e treinamentos em processamento de dados, visando a implantação na sistemática financeira da administração de Mato Grosso, descentralizando o movimento do numerário. Frequentaram o curso: Dalva Leite Neves, Contadora, Antônia Sebastiana Carvalho de Siqueira e Rosângela Lins de Almeida, responsáveis pela introdução do novo sistema no TCE a partir de 15 de maio de 1981.

Em 1981 foram julgados, em 143 sessões plenárias, 3.238 processos; em média, 23 processos por sessão. Desses julgamentos resultaram 3.140 Acórdãos, 94 Pareceres e 4 Resoluções. A Assessoria Jurídica emitiu 100 Pareceres. A Assessoria de Engenharia executou 35 exames “In loco” e emitiu 52 Pareceres referentes a obras em andamento. O serviço médico atendeu 557 funcionários. Os Pareceres, emitidos num total de 310, referiram-se às justificativas de faltas por motivo de doença. Em relação à Auditoria, foram emitidos 56 Pareceres, 107 relatórios e 68 certificados.

---

<sup>209</sup> De 1º de agosto de 1980 a 18 de janeiro de 1981, e de 30 de dezembro de 1981 a 4 de janeiro de 1982.

<sup>210</sup> De 19 de janeiro a 29 de dezembro de 1981.

<sup>211</sup> De 5 de janeiro a 30 de dezembro de 1982.

Vigésima Nona Mesa Diretora  
1982 a 1983 (04.01.1982<sup>212</sup> a 04.01.1983)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Nelson Ramos de Almeida
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro José Salvador de Arruda Santos
<b>Membros: Conselheiros</b>	Teresino Alves Ferraz José Ferreira de Freitas Frederico Vaz de Figueiredo Ênio Carlos de Souza Vieira Hélio Jacob
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Subprocurador:</b>	Antônio Gonzalo Souto Arruda
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Darcy Avelino Silva Gomes Filho <sup>213</sup>

Nesta 29ª Mesa Diretora foram realizadas 135 sessões plenárias, das quais resultaram 2.209 Acórdãos, 48 Pareceres, 2 Resoluções e 55 decisões administrativas, com julgamentos de 1.238 Processos, com destaque para implantação dos serviços de Assistência Social e médico-odontológico. A construção dos consultórios, dentário e médico, devidamente equipados, dignificou o trabalho humanitário do Conselheiro Nelson Ramos e, ao mesmo tempo, demonstrou sua sensibilidade para o social e a constante preocupação com o desenvolvimento dos recursos humanos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Durante a gestão do Conselheiro Nelson Ramos de Almeida, assim se manifestou em discurso o Governador do Estado:

*Salve o intenso trabalho do TCE-MT! (...) aí está o atestado mais claro e evidente de que houve um progresso inusitado deste Estado, quando o seu ex-presidente, Doutor Nelson Ramos de Almeida, atestou em seu relatório um volume extraordinário de análise de processos julgados por esta Corte. Vejam os senhores que se comprovado aquele período antes da divisão de Mato Grosso, quando somava a responsabilidade deste Tribunal, toda a área que hoje constitui um novo Estado que é o Mato Grosso do Sul, mesmo assim os senhores podem ver, verificar e atestar que o volume dos feitos deste Tribunal foi muito superior ao daquele período.<sup>214</sup>*

<sup>212</sup> Resolução nº 02/82, de 29 de julho de 1982, dispõe sobre o regulamento dos serviços internos do Tribunal de Contas.

<sup>213</sup> De 31 de dezembro de 1982 a 19 de junho de 1983.

<sup>214</sup> Frederico C. Soares Campos, Governador do Estado de Mato Grosso. Ata de 4 de janeiro de 1983 – TCE-MT.

## Trigésima Mesa Diretora

1983 a 1984 – (04.01.1983 a 04.01.1984)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro José Salvador de Arruda Santos
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo <sup>215</sup>
<b>Membros: Conselheiros</b>	Nelson Ramos de Almeida Hélio Jacob <sup>216</sup> Ênio Carlos Souza Vieira Teresino Alves Ferraz Afro Stefanini. <sup>217</sup> José Ferreira de Freitas
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Subprocurador:</b>	Antônio Gonçalo Souto Arruda
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Nilza Maria Bastos e Silva <sup>218</sup>
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Darcy Avelino Silva Gomes Filho <sup>219</sup>

Em discurso de posse, o Conselheiro José Salvador de Arruda Santos discorreu sobre o processo de aposentadoria do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo:

*Quero dizer, a respeito da aposentadoria compulsória do eminente Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo, no próximo mês de fevereiro: uma lacuna se abrirá no Plenário desta Casa e é difícil, Sr. Governador, substituir um Conselheiro da envergadura do Dr. Frederico Vaz de Figueiredo – 42 anos de serviços dedicados ao Estado de Mato Grosso e mestre incontestável do Direito, nesta casa, mister se faz que, em homenagem àquele que deixará o seu cargo, haja um substituto a altura de sua cultura jurídica e de seus méritos.<sup>220</sup>*

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso inaugurou novas dependências para abrigar os gabinetes médico e odontológico e, ainda, os núcleos de controle orçamentário e de finanças.<sup>221</sup>

---

<sup>215</sup> Aposentou-se em 18 de fevereiro de 1983.

<sup>216</sup> Eleito Vice-presidente em 23 de fevereiro de 1983, em função da aposentadoria do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo.

<sup>217</sup> Em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Frederico Vaz de Figueiredo. Ata nº 2, de 19 de janeiro de 1983 – TCE-MT.

<sup>218</sup> De 20 de junho a 24 de agosto de 1983.

<sup>219</sup> De 25 de agosto a 10 de novembro de 1983.

<sup>220</sup> Ata nº 1, de 4 de janeiro de 1983 – TCE-MT.

<sup>221</sup> Ata nº 106, de 27 de outubro de 1983 – TCE-MT.

O Conselheiro Afro Stefanini tomou posse no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a 19 de maio de 1983, e em seu discurso afirma:

*Na oportunidade em que a classe política de Mato Grosso confere-me mais uma árdua tarefa e uma grande honra, ao colocar-me, novamente, a serviço do povo, volto a olhar quase cansado para o infinito que já ficou para traz e faço uma sucinta análise de minha vida. (...) Hoje, vejo-me lançado a uma nova etapa de vida, encaminhado para compartilhar deste labor e cumprimento do dever, colaborando com os nossos legisladores e o governo na administração das nossas contas. Francamente, caros companheiros! Hoje realizo um dos maiores sonhos da minha tão humilde vida. Ao formar com esta altaneira congregação de homens públicos, cujas vidas foram sempre voltadas para o bem do nosso torrão natal, para a felicidade de de nosso povo, sinto-me intimamente realizado.*<sup>222</sup>

### Trigésima Primeira Mesa Diretora 1984 a 1985 (04.01.1984<sup>223</sup> a 04.01.1985)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Hélio Jacob <sup>224</sup>
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira
<b>Membros:</b> Conselheiros	José Ferreira de Freitas José Salvador de Arruda Santos Nelson Ramos de Almeida Afro Stefanini Teresino Alves Ferraz Djalma Metello Duarte Caldas <sup>225</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador-chefe José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	Antônio Gonçalo Souto Arruda, Odilon Kiyonori Uema
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Aloísio Madeira Évora <sup>226</sup>
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Nilza Maria Bastos e Silva <sup>227</sup>

---

<sup>222</sup> Ata de 19 de maio de 1983 – TCE-MT.

<sup>223</sup> Lei nº 4.662, de 15 de fevereiro de 1984, dispõe sobre a valorização salarial dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas. Lei 4.734, de 20 de setembro de 1984, dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>224</sup> Até 9 de março de 1984.

<sup>225</sup> A partir de 5 de outubro de 1984.

<sup>226</sup> De 4 de janeiro a 2 de setembro de 1984, e de 2 de outubro de 1984 a 3 de janeiro de 1985.

<sup>227</sup> De 3 de setembro a 1º de outubro de 1984.

Com a aposentadoria do Conselheiro Hélio Jacob, em 9 de março de 1984, assumiu a Presidência do TCE, a partir de 21 de março de 1984, o Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira, que dirigiu o órgão até 4 de janeiro de 1985, tendo como Vice-presidente o Conselheiro José Ferreira de Freitas, que assumiu o cargo em 27 de março de 1984.

Na gestão do Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira foi realizado o concurso para a carreira de Auxiliar de Agente Administrativo, com a aprovação de 36 dos quase 250 candidatos inscritos. Ainda, a construção de mais um anexo, com previsão de término das obras em fevereiro, destinado a alojar os arquivos, a Assessoria de Engenharia, os serviços de microfilmagem e de copa, na parte externa do Tribunal, conforme projeto original, o mesmo acontecendo com os sanitários destinados aos funcionários. Houve renovação da metade da frota de veículos, originários dos anos de 1977 e 1978, e reforma do plenário<sup>228</sup>. E, ainda, nas palavras do Conselheiro Ênio Carlos de Souza Vieira:

*Ao Governador Júlio José de Campos, que ora registro, foi o primeiro Governador da história de Mato Grosso a trazer pessoalmente, e em tempo hábil, a sua prestação de contas para exame deste Tribunal.*<sup>229</sup>

Ainda nesta gestão houve a formulação da Lei n.º 4.734, de 20 de setembro de 1984, que “dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências”, bem como a posse do Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, que assim se pronunciou na ocasião:

*(...) Desejo contribuir para que esta egrégia Corte de Contas continue, como vem fazendo, com seriedade e serenidade, a exercer o controle externo da administração orçamentária e financeira do Estado. Ao lado das atribuições dadas pelas normas constitucionais de emitir parecer prévio nas contas do Poder Executivo, da auditoria financeira, da representação ao Executivo e ao Legislativo sobre irregularidade e abusos nas contas verificadas, até a apreciação e julgamento da legalidade de tantos outros atos administrativos, hei de exercer o papel, ao lado dos meus ilustres pares, de acatar, propor ou sugerir medidas que objetivem e engrandecem cada vez mais a instituição, de suma importância na estrutura organizacional da administração pública.*<sup>230</sup>

Na oportunidade, o mesmo Conselheiro citou o consagrado jurista Pontes de Miranda:

*(...) Qualquer órgão administrativo do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, ou do Poder Judiciário tem de remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas. Tem esse o dever de tomar as providências para as inspeções necessárias, inclusive quanto às perícias, verifi-*

---

<sup>228</sup> Ata nº 1, de 4 de janeiro de 1985 – TCE-MT.

<sup>229</sup> Ata de 3 de janeiro de 1985 – TCE-MT.

<sup>230</sup> Ata de 5 de outubro de 1984 – TCE-MT.

*cação de pagamentos, de pontualidade e de observância de qualquer Lei que se refira à matéria. Tais investigações não têm limite que resultam de inviolabilidade de correspondência e de sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas (Artigo 153, parágrafo 9º da Constituição Federal).*

*Com isso, quero destacar o campo de atuação desta Egrégia Corte, que não está limitada por compartimentos estanques, pois onde há interesse do Estado, aí o Tribunal deve estar presente. Eis a filosofia com que venho.*<sup>231</sup>

Na posse do Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, o Governador do Estado, Júlio José de Campos, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, assim se pronunciou:

*(...) Feliz estamos em ter esta oportunidade, porque temos certeza absoluta que estamos trazendo para este colendo Tribunal, uma das mais preparadas, dignas e honradas personalidade da vida pública de Mato Grosso. (...) Em todas as funções públicas deu demonstração de capacidade e lealdade e bom desempenho das atividades profissionais. Tenho certeza que a partir de hoje, nesta Casa, Mato Grosso ganha um grande Conselheiro e o Tribunal de Contas, um grande profissional. Tenho certeza que sua contribuição será de grande valia no julgamento dos atos do Executivo e Legislativo que submetem as contas à apreciação desta Casa. Temos certeza absoluta da sua competência, dedicação para com os problemas do nosso grande Estado. (...) Realço nesta oportunidade, que fiz questão de continuar a prestigiar esta Casa de Contas, indicando um homem à altura de ser Conselheiro.*<sup>232</sup>

### Trigésima Segunda Mesa Diretora

1985<sup>233</sup> a 1986 (04.01.1985 a 07.01.1986)<sup>234</sup>

**Presidente:** Conselheiro Teresino Alves Ferraz  
**Vice-presidente:** Conselheiro Nelson Ramos de Almeida  
**Membros:** Conselheiros Ênio Carlos de Souza Vieira  
 José Ferreira de Freitas <sup>235</sup>

<sup>231</sup> Ata de 5 de outubro de 1984 – TCE-MT.

<sup>232</sup> *Idem*.

<sup>233</sup> Lei nº 4.828 de 10 de janeiro de 1985 – art.17 e art. 20, parágrafos 1º e 2º – dispõe sobre a modificação da estrutura organizacional do Poder Legislativo e dá outras providências. Lei nº 4.867, de 5 de julho de 1985, dispõe sobre a reestruturação do plano de classificação de cargos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, fixa o quadro de pessoal e dá outras providências. Lei nº 4.900, de 7 de outubro de 1985, fixa novos valores para Tabela Salarial dos servidores dos Poderes Executivo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>234</sup> Na história do Tribunal de Contas, a Corregedoria Geral foi instituída em 3 de dezembro de 1986, através da Lei nº 5.082, art.7º, parágrafo único.

<sup>235</sup> Aposentou-se em 26 de dezembro de 1985.

José Salvador de Arruda Santos  
 Afro Stefanini  
 Djalma Metello Duarte Caldas  
**Ministério Público:** Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz<sup>236</sup>  
**Subprocuradores:** Antônio Gonçalo Souto Arruda, Odilon Kiyonori Uema.  
**Diretor-geral de Administração:** Darcy Avelino Silva Gomes Filho<sup>237</sup>  
**Diretor-geral de Administração:** Miguel Augusto de Arruda e Silva<sup>238</sup>

Nesta gestão foram votadas algumas leis.<sup>239</sup>

Na administração desenvolvida pelo Dr. Teresino Alves Ferraz foram realizados Concursos Públicos para regularizar o Corpo Instrutivo do Tribunal, bem como cursos de treinamento com o objetivo de melhor capacitar os servidores no desempenho de suas funções. Esta Mesa tinha por objetivo implantar um terminal de computação para que o Tribunal pudesse acompanhar com melhor eficiência e rapidez a execução orçamentária do Estado; desenvolver um trabalho pedagógico junto aos órgãos e instituições fiscalizadas, principalmente junto às Prefeituras e Câmaras Municipais, evitando, dessa forma, a utilização de ações meramente punitivas.

Ainda nesta gestão, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso teve aumento no quadro de seus servidores, demonstrando grande preocupação em realizar concursos públicos, com a finalidade de regularizar e concretizar o cumprimento da lei, dando oportunidades não só àqueles que já prestavam serviços ao Tribunal, como para outros cidadãos que desejavam ingressar no serviço público. Foi realizado, portanto, neste ano de 1985, concurso público para os cargos de Agente Administrativo, Auxiliar de Controle Externo, Auditor Contábil e Taquígrafo.<sup>240</sup>

Neste mesmo ano, a 12 de agosto, os servidores do Tribunal de Contas se reuniram e fundaram a ASTCONTAS – Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial de 21 de janeiro de 1986, com o objetivo de representar os servidores, assisti-los e prestigiá-los em seus interesses e desenvolvimentos sociais, culturais e esportivos, tendo como seu primeiro presidente Carlos Alberto Rezende Fortes. No dia 1º de março de 1993, a ASTCONTAS foi transformada em Sindicato, com a denominação de SINTCONTAS, elegendo sua primeira diretoria, a 14 de maio de 1993.<sup>241</sup> Seu atual presidente é o Domingos Silva Lima.

<sup>236</sup> A Emenda Constitucional nº 28, de 28 de março de 1985, transforma o cargo de Procurador-geral em Procurador de Justiça, passando a integrar o quadro do Ministério Público Estadual.

<sup>237</sup> De 4 de janeiro a 16 de maio de 1985, e de 9 de agosto de 1985 a 2 de março de 1986.

<sup>238</sup> De 17 de maio a 8 de agosto de 1985.

<sup>239</sup> Lei nº 4.828, de 10 de janeiro de 1985 – art. 17 e art. 20 parágrafos 1º e 2º – dispõe sobre a modificação da estrutura organizacional do poder legislativo e dá outras providências. Lei nº 4.867, de 5 de julho de 1985, dispõe sobre a reestruturação do Plano de Classificação de Cargos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e fixa o quadro de pessoal e dá outras providências. Lei nº 4.900, de 7 de outubro de 1985, fixa os novos valores para Tabela Salarial dos servidores dos Poderes Executivo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

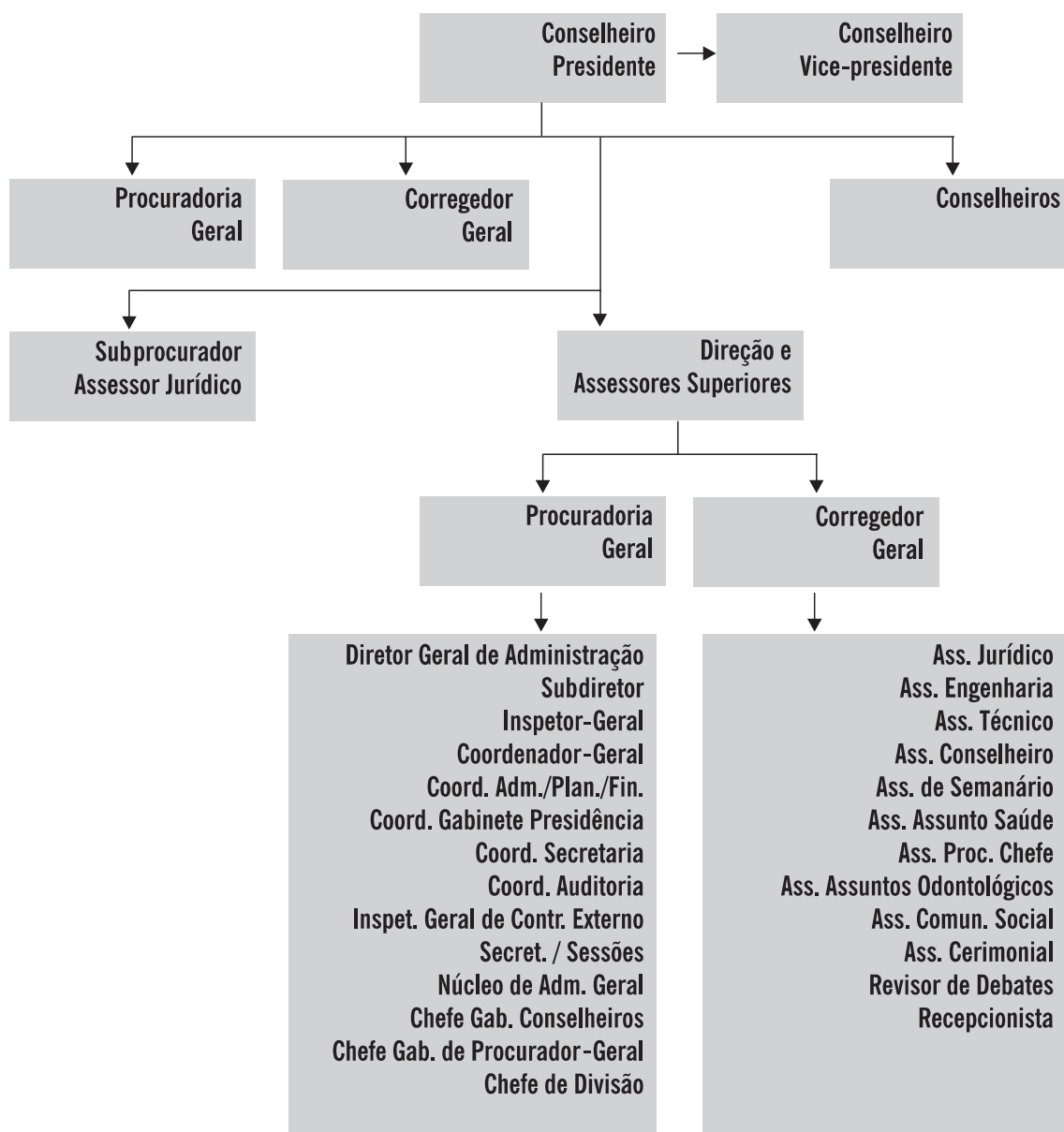
<sup>240</sup> Palestra de Teresino Alves Ferraz, 1985.

<sup>241</sup> Chapa Renascer: Presidente – Domingos Silva Lima, Vice-presidente – André Luiz Souza Ramos, Secretário Geral – Lázaro da Cunha Amorim, Sec. Adm. Fin. – Milton de Carvalho e Márcia Regina de Lara, Sec. F. Sind. e Imprensa – Joassis T. Arruda e Catarina da C. S. de Jesus, Sec. Jurídicos – Hermes Dallagnol e Izabel F. F. Belizário, Sec. P. S. Eco. – Maria J. Pereira e Ana Martins, Sec. Cult. Lazer – Ulisse F. C. Leão e Wises M. Monteiro.

# ESTADO DE MATO GROSSO

## TRIBUNAL DE CONTAS

### Década de 1980

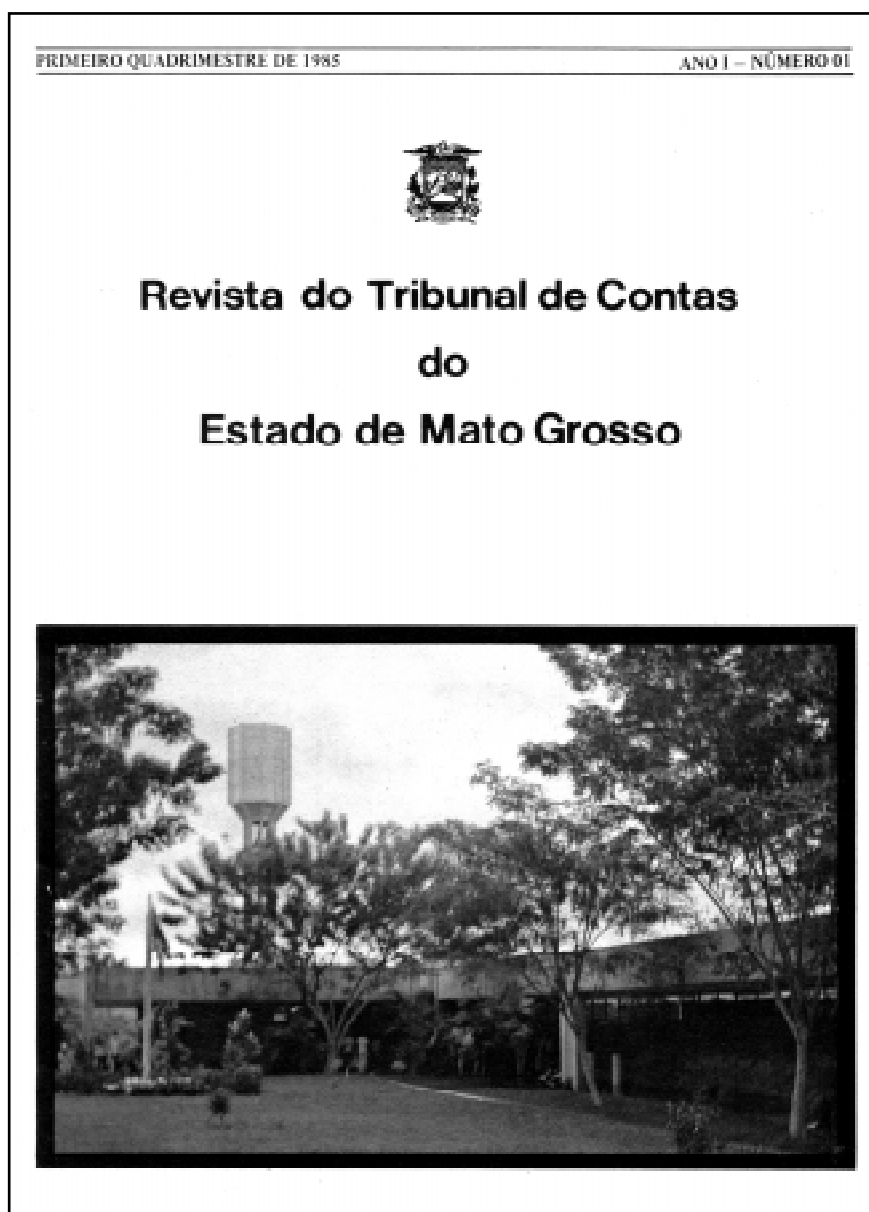


FONTE: Leis nºs 4.333, de 19 de agosto de 1981, publicada no Diário Oficial da mesma data; 4.427, de 9 de dezembro de 1981, publicada no Diário Oficial de 10 de dezembro de 1981; 4.734, de 20 de setembro de 1984, publicada no Diário Oficial de 20 de setembro de 1984; 4.867, de 5 de julho de 1985, publicada no Diário Oficial de 5 de julho de 1985, e 5.219, de 11 de janeiro de 1988.



Uma outra proposta digna de nota desta diretoria refere-se à postura do Tribunal diante de suas funções junto aos órgãos fiscalizados, o que pode ser resumido na fala do seu Presidente:

*Entendemos que o Tribunal, antes de qualquer medida punitiva, deve adotar providências de ordem pedagógica junto aos órgãos que lhe cabe fiscalizar. Assim é nossa intenção promover reuniões periódicas entre o nosso Corpo Instrutivo e os responsáveis pela contabilidade desses órgãos. E não poderia deixar de ser assim, pois o homem deve merecer a preocupação constante do administrador.*<sup>242</sup>



Capa da 1ª Revista do TCE.

<sup>242</sup> Conselheiro Teresino Alves Ferraz. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.1, p. 15, 1985.

A *Revista do TCE* n° 1 – ano 1, do 1° quadrimestre de 1985, foi lançada na gestão do Conselheiro Teresino Alves Ferraz, uma antiga aspiração que se concretizava. Segundo Ferraz, a revista significou apenas um passo de uma longa caminhada do TCE.

Com a Emenda Constitucional n° 28, de 28 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da mesma data, o Dr. José do Carmo Ferraz, Procurador-geral, passou a integrar o Ministério Público Estadual, na qualidade de Procurador de Justiça.

### Trigésima Terceira Mesa Diretora 1986 a 1987 (07.01.1986<sup>243</sup> a 12.01.1987)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Nelson Ramos de Almeida
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro José Salvador de Arruda <sup>244</sup>
<b>Membros:</b> Conselheiros	Teresino Alves Ferraz Ênio Carlos de Souza Vieira <sup>245</sup> José Ferreira de Freitas Djalma Carneiro da Rocha <sup>246</sup> Ary Leite de Campos <sup>247</sup> Oscar da Costa Ribeiro <sup>248</sup> Djalma Metello Duarte Caldas Afro Stefanini
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz.
<b>Subprocurador:</b>	Antônio Gonçalo Souto Arruda
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Francisco Villanova Filho <sup>249</sup>

---

<sup>243</sup> Lei nº 4.967 – art. 16, de 6 de janeiro de 1986, reorganiza a estrutura dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Lei nº 4.987, de 12 de maio de 1986 – art. 5º, parágrafo único, eleva as comarcas de Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Jaciara e Sinop para 2ª entrância, cria cargos e dá outras providências. Lei nº 5.025, de 9 de junho de 1986, aplica aos servidores do Estado as normas do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, revoga a semestralidade nos reajustes salariais dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, institui a anualidade para o reajuste dos servidores públicos e dá outras providências. Lei nº 5.027, de 17 de junho de 1986, autoriza contagem recíproca do tempo de serviço dos servidores do Estado para efeito de aposentadoria. Lei nº 5.062, de 7 de novembro de 1986, adapta o Plano de Classificação de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado às disposições das Leis nº 4.828, de 10 de janeiro de 1985, e 4.967, de 9 de março de 1986, cria e transforma cargos e dá outras providências. Lei nº 5.063, de 20 de novembro de 1986, cria cargos de Auditor-contábil, institui gratificações e dá outras providências. Lei nº 5.082, de 3 de dezembro de 1986, dá nova estrutura organizacional à Secretaria da Assembléia Legislativa, dá outras providências. Lei nº 5.083, de 3 de dezembro de 1986, dispõe o cálculo de gratificação adicional por tempo de serviço.

<sup>244</sup> Até 6 de maio de 1986.

<sup>245</sup> Aposentou-se em 30 de abril de 1986.

<sup>246</sup> A partir de 13 de maio de 1986.

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> A partir de 13 de maio de 1986.

<sup>249</sup> De 3 de março de 1986 a 11 de janeiro de 1987.

O Conselheiro Afro Stefanini foi eleito Vice-presidente em 6 de maio de 1986, dada a aposentadoria do Conselheiro José Salvador Arruda dos Santos. Na vigência desta Mesa Diretora, várias leis foram votadas.<sup>250</sup>

Em 1986 foi elaborado um novo Regimento Interno, em substituição ao que estava em vigor desde 1974, modernizando e atualizando as diretrizes do TCE.

O Conselheiro Presidente solicitou do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro que fosse apresentado um anteprojeto de Resolução fixando atribuições pertinentes ao cargo de Corregedor-geral do Tribunal, em consonância com o que consta do Parágrafo único do Art. 7º, da Lei nº 5.082, de 3 de dezembro de 1986, cujo resultado é entregue em 6 de janeiro de 1987.<sup>251</sup>

### Trigésima Quarta Mesa Diretora 1987<sup>252</sup> a 1988 – (12.01.1987<sup>253</sup> a 11.01.1988)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Afro Stefanini
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Djalma Duarte Metello Caldas
<b>Membros:</b> Conselheiros	Teresino Alves Ferraz Ary Leite de Campos Djalma Carneiro da Rocha Nelson Ramos de Almeida
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro <sup>254</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	Lilia Alves Ferreira, Antônio Gonçalo Souto Arruda, Benedito Alves Ferraz
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Carlos José Avelino de Souza Vieira

---

**250** Lei 5.062, de 7 de novembro de 1986, adapta o Plano de Classificação de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado às disposições das Leis nº 4.828, de 10 de janeiro de 1985, e nº 4.967, de 9 de março de 1986, que cria e transforma cargos e dá outras providências. Lei nº 5.063, de 20 de novembro de 1986, cria os Cargos de Auditor-Contábil, institui gratificações e dá outras providências. Lei nº 4.967 – art. 16, de 6 de janeiro de 1986, reorganiza a Estrutura dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Lei nº 4.987, de 12 de maio de 1986 – art. 5º, Parágrafo Único, eleva as Comarcas de Mirassol D'Oeste, Barra do Bugres, Jaciara e Sinop para 2ª Entrância, cria cargos e dá outras providências. Lei nº 5.025, de 9 de junho de 1986, aplica-se aos servidores do Estado as normas do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, revoga a semestralidade nos reajustes salariais dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, institui a anualidade para o reajuste dos servidores públicos e dá outras providências. Lei nº 5.027, de 17 de junho de 1986, autoriza contagem recíproca do tempo de serviço dos servidores do Estado para efeito de aposentadoria. Lei nº 5.082 – art. 7º, de 3 de dezembro de 1986, dá nova Estrutura Organizacional à Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

**251** Ata nº 141, de 16 de dezembro de 1986 – TCE-MT.

**252** Da fundação do TCE até o ano de 1987, a gestão de cada presidente era de apenas um ano. Após a promulgação da nova Carta Magna, em 1988, é que passou para dois anos o período de gerência do Conselheiro Presidente e seus pares.

**253** Resolução nº 01/87, de 17 de fevereiro de 1987, dispõe sobre a aplicação das Leis nº 5.062, de 7 de novembro de 1986, nº 5.063, de 20 de novembro de 1986, e Resolução 05/87, de 4 de junho de 1987, dispõe sobre a aplicação do Artigo 7º da Lei nº 5.062, de 7 de novembro de 1986.

**254** Eleito primeiro Corregedor-geral do TCE em 12 de janeiro de 1987.

A melhoria das condições físicas do ambiente de trabalho, proporcionando conforto e adaptando-se às suas reais necessidades, foi a prioridade desta gestão, visto ter sido feita a compra de todo o material permanente e equipamento solicitado pelos diversos setores. Observou-se mais, o registro do equacionamento de toda a área da Casa com divisórias até o teto, reforma geral do sistema de ar condicionado, recuperando o equipamento original do prédio. A recepção foi totalmente decorada com novo mobiliário. O Salão Nobre recebeu nova decoração, com revestimento de madeira cerejeira, iluminação indireta e sistema de ar condicionado exclusivo.



Recepção do Tribunal de Contas após reforma e nova decoração feita durante a gestão do Presidente Afro Stefanini no Centro Político Administrativo, 1988.  
Fonte: Arquivo TCE-MT.

Foram adquiridas duas viaturas Fiat Elba em substituição à alienação de dois Volkswagens Brasília. As instalações do arquivo e dos núcleos de material e almoxarifado foram reformadas e equipadas com novas prateleiras metálicas e ar condicionado. Para agilização do sistema de comunicação, foi adquirido um aparelho de telex e implantado um microcomputador em sala reformada e adequada.

No decorrer deste exercício, deram entrada na Inspeção-geral 17.317 processos dos mais diversos assuntos, tendo sido encaminhados com destino às 4 Inspeções, à Direção-geral e cerca de 17.304 processos aos gabinetes dos conselheiros relatores.

Trigésima Quinta Mesa Diretora  
1988<sup>255</sup> a 1989 – (11.01.1988<sup>256</sup> a 02.01.1989)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Membros: Conselheiros</b>	Teresino Alves Ferraz Djalma Carneiro da Rocha Afro Stefanini Nelson Ramos de Almeida
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos <sup>257</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	Lilia Alves Ferreira, Antônio Gonzalo Souto Arruda, Benedito Alves Ferraz
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	João Alberto Ribeiro Teixeira

Segundo Marques Siqueira, os primeiros passos rumo à informatização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foram dados no biênio 1988-1989, firmando-se convênio com o Centro de Processamento de Dados de Mato Grosso (CEPROMAT), possibilitando a operacionalização do Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro, descentralizando e agilizando os serviços de controle de finanças e dos orçamentos dos órgãos fiscalizados.<sup>258</sup>

Durante a gestão do Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, o Departamento de Informática desenvolveu várias atividades que possibilitaram modernizar os sistemas já implantados, informatizar diversas rotinas de trabalho, agilizar o fluxo de informações, bem como aumentar a produtividade de vários setores do Tribunal. Foram implantados os seguintes sistemas: acompanhamento de processos – ACP; sistema integrado médico odontológico – SIMO; controle de almoxarifado e folha de pagamento, procedendo, ainda, à mudança da plataforma DOS para Windows Cliente Servidor (Windows), o que facilitou o trabalho dos clientes que utilizavam esse sistema. O parque computacional do TCE teve grande evolução tecnológica durante este exercício com a aquisição de servidores de bancos de dados,

---

<sup>255</sup> Anteriormente à Constituição de 1988, as contas públicas eram precedidas de registro e autorização do Tribunal de Contas para sua efetiva realização; portanto, a despesa sofria análise prévia. Dessa forma, cabia ao Conselheiro Semanário acompanhar e adotar as medidas cabíveis quanto ao recebimento dos documentos relativos às diversas despesas realizadas pela administração pública. Com a promulgação da Constituição de 1988, a análise dos Tribunais de Contas passaram a ser *a posteriori*; ou seja, quando do encerramento do exercício, os tribunais promovem as análises, auditorias e inspeções, conforme o que melhor couber. Assim sendo, deixou de existir, por força Constitucional, a figura do Conselheiro Semanário. Entrevista de Marcos José da Silva a Neila Barreto.

<sup>256</sup> Lei nº 5.219, de 11 de janeiro de 1988, dispõe sobre a transformação de cargos de Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Lei nº 5.336, de 21 de julho de 1988, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Administração Direta, fixa Normas de Política Salarial para a Administração em geral e dá outras providências.

<sup>257</sup> Eleito segundo Corregedor-geral do TCE em 11 de janeiro de 1988.

<sup>258</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios. *Revista do TCE-MT*. Cuiabá, ago. 1980.

computadores de última geração, programas de gerenciamento, trazendo com isso maior segurança às informações do órgão e possibilitando o desenvolvimento de outros sistemas que fossem necessários. Ressalta-se a implantação e disponibilização da intranet a todos os setores do TCE; interligação à internet, bem como conexão ao CEPROMAT.<sup>259</sup>

Quanto à situação das Prefeituras mato-grossenses, teria havido neste período uma melhoria qualitativa nas prestações de contas, devido principalmente à adequada sistemática de trabalho desenvolvida pelo Tribunal de Contas, voltada para a orientação e esclarecimentos quanto à forma correta e legal de elaboração de balancetes mensais e do balanço geral, propiciando cursos e palestras sobre a matéria.<sup>260</sup>

### Trigésima Sexta Mesa Diretora 1989<sup>261</sup> a 1990 – (02.01.1989 a 02.01.1990<sup>262</sup>)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas <sup>263</sup>
<b>Vice-Presidente:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Membros:</b> Conselheiros	Teresino Alves Ferraz Nelson Ramos de Almeida Afro Stefanini Djalma Carneiro da Rocha
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos <sup>264</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	Lília Alves Ferreira, Antônio Gonçalo Souto Arruda, José Eduardo Faria, Semy Stephan
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	João Alberto Ribeiro Teixeira

Segundo a Ata nº 16, de 23 de fevereiro de 1989, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, de acordo com o Regimento Interno, em seu Artigo 48, constituiu as Comissões Técnicas da Corte de Contas, para o exercício de 1989:

---

<sup>259</sup> Relatório anual de atividades. *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, 1998.

<sup>260</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. *O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios*, p. 40.

<sup>261</sup> Lei nº 5.493, de 17 de julho de 1989, dispõe sobre a Estrutura do Plano de Salários do Tribunal de Contas e dá outras providências. Resolução nº 01/89, de 16 de fevereiro de 1989, dispõe sobre sistema de avaliação de produtividade para efeito de pagamento da gratificação de desempenho da atividade de fiscalização.

<sup>262</sup> Primeira Mesa reeleita do TCE, em 2 de janeiro de 1989. Aprovação da Lei nº 5.493, de 17 de julho de 1989, que dispõe sobre a estrutura do plano de salários do TCE e dá outras providências.

<sup>263</sup> Reeleito.

<sup>264</sup> Eleito terceiro Corregedor-geral do TCE em 2 de janeiro de 1989.

Comissão de Redação: Conselheiros Nelson Ramos de Almeida, Ary Leite de Campos e Afro Stefanini.

Comissão de Modernização Administrativa: Conselheiros Djalma Carneiro da Rocha, Nelson Ramos de Almeida e Ary Leite de Campos.

Comissão de Concurso: Conselheiros Teresino Alves Ferraz, Djalma Carneiro da Rocha, Nelson Ramos de Almeida.

Comissão de Biblioteca: Conselheiros Afro Stefanini, Teresino Alves Ferraz e Djalma Carneiro da Rocha.

Comissão de Legislação e Normas: Conselheiros Ary Leite de Campos, Afro Stefanini e Teresino Alves Ferraz.

Falece, em 15 de maio de 1989, o ex-Conselheiro João Arinos.

Em 27 de julho de 1989 o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aprovou o Projeto de Resolução de enquadramento dos seus servidores segundo tabela salarial, fixada pela Lei n.º 5.493/89.

Em Ata n.º 24, de 6 de dezembro de 1989, o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas sugeriu que fosse colocado o nome do ilustre ex-Conselheiro Benedicto Vaz de Figueiredo na sala do novo Plenário do TCE, o que foi aprovado por unanimidade. Vale ressaltar que o Conselheiro Benedicto Vaz de Figueiredo foi o único a ocupar, por quatro vezes, a Mesa Diretora do Tribunal de Contas, na categoria de Presidente Conselheiro.

## Trigésima Sétima Mesa Diretora

1990 a 1992 – (02.01.1990 a 02.01.1992)<sup>265</sup>

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Vice-Presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Membros:</b> Conselheiros	Teresino Alves Ferraz
	Nelson Ramos de Almeida <sup>266</sup>
	Afro Stefanini
	Djalma Metello Duarte Caldas
	Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli <sup>267</sup>

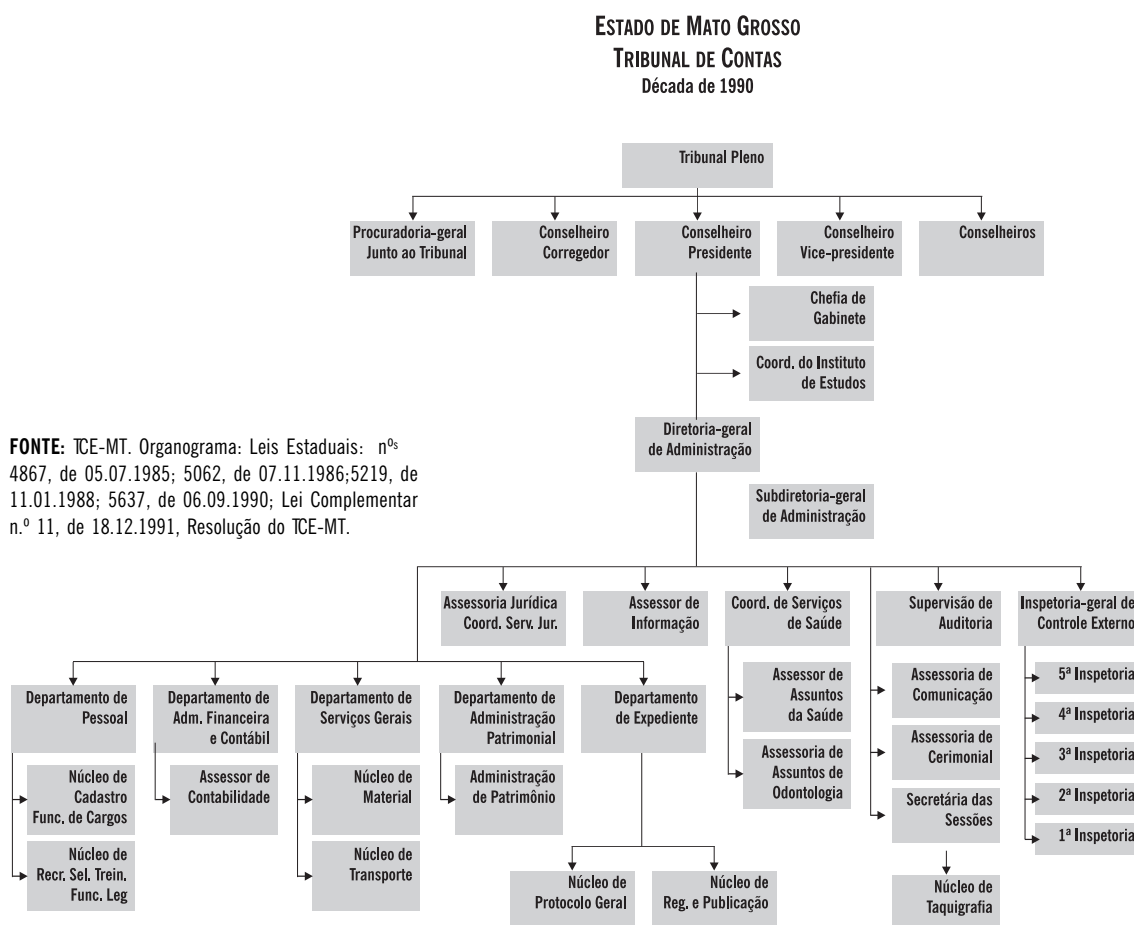
<sup>265</sup> Lei n.º 5.639, de 6 de julho de 1990, que dispõe sobre a aplicabilidade da Lei n.º 5.336, de 21 de julho de 1988, às categoriais funcionais de nível superior do Tribunal de Contas do Estado. Lei n.º 5.637, de 6 de julho de 1990, dispõe sobre a extinção e transformação de Cargos do Tribunal de Contas do Estado. Lei n.º 5.624, de 25 de julho de 1990, institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Estado de MT. Lei n.º 5.596, de 23 de abril de 1990, cria cargos na administração do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Lei n.º 5.862, de 18 de novembro de 1991, dispõe sobre a política salarial do Estado, concede abono, reajuste e dá outras providências. Lei Complementar n.º 11, de 18 de dezembro de 1991, dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Lei Complementar n.º 4, de 15 de outubro de 1990, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Resoluções 01/90, de 15 de março de 1990, dispõe sobre a unificação da Política salarial; 02/90, de 10 de abril de 1990, concede reajuste a título de antecipação parcial da data-base; e 05/91, transforma a nomenclatura de Cargos dos Quadro Permanente do Tribunal de Contas do Estado de que trata a Lei n.º 4.867, de 5 de julho de 1985.

<sup>266</sup> Aposentou-se em 14 de novembro de 1991.

<sup>267</sup> A partir de 9 de dezembro de 1991.

**Corregedor-geral:** Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha<sup>268</sup>  
**Ministério Público:** Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz  
**Subprocuradores:** Semy Stephan, Antônio Gonçalo Souto de Arruda e José Eduardo de Faria  
**Diretora-geral de Administração:** Elza de Souza Dias<sup>269</sup>  
**Diretora-geral de Administração:** Estela Rosa Biancardi<sup>270</sup>

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, procurou reformular e modernizar os trabalhos da Casa, conferindo-lhe agilidade e eficiência, emprestando contornos definidos e definitivos ao processo interno de informatização, cujo passo mais importante foi a construção do bloco destinado a sediar o Centro de Processamento de Dados (CPD).



<sup>268</sup> Eleito quarto Corregedor-geral do TCE em 2 de janeiro de 1990.

<sup>269</sup> De 2 de janeiro a 22 de abril de 1990.

<sup>270</sup> De 23 de abril de 1990 a 1º de janeiro de 1992.





Instalações do Centro de Processamento de Dados do Tribunal de Contas, construído e inaugurado durante a gestão do Presidente Oscar da Costa Ribeiro no Centro Político Administrativo. 1991.

Fonte: Arquivo TCE-MT.

Através do terminal instalado em seu gabinete, o Presidente do TCE passou a ter acesso direto e imediato a um universo de informações capaz de, e suficiente para, agilizar a máquina administrativa estadual e dos municípios, cada dia mais complexa.

O trabalho de fiscalização *in loco* feita regularmente todos os anos pelo Tribunal de Contas junto aos órgãos públicos estaduais e municipais apresenta uma reformulação metodológica visando a obtenção de um melhor nível de eficácia e aperfeiçoamento.

Um trabalho sério e oportuno, apresentado em Plenário em dezembro de 1990, elaborado pelo Gabinete da Presidência, foi o anteprojeto da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, destinado a dotar o órgão do indispensável ordenamento jurídico compatível com as novas e complexas atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição estadual.

Foram designados os seguintes Conselheiros para compor, como membros, as Comissões Técnicas do TCE para o exercício de 1990:

Comissão de Redação: Conselheiros Teresino Alves Ferraz, Djalma Metello Duarte Caldas, Nelson Ramos de Almeida.

Comissão de Modernização Administrativa: Conselheiros Nelson Ramos, Djalma Carneiro da Rocha, Teresino Alves Ferraz.

Comissão de Concurso: Conselheiros Afro Stefanini, Djalma Metello Duarte Caldas.

Comissão de Biblioteca: Conselheiros: Djalma Metello Duarte Caldas, Teresino Alves Ferraz, Nelson Ramos de Almeida.

Comissão de Legislação e Normas: Conselheiros Djalma Carneiro da Rocha, Teresino Alves Ferraz.<sup>271</sup>

## O Coral do TCE



A história do Coral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso teve início há pouco mais de dez anos, quando a professora Maria Nery Batista Ribeiro, esposa do então Presidente Oscar da Costa Ribeiro, sugeriu a sua criação. O Conselheiro abraçou a idéia e, em 12 de março de 1990, o coral foi oficialmente criado com o objetivo de promover e divulgar a cultura, fomentar a qualidade de vida e permitir melhoria no relacionamento humano. Oficializado a 12 de novembro de 1991, através da Resolução nº 004/91, o Coral é reconhecido pelas apresentações realizadas na capital e em diversos municípios de Mato Grosso. Pouco tempo depois, o Conselheiro Oscar Ribeiro assistiu a sua esposa cantando "Magnificat" ao lado de mais de cinquenta servidores do TCE, cuja estréia se deu em 14 de março de 1990, em solenidade nas próprias dependências do TCE.

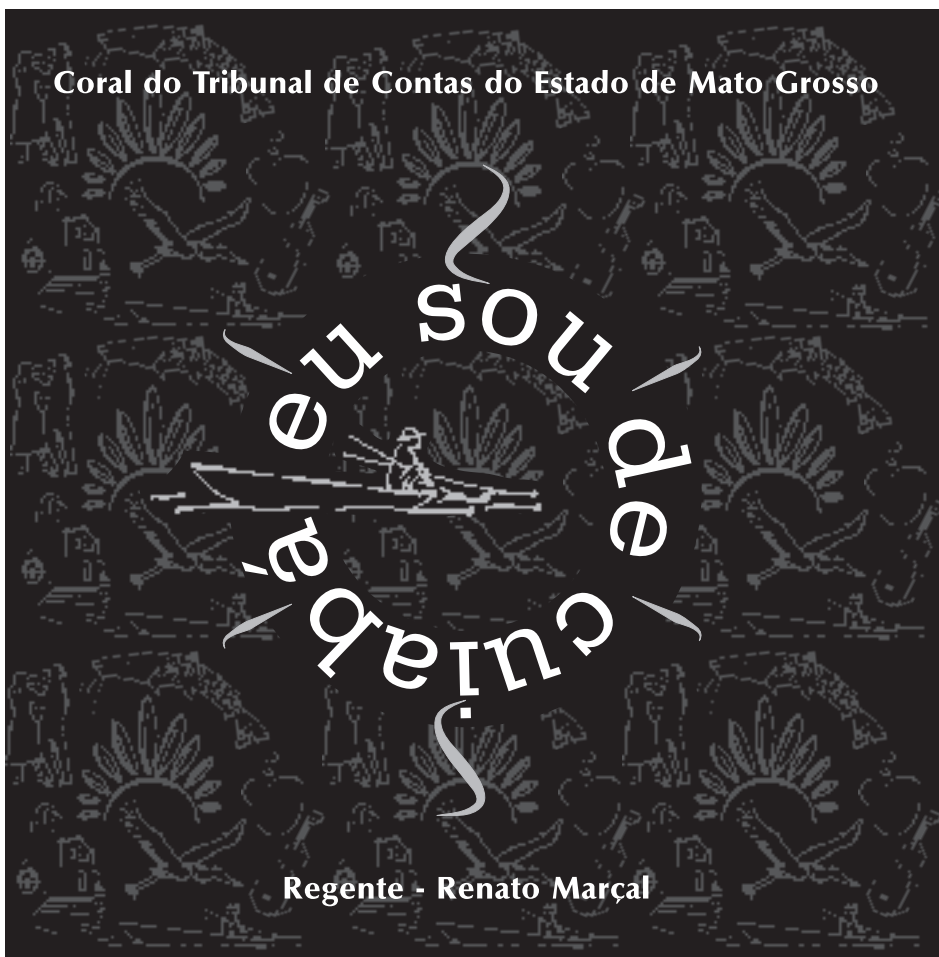


Coral do TCE em Apresentação.

Formado basicamente por funcionários do TCE, o Coral tem participado freqüentemente de encontros de corais no Brasil, nas cidades de Campo Grande-MS, Aracaju-SE, Criciúma e Florianópolis-SC, e Maceió-AL, apresentando-se em eventos culturais, festas natalinas, congressos, entre outros, tendo sido, inclusive, destaque no Festival de Inverno de Chapada dos Guimarães.

Em abril de 2001, o Coral finalizou a gravação do seu primeiro CD, intitulado "EU SOU DE CUIABÁ", como marca comemorativa aos seus 10 anos de atividades culturais, o qual foi lançado durante o XXI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Cuiabá. O repertório é composto por músicas regionais, folclóricas e especiais, tais como a que homenageia Ruy Barbosa – Patrono dos Tribunais do Brasil, com o título de "Ode a Ruy Barbosa". Essas apresentações musicais difundem os valores da cultura mato-grossense.

Capa do CD gravado pelo Coral do TCE,  
lançado em (?)  
FONTE: Arquivo TCE-MT.



A partir de 2002, em função da nova política de valorização e investimentos no capital humano, o Coral assumiu, também, um papel fundamental na contribuição da administração pública, além de servir de *marketing* e intercâmbio entre os Tribunais de Contas do Brasil no interior das organizações, levando o nome do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso aos diversos poderes, bem como atendendo a pedidos para apresentações, especialmente de entidades como creches, hospitais, igrejas e asilos.

Desde a sua criação até 1996, e em 1999, o Coral foi regido por Sônia Mazetto. Carlos Taubaté foi o regente no biênio 1997/98. De janeiro de 2000 aos dias atuais, o Coral é regido por Renato Marçal, servidor do Tribunal de Contas.

Nesta gestão tomou posse como Conselheiro o Dr. Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli, que em discurso datado de 9 de dezembro de 1991, afirmava seu compromisso com o TCE-MT:

*Hoje é um grande dia para mim, minha família, parentes amigos. Uma nova missão, com responsabilidade marcante foi-me confiado a ser empossado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, órgão fiscalizador do Bem Público e moralizador por excelência dos gastos da administração pública em todas as suas atividades e em todos os níveis. Estou assumindo este honroso cargo com o aval unânime dos Senhores Deputados em Ato da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa que levou o meu nome a Plenário, como preceitua a nossa Constituição, e nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Campos por Ato do dia 29 de novembro de 1991 (...). Meus agradecimentos sinceros à maneira cordial e respeitosa como fui tratado na noite de indicação do meu nome, pelos líderes dos*

*partidos políticos, pelos senhores Deputados que compõem o Plenário da Assembléia Legislativa e pelos funcionários daquela Casa de Leis. Como disse o nobre deputado Roberto França, os discursos lá proferidos serão, sem dúvida, a grande herança que deixarei aos meus descendentes e o grande incentivo que terei para continuar a trilhar o meu caminho sempre com probidade e honradez e desprendimento. A todos, portanto, meu reconhecimento.*

## Trigésima Oitava Mesa Diretora

1992<sup>272</sup> a 1994 – (02.01.1992 a 03.01.1994)<sup>273</sup>.

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha
<b>Membros:</b> Conselheiros	Djalma Metello Duarte Caldas Oscar da Costa Ribeiro Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli Gonçalo Pedroso Branco de Barros <sup>274</sup>
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Teresino Alves Ferraz <sup>275</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	Semmy Stephan, José Eduardo de Faria, Rogério Oliveira Guimarães, Ulisses Araújo Barbosa
<b>Diretora-geral de Administração:</b>	Juracy Maria de Campos Braga

O Conselheiro Ary Leite de Campos, elevado à Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para o biênio 1992-94, imprimiu dinamismo e fluidez à solução dos milhares de processos que, obrigatória e anualmente, tramitam pela Corte de Contas mato-grossense. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso fiscaliza 308 órgãos da administração pública direta e indireta, dentro da seguinte distribuição: 10 autarquias, 10 fundos, 5 fundações, 8 sociedades de economia mistas, 19 secretarias de Estado, uma empresa pública, o Tribunal de Justiça, o próprio TCE, a Assembléia Legislativa, 117 prefeituras, 117 câmaras municipais e 18 entidades de administração pública indireta municipal.

---

**272** Lei nº 1.280, de 11 de março de 1992, dispõe sobre a contratação, por prazo indeterminado, de pessoal necessário a implantação e operacionalização dos órgãos e entidades das administrações públicas diretas, autárquicas e funcionais do Poder Executivo e dá outras providências. Lei nº 2.764, de 2 de julho de 1992, estabelece o vencimento-base dos cargos de Secretário-geral, Subsecretário, Secretários, Consultores Técnico-Jurídicos; aprova Tabela dos Vencimentos dos Cargos CNE dos servidores do Poder Legislativo e dá outras providências. Resoluções nº 02/92, de 14 de julho de 1992, dispõe sobre a Estrutura Nominal dos Cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superiores do Tribunal de Contas do Estado; e nº 03/92, de 16 de julho de 1992, dispõe sobre a Retificação da Resolução nº 02/92.

**273** A Lei nº 5.936, de 13 de janeiro de 1992, altera parcialmente a Lei nº 5.493, de 17 de julho de 1989 e dá outras providências. Lei Complementar nº 12, de 13 de janeiro de 1992, dá nova redação ao art. 230, ao inciso VI e parágrafo 1º do art. 264, e o art. 265 da Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 1990, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, e dá outras providências.

**274** Entra no lugar do Conselheiro Afro Stefanini, a partir de 8 de junho de 1992.

**275** Eleito o quinto Corregedor-geral do TCE em 2 de janeiro de 1992.

Assim, o processo gradativo de informatização, que vinha caminhando há vários anos, ganhou nesta gestão formato fiscal definitivo, numa prova de unidade do trabalho desenvolvido pelo colegiado de conselheiros em administrações sucessivas.

Dirigindo os destinos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso neste biênio, o Conselheiro Ary Leite de Campos, sem abandonar os projetos em andamento provindos de administrações anteriores, como a informatização dos trabalhos do órgão, realizou novas obras, imprimindo dinamismo na condução dos trabalhos, que ganharam fluidez na análise e julgamento dos processos em tramitação.

As obras físicas, de há muito exigidas, nesta Diretoria foram executadas, podendo ser ressaltadas a construção da nova cobertura do prédio principal do órgão quase na sua totalidade, construção de reservatório de água tipo taça, destinada a solucionar o problema da falta de água durante a estação da seca, bem como a perfuração de poço tubular profundo, uma vez que, por muitas vezes, o Tribunal foi obrigado a encerrar suas atividades mais cedo, por falta absoluta de água tratada. Ampliou os pátios para estacionamentos de veículos de servidores, visitantes e públicos em geral. Priorizou a construção e as reformas dos banheiros dos servidores, telhados etc. Essas obras, demonstram o sentido prático da administração do Conselheiro Ary Leite de Campos, resolvendo problemas urgentes, no sentido de obter resultados de bem-estar aos servidores da Casa.

Quanto ao processo de informatização dos trabalhos do Tribunal de Contas, foram dados os primeiros passos na gestão do Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, que firmou convênio com o CEPROMAT, possibilitando a operacionalização do sistema COF – Controle Orçamentário e Financeiro. Logo em seguida, na gestão do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro fora construído um anexo com 356,85 metros quadrados para sediar o CPD – Centro de Processamento de Dados. Era o ideal se robustecendo e tomando formas mais amplas.

Ainda, com referência ao processo de informatização no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Conselheiro Ary Leite de Campos assim avaliou:

*(...) Dentre essas obras, porém, uma terá imanência histórica e marcará de forma indelével a nossa passagem pela Presidência. Referimo-nos às que deram início ao processo de informatização dos trabalhos. Outra obra que não aparece, mas está, ao contrário das outras, destinada a revolucionar toda a estrutura de funcionamento do Tribunal de Contas, projetando como o mais moderno do país, deixamo-la já assentada em definitivo em suas bases, sem possibilidade de retorno, só podendo mesmo ser desenvolvida e aperfeiçoada pelas futuras administrações.*<sup>276</sup>

Em outras palavras, na administração do Conselheiro Ary Leite de Campos medidas foram tomadas para que o Tribunal de Contas efetivamente ingressasse na era da informatização.

No ano de 1992, o Tribunal de Contas emitiu 8.349 Pareceres em processos da esfera da administra-

---

276 Nota taquigráfica – TCE-MT, 1994.

ção estadual e dos municípios, dos quais 6.413 votados em sessões plenárias e 1.936 objetos de julgamento singular por parte de todos e de cada um dos Conselheiros, número significativamente grande, o que evidencia o cumprimento rigoroso das atribuições desta instituição.<sup>277</sup>

O Conselheiro Ary Leite de Campos relembrou a trajetória do TCE nestes seus 50 anos de história da seguinte forma:

*O acompanhamento da execução orçamentária, como atividade permanente, por órgão estranho ao Executivo inexistiu em Mato Grosso até 1947, época em que se promulgara a nova Constituição do Estado em 11.07.1947, resultante do movimento militar de 29 de outubro de 1945, gerador da Carta Federal de 1946. Com a Constituição de 1947, instituiu-se, como órgão da Assembléia, uma Comissão Legislativa, que embora devesse ser eminentemente técnica, pela sua função de "fiscalizadora da administração financeira do Estado" (Art. 25), era de contextura eminentemente político-partidária, pois que nela deveriam estar representados, proporcionalmente ao número de seus deputados, os partidos políticos.*

*As funções que a esse órgão se atribuíram eram a de representante da Assembléia Legislativa, durante o seu recesso (Art. 26), e as que normalmente se atribuíam aos Tribunais de Contas, na época, era a fiscalização que se exercia sob a mesma sistemática.*

*Teve vida efêmera a Comissão Legislativa que, de forma embrionária no Tribunal de Contas, seria por este substituída através da Lei Constitucional n° 2, expedida em 31 de outubro de 1953. Ordenava-se por ela a criação do Tribunal, que foi instalado em 2 de janeiro do ano seguinte, a ele se transferindo "todas as atribuições anteriormente pertencentes à Comissão Legislativa". Tais atribuições, no campo da Fiscalização Financeira, coincidiam com as dadas ao Tribunal de Contas da União, no cenário federal.*

*Criado o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, expediu-se em 11 de dezembro de 1.953, a Lei n.º 685, que era a primeira a tratar da sua organização. Por ela, compunha-se o Tribunal de Contas de três corpos: o Deliberativo, o Instrutivo e o Ministério Público (Art. 2º), um Secretário, um Oficial Instrutivo, dois Escriurários, um Contador e um Contínuo, eram todo o pessoal de que, conforme a lei, disporia o Tribunal para que exercitasse as suas árduas funções.*

*A instalação do Tribunal de Contas se deu por ato solene, realizado no Palácio do Governo do Estado, na data pré-fixada pela Lei Constitucional n° 2 de 1953. Presidida pelo Governador do Estado – Dr. Fernando Corrêa da Costa, que criou e instalou o Tribunal, nomeando e empossando os seus componentes, que naquela época recebiam o tratamento de Juizes de Contas. (...) De 1954 até o ano de 1999, integram o Tribunal, além dos 7 já indicados e que ocuparam os cargos por nomeação direta, outros 24 membros, que substituíram conselheiros aposentados ou falecidos.*

*O Tribunal de Contas, como não poderia deixar de ser, teve com o decorrer dos anos, apreci-*

*ável crescimento. A Corte de Contas Mato-grossense conta com servidores, os quais são responsáveis por manter a agilidade dos trabalhos.*<sup>278</sup>

Ainda nesta gestão, tomou posse no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na categoria de Conselheiro, o Dr. Gonçalo Pedroso Branco de Barros, que na oportunidade fez o seguinte pronunciamento:

*Aqui estamos reunidos, neste ambiente solene e evocativo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, tendo por auditório esta assembléia florida de galas, distinção e intelectualidade. Este não é propriamente um discurso mas, um brado espontâneo, interjeição de alegria e entusiasmo, júbilo da alma brasileira. (...). Estou consciente da minha responsabilidade, pois conheço todos os caminhos da administração pública municipal, razão pela qual me empenharei o quanto puder para cooperar com os prefeitos municipais e vereadores dos nossos municípios. Enfim, agradeço a todas as ilustres autoridades que no cumprimento de um dever constitucional, aprovaram indicação, comprometendo-me desempenhar este novo cargo com dignidade, acima de tudo com senso de justiça.*<sup>279</sup>

### Trigésima Nona Mesa Diretora 1994 a 1996 – (03.01.1994 a 31.01.1996).<sup>280</sup>

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Teresino Alves Ferraz
<b>Membros: Conselheiros</b>	Oscar da Costa Ribeiro Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli Ary Leite de Campos Gonçalo Pedroso Branco de Barros
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas <sup>281</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz
<b>Subprocuradores:</b>	José Eduardo Faria, Mauro Delfino César, Semy Stephan
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Miguel Augusto de Arruda e Silva

Em 1995 foram apreciados pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso 12.185

---

<sup>278</sup> Revista *Mato Grosso*, nov./dez. 1999; e Prof<sup>o</sup>. Neila Maria Souza Barreto.

<sup>279</sup> Nota taquigráfica. Sessão especial de 8 de junho de 1992 – TCE-MT.

<sup>280</sup> Decisões/e/ou Instruções nº 003/93, de 21 de setembro de 1993, fixa a orientação à Diretoria Geral de Administração – DGA, e 004/94 dispõe sobre a regulamentação do artigo VII, da Lei nº 4.867, de 5 de julho de 1985, e dá outras providências. De acordo com a Lei nº 6.513, de 6 de setembro de 1994, o TCE dispõe sobre o lotacionograma do Tribunal de Contas. Lei Complementar nº 33, de 7 de dezembro de 1994, implementa a isonomia entre os poderes do Estado quanto ao cálculo de adicional por tempo de serviço e dá outras providências. Resolução nº 01/94, de 1º de fevereiro de 1994, dispõe sobre a nomenclatura de cargos comissionados. Decreto nº 11, de 8 de fevereiro de 1995, regulamenta a contratação do servidor por motivo de urgência. Resolução nº 01/95, de 6 de março de 1995, trata de reclassificação de cargos.

<sup>281</sup> Eleito sexto Corregedor-geral do TCE em 3 de janeiro de 1994.

processos relativos ao exercício de 1994. Entre os 117 municípios mato-grossenses, foram fiscalizadas as respectivas prefeituras e câmaras, sendo emitidos 91 pareceres favoráveis e 26 contrários à aprovação das contas apresentadas.<sup>282</sup>

Na gestão do Presidente Conselheiro Djalma Rocha foram realizadas diversas obras de ampliação do espaço físico do Tribunal; realizados dois concursos públicos para área administrativa; implantado o projeto de desenvolvimento humano para a integração dos funcionários e a sua conseqüente valorização; implantou o CPD desligando-se do CEPROMAT e dando início ao parque computacional do Tribunal de Contas. Exerceu o Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha a Presidência por 2 anos, 1994 e 1995.

Para o Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha:

*O Tribunal de Contas ao longo dos seus 50 anos de atividades se tornou uma Instituição acreditada e indispensável ao controle dos recursos públicos.*

Em seu discurso de transmissão de cargo, em 31 de janeiro de 1996, disse:

*(...) Há dois anos, com íntima satisfação e muita emoção, tive a honra de ascender à Presidência desta egrégia Corte de Contas, imbuído dos melhores propósitos. Hoje, ao despedir-me da nobilitante função, soma-se à honrosa e confortável e tranquilizadora sensação do dever cumprido. Sou um homem modesto, como tal, não sou dado às autopromoções. Deixo a cargo dos meus pares e dos prezados servidores da Casa o testemunho do meu trabalho.<sup>283</sup>*

## Quadragésima Mesa Diretora

1996<sup>284</sup> a 1997 (31.01.1996 a 31.01.1997)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Teresino Alves Ferraz
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Membros:</b> Conselheiros	Djalma Metello Duarte Caldas Oscar da Costa Ribeiro Djalma Carneiro da Rocha Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Gonçalo Pedroso Branco de Barros <sup>285</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José do Carmo Ferraz <sup>286</sup>

<sup>282</sup> SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. *O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios*, p. 41.

<sup>283</sup> *Revista TCE-MT*, Cuiabá, n.13, jan. 97, p. 6.

<sup>284</sup> Lei Complementar nº 42, de 16 de abril de 1996, dá nova redação ao art. 86 da Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 1990, e dá outras providências.

<sup>285</sup> Eleito sétimo Corregedor-geral do TCE em 31 de janeiro de 1996.



**Subprocuradores:** Mauro Delfino César, Semy Stephan, José Eduardo de Faria  
**Diretor-geral de Administração:** Antônio José Campos Ferraz

No período de 29 de abril de 1996 a 13 de maio de 1996, 27 rotas foram percorridas por 27 equipes de auditores e técnicos de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, permitindo que todos os 136 municípios de Mato Grosso fossem fiscalizados<sup>287</sup>. Ainda neste ano, foi realizado o I Seminário de Integração entre o Tribunal de Contas e Municípios, na cidade de Cáceres-MT, com o objetivo de dar respostas a questões como as que seguem: Por que prestar contas? A quem devem prestar contas os prefeitos municipais e dirigentes das Mesas Diretoras das Câmaras? Por que o Tribunal de Contas? Como se dá a prestação de Contas dos prefeitos ao Tribunal? Como se dão as prestações de contas dos presidentes de Câmaras Municipais ao Tribunal? O que os prefeitos e presidentes de Câmaras devem encaminhar ao Tribunal de Contas? Foram aprimorados os serviços técnicos atribuídos ao Corpo Instrutivo do TCE/MT, promovendo cursos especializados em diversas áreas em que o Tribunal atua, sendo acrescentadas novas atividades centralizadas no Instituto de Estudos.<sup>288</sup>

O Conselheiro Teresino Alves Ferraz designou, através da Portaria nº 02/96, de 2 de fevereiro de 1996, a realização dos trabalhos de atualização do Regimento Interno<sup>289</sup> do TCE, aprovado pela Resolução nº 003, de 17 de junho de 1993, fixando prazo de 20 dias úteis para a sua conclusão.<sup>290</sup>

O novo Regimento Interno apresenta o TCE-MT, em sua organização, a seguinte estrutura:

- I - Presidência,
- II – Vice-presidência;
- III – Tribunal Pleno;
- IV – Câmaras;
- V – Corregedoria-geral;
- VI – Comissões Técnicas Parlamentares.

Salientamos, aqui, os papéis dos quatro primeiros como seguem:

#### I – PRESIDÊNCIA

---

**286** Aposentou-se em 27 de junho de 1996.

**287** Segundo dados do IBGE, no ano de 1996 foram contabilizados 136 municípios no Estado de Mato Grosso, e uma população de 2.235.832 habitantes. IBGE. *Contagem da população*, 1º de agosto de 1996, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

**288** SIQUEIRA, Maria Luíza Marques. *O papel dos Tribunais de Contas e os procedimentos de auditoria externa nos municípios*, p. 41.

**289** O Regimento original de 1993 foi atualizado com o encaixe das alterações introduzidas, por força e decisão do Plenário, através das seguintes ações contidas nos seguintes documentos: A . Resolução nº 002/94, que acrescentou o inciso ao artigo 42 da Resolução nº 003/93; B . Resolução nº 003/ 94, que acrescentou o parágrafo no artigo 67 da Resolução nº 003/93; C . Resolução nº 004/95, que modificou a redação do artigo 11 da Resolução nº 003/93; D . Resolução nº 004/95, que modificou o parágrafo 1º do artigo 72 e parágrafo 4º do Artigo 59, ambos da Resolução nº 003/93, e, finalmente: Resolução nº 003/95, que modificou a redação dada ao artigo 14 da Resolução nº 003/93.

**290** As modificações foram realizadas pela Comissão de atualização composta por Carlos José Avelino de Souza Vieira (Presidente), Almerinda Campos Ferraz Mesquita (Membro) e Estela Rosa Biancardi (Membro).

- Exerce a direção e o poder de polícia do TCE.
- Desenvolve funções administrativas.
- Ocupa lugar primaz na direção dos trabalhos.

II – VICE-PRESIDENTE: substitui o Presidente; auxilia o Presidente e supervisiona a composição e publicação da *Revista do TCE*.

III – TRIBUNAL PLENO: Julga as contas anuais dos administradores; a legalidade das concessões de aposentadoria; os recursos opostos; os processos. Emite parecer prévio nas contas e delibera sobre as decisões.

Ao observarmos a organização do Tribunal, podemos dizer que existe uma hierarquia a ser respeitada, revelada através da posição das cadeiras, dos trajes e do tratamento dispensado aos Conselheiros e funcionários.

- Tratamento de: Egrégio Tribunal.
- Às Câmaras, de: Egrégia Câmara.
- Aos Conselheiros, o de: Excelência.
- Conselheiros – Traje Oficial – Beca e Capa. O Conselheiro mais antigo ocupará a sua direita, a primeira cadeira e o seu imediato, na bancada à esquerda seguinte e, assim, sucessivamente. Nas Câmaras observar-se-á a mesma ordem..
- Eleição – por 2 anos – Artigo II, com escrutínio secreto, na 1ª sessão ordinária da 2ª quinzena do mês de outubro.
- O Presidente do Tribunal será substituído pelo Vice-presidente e na ausência deste pelo Conselheiro mais antigo.
- O Corregedor-geral será substituído pelo Conselheiro mais antigo.
- A vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente ou Corregedor-geral ocorrerá:
  1. pela renúncia
  2. pela aposentadoria
  3. pela perda do Cargo de Conselheiro
  4. pelo falecimento.

AS CÂMARAS – De acordo com o Artigo 71 da Lei Orgânica do TCE (Lei Complementar nº II, de 18.12.1991) ficam instituídas duas Câmaras no TCE. Cada Câmara compõe-se de 3 Conselheiros, sendo a 1ª Câmara constituída por: Conselheiro mais antigo; pelo 3º, em ordem de antiguidade, e pelo mais novo em exercício.

O que o Tribunal realiza, objetivamente, é a verificação da probidade da administração, a guarda legal do emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei Orçamentária.

## Quadragésima Primeira Mesa Diretora

1997<sup>291</sup> a 1998 (31.01.1997<sup>292</sup> a 30.01.1998)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha
<b>Membros: Conselheiros</b>	Teresino Alves Ferraz Ary Leite de Campos Gonçalo Pedroso Branco de Barros Djalma Metello Duarte Caldas
<b>Corregedor-geral:</b>	Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli <sup>293</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça Mário Delfino César
<b>Subprocurador:</b>	José Eduardo Faria, Semy Stephan
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Marcos José da Silva

Em seu pronunciamento de posse, o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro destacou:

*O papel do Tribunal é, nesse momento, mais importante do que nunca, (...) porque nós estamos vivendo um processo de mudanças, um processo de reformas. E, num processo de reformas, é preciso que haja sempre pesos e contrapesos, haja sempre aqueles que estejam olhando de uma perspectiva menos diretamente envolvida no mecanismo das reformas e que estejam preservando a continuidade daquilo que precisa ser preservado e, ao mesmo tempo, aceitando as mudanças que os novos tempos impõem. Os Tribunais são fundamentais nesse processo. São fundamentais porque eles permitem um outro tipo de controle da sociedade, para verificar até que ponto aquilo que inova corresponde, efetivamente, ao interesse mais profundo da Nação, ou foi simplesmente um modismo.*<sup>294</sup>

131

Em pronunciamento dirigido ao Governador do Estado, o mesmo Presidente do TCE destacou o papel do órgão no interior da sociedade mato-grossense e nacional:

*Duas opiniões provindas de dignitários que se entrecruzam no mesmo objetivo: uma avaliação positiva dos Tribunais de Contas. Como efeito, como governantes legitimamente eleitos pelo povo sabem, Suas Excelências, que governar democraticamente é exercer controles*

<sup>291</sup> Lei nº 6.859, de 10 de abril de 1997. Resolução 003/97. Lei nº 6.960, de 17 de novembro de 1997. Resolução nº 005/97. Lei nº 7.038, de 16 de dezembro de 1998.

<sup>292</sup> Lei nº 6.859, de 10 de abril de 1997, cria cargos na estrutura do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

<sup>293</sup> Eleito oitavo Corregedor-geral do TCE em 31 de janeiro de 1997. O primeiro Corregedor-geral eleito foi o Cons. Oscar da Costa Ribeiro, ano de 1987. Sucederam-no, em ordem cronológica: Cons. Ary Leite de Campos, em 1988/89, período da gestão do Conselheiro Presidente Djalma Metello Duarte Caldas; Cons. Djalma Carneiro da Rocha, no período de 1990/91, tendo como Presidente o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro; Cons. Teresino Alves Ferraz em 1992/93, época da administração do Presidente Ary Leite de Campos; Cons. Djalma Metello Duarte Caldas, nos anos de 1994/95, na presidência do Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha; Cons. Gonçalo Pedroso de Barros, em 1996, gestão do Presidente Conselheiro Teresino Alves Ferraz.

<sup>294</sup> Pronunciamento do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro. In: discurso do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em sessão solene de abertura dos trabalhos do Tribunal de Contas da União, em Brasília, 1996.

*fundados no consentimento. Somente dirigentes democratas permitem e aceitam que sejam as ações de seus Governos controladas e fiscalizadas.*

*Eles reconhecem a importância dos Tribunais de Contas e o papel significativo que desempenham na plena existência do Estado Democrático de Direito. Nos regimes ditatoriais não existem Tribunais de Contas, pois seus governantes não aceitam qualquer tipo de controle e fiscalização dos seus atos.*

*No momento em que a Câmara Federal recebe proposta de Emenda Constitucional pela extinção de todo o Sistema Tribunais de Contas, verifica-se que o proponente dessa medida legislativa abandona as virtudes da Instituição, seu valor intrínseco, para exercitar um desejo mórbido e revanchista, da pior índole, por ver suas contas rejeitadas quando Prefeito Municipal em seu Estado.*

*No Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas, por impugnar Edital de Concorrência Pública do Governo do Estado, eivado de ilegalidades, é desmerecido e sua existência é questionada pelo Governador. Em São Paulo, em determinada data, a então Prefeita Municipal, ao saber que o Tribunal de Contas do Município oferecera parecer pela irregularidade de suas contas anuais, verberou com inusitada violência contra a Instituição.*

*Exemplos outros existem. No entanto, constituem minoria e não encontrarão guarida no seio da sociedade brasileira.*

*As duas manifestações citadas de respeito e confiança nos Tribunais de Contas, por si respondem convincentemente àqueles que, sem causas legítimas, se contrapõem à existência da Instituição.*

*(...) Assumimos à Presidência do Tribunal de Contas do Estado coadjuvados pelo vice-Presidente Djalma Carneiro da Rocha e pelo Corregedor Geral Ubiratan Spinelli, em meio a mudanças estruturais do Estado. O processo de redefinição dos objetivos do Estado está em célere implementação, para atender aos reclamos do contribuinte por maior eficácia, menores custos e melhor qualidade dos serviços públicos prestados.*

*Está sendo redesenhado um novo perfil do Estado de Mato Grosso e de seus Municípios. Novos conceitos de administração pública estão sendo implementados no relacionamento do Estado com a sociedade. A tarefa maior desta nova Presidência, a exemplo dos demais Tribunais, será sintonizar o Tribunal de Contas de Mato Grosso com os movimentos e as mudanças que já estão acontecendo na administração pública mato-grossense.*

*O nosso plano de trabalho, a ser posto em prática, envolve apoio logístico ao Tribunal, enquanto Instituição, e, em especial ao Corpo Técnico, dando-lhes condições de exercerem continuada ação fiscalizadora nas contas do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como nas contas dos municípios.*

*Assumimos a direção deste Tribunal, eu e os Conselheiros Djalma Rocha e Ubiratan Spinelli, com a decisão de ouvirmos, estudarmos, analisarmos para, ao final, criarmos mecanismos de controles, com vistas a melhorar e acrescentar aos já existentes, na permanente busca do aperfeiçoamento.*

*Para isso, entendemos necessário e oportuno uma ação preliminar, de natureza pedagógica,*

*em todos os órgãos, em especial nas Prefeituras Municipais, em razão da renovação dos Prefeitos, com mandatos e auxiliares novos, carentes de informações sobre contas públicas.*<sup>295</sup>

Uma das ações desta Mesa Diretora foi o cuidado em apresentar relatórios mensais de atividades. Segundo o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, aqueles apresentados tinham por finalidade nortear os atos do TCE, pois se sustentavam em proposições que conduziam as ações desta Entidade que, provedora da boa e regular aplicação dos recursos governamentais, e, por consequência, tida como guardiã do Tesouro público, deve como tal conferir ampla publicidade dos seus feitos à sociedade em geral.

Neste período celebraram-se as atividades voltadas ao Controle Externo, mediante o deslocamento maciço da equipe técnica aos mais diferentes pontos do Estado, a fim de realizarem o exame *in loco* das contas municipais, exercício de 1996.

Além dos deslocamentos, foram alvo de inspeção, no período de 3 de março a 4 de abril: Prefeitura Municipal de Cuiabá, Câmara Municipal de Cuiabá, Fundo Único de Educação de Cuiabá, Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Câmara Municipal de Várzea Grande, ISSSM de Várzea Grande, Fundação Saúde de Várzea Grande, Fundo Estadual de Educação e Secretaria de Estado de Educação.<sup>296</sup>

Essa movimentação provocou, em toda a estrutura administrativa da Casa, considerável aceleração em seu trabalho, vez que outros setores de apoio estavam envolvidos no bojo das informações necessárias à realização dessa tarefa.

O exercício do controle externo também concluiu auditoria em 125 municípios do Estado de Mato Grosso, com exceção dos Municípios de Barão de Melgaço, momento em que, além da inspeção *in loco*, os técnicos exerceram ainda a função de orientadores aos profissionais responsáveis pela contabilidade dos órgãos variados.

No que tange à administração interna, foram adotadas medidas visando a modernizar e aperfeiçoar a Instituição nas áreas de recursos humanos e materiais, com especial ênfase à informatização, no treinamento e qualificação do corpo funcional e no provimento de instalações físicas adequadas ao exercício do controle externo.<sup>297</sup>

A Mesa Diretora, preocupada em manter atualizada a estrutura do Tribunal de Contas do Estado e respondendo ao Artigo 104 da Lei Orgânica da Instituição, encarregou o Professor Fernando De Lamônica<sup>298</sup> de estudar a viabilização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do TCE. Após esses compromissos, as atenções da Presidência e de toda sua assessoria direta estiveram voltadas para a organização geral do Ciclo de Estudos sobre Contas Públicas, que absorveu a maioria das Inspeções.

Dando prosseguimento às ações de orientações pedagógicas, enquanto medida preventiva, o TCE

---

**295** Relatório de Atividades. 1997. TCE-MT.

**296** Relatório de Atividades. Conselheiro Oscar Ribeiro. Março de 1997, TCE-MT.

**297** Relatório de Atividades. Abril de 1997, p. 9, TCE-MT.

**298** Professor de Administração de Recursos Humanos da UFMT.

realizou o citado Ciclo de Estudos. Essa decisão administrativa foi oficializada com manifestação favorável dos procuradores de Justiça e dos Conselheiros Ubiratan Spinelli, Teresino Alves Ferraz, Ary Leite de Campos e Gonçalo Pedroso Branco de Barros. Anote-se que o momento para a realização do aludido evento foi ao encontro do início de mandatos eletivos nos municípios, de maneira a possibilitar aos novos administradores a ampliação de conhecimentos técnico-jurídicos sobre a arte de bem administrar e prestar contas. O evento teve como escopo a realização de palestras e debates, reuniões de estudos sobre questões pertinentes à execução, fiscalização e controle de contas públicas dos órgãos do Estado e dos municípios, envolvendo os ordenadores de despesas e todos quantos, por lei, lhe são solidários em responsabilidade: as chefias de patrimônio, pessoal, contabilidade e finanças.

Ação pedagógica dessa natureza interessa bem de perto a um amplo leque de servidores públicos, muito especialmente aos que, como subordinados, apõem sua assinatura solidária aos atos administrativos do poder ou órgão a que servem. A ação foi marcada por esta egrégia Corte com a participação da Secretaria de Auditoria do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, através da Resolução n.º 04/97, de 8 de julho de 1997, instituiu a “Comenda Joaquim Duarte Murtinho”<sup>299</sup>. Esta honraria passou a ser outorgada às pessoas naturais ou *in memoriam*, ou estrangeiras que, por merecimento, zelo pelas coisas públicas, tenham contribuído para o aperfeiçoamento do sistema de fiscalização e prestação de contas públicas. Foi também executada nova edificação física do Gabinete da Presidência do TCE-MT.

Na gestão do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao comemorar os seus 44 anos de existência, prestou homenagem a 72<sup>300</sup> servidores aposentados, dentre os quais, 7 *in memoriam*. Em discurso, assim se expressou o Conselheiro Presidente:

*(...) Assim, numa contribuição ao resgate da memória do Tribunal de Contas, sirva esta homenagem como preito de gratidão e reconhecimento ao trabalho dos servidores apo-*

**299** Político, financista, médico e engenheiro, Joaquim Duarte Murtinho nasceu em Cuiabá, em 7 de dezembro de 1848. Foram seus pais o Dr. Antônio Murtinho e D. Rosa Murtinho. No seminário desta Capital iniciou os seus estudos preparatórios, que concluiu no Colégio Kopke, do Rio de Janeiro, para onde seguiu em 1861. Deputado por Mato Grosso, no Regime Imperial, proclamada a República foi por vezes sucessivas um dos representantes deste Estado no Senado. Exerceu os cargos de Ministro da Indústria e de Ministro da Fazenda no Governo Campos Salles, momento em que implementou a política de reabilitação do crédito público. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de novembro de 1911 (cf MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. v.II, 2.ed. Cuiabá : Casa Civil, 1973, p. 265).

**300** Adiles de Lourdes Meira, Aedir Helena Muniz Paes, Alfredo Pinto Botelho, América Teixeira Paes de Barros, Ana Antônia Martins, Ana Maria Figueiredo Corrêa, Ana Maria Moura Mamed, Anna Maria Paes Barreto Servilha, Antino Gomes, Antonia Sebastiana C. de Siqueira, Antonio Valentim Lagraca, Arenil da Cruz Couto, Armando Santana Modesto, Arminda de Arruda, Arnaldo Cezar Nunes Ferraz, Avanildes de Miranda Moura, Benedita Oliveira Daima, Benedita Dorilêo Bastos do Valle, Benedito Caldas Nunes Ribeiro, Bernardina Ferreira Mendes, Carmen de Carvalho, Cléia de Campos Borges, Darcy Avelino Silva Gomes Filho, Dirce Camacho, Edetila França Vaz de Campos, Edvanil de Campos Evangelista, Eliane Gonçalves Andrade, Elindes Pereira dos Santos, Elinel Annaniza Ferreira de Lannes, Eloísa Avelino de Souza, Gonçalves Neide Lima, Gustavo Alberto Cunha de Arruda, Hilário Araújo, Irmã Lúcia de Oliveira, Ivone França Corrêa da Costa, José Everaldo Malpici da Costa, José Romano da Silva, Juracy de Campos Braga, Lenir Francisca Borges, Leonor de Azevedo e Silva, Licínio Monteiro da Silva Filho, Luzia Martins de Souza, Lygia Barros Falavigna, Manoel Carneiro de Almeida, Manoel Gentil de Souza, Maria Antonia de Barros Costa, Maria Helena Mello, Maria Ignes da Silva Pedroso, Maria José Botelho Alves, Maria Josefina Curvo Thommen, Maria Luiza Dorileo Carvalho, Maria Regina de Barros Loureiro, Marilena Cunha Teixeira Coelho, Nilce Bernadeth Yamanaka, Nilton Severino da Costa, Noêmia Ribeiro Bastos Pinho, Olga Catarina de Campos, Stela Maria de Campos Aguiar, Timoteo Pereira da Costa, Waldelice Leão Monteiro, Yolanda Papazian de Paiva, Zilma Maria Passos Freitas. *In memoriam* : Ambrosina Campos Botelho, Dalva Leite Neves, Maria da Costa França, Ignácio Francelino de Almeida, Carmêlio Lopes de Oliveira, José Pedroso de Campos, João José de Barros.

*sentados e, também, de estímulos aos servidores atuais. Afinal, o Tribunal de Contas, para ser justo em todos os planos, também há que reconhecer para sempre o esforço dos homens e mulheres que o fizeram. Tribunal de Contas do Estado, em Cuiabá, 21 de março de 1997, 43º Ano de Funcionamento.*<sup>301</sup>

É importante ainda ressaltar a atuação do Conselheiro Presidente Oscar da Costa Ribeiro, juntamente com a sua equipe administrativa, na elaboração de um projeto voltado para a reestruturação organizacional do Tribunal de Contas, culminando na Lei n.º 6.960, de 17 de novembro de 1997. Mediante tal Lei, o lotacionograma da estrutura funcional foi montado levando-se em conta a sua denominação, quantidade, níveis, classes e referências, separando-se os cargos de provimentos em comissão de livre exoneração, nomeação (Grupo I) e os cargos de provimento efetivo, mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos (Grupo II).<sup>302</sup>

## Quadragésima Segunda Mesa Diretora 1998<sup>303</sup> a 1999 – (30.01.1998 a 29.01.1999)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Membros: Conselheiros</b>	Teresino Alves Ferraz Ary Leite de Campos Djalma Carneiro da Rocha Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli
<b>Corregedor-geral:</b>	Gonçalo Pedroso Branco de Barros <sup>304</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José Eduardo de Faria
<b>Subprocuradores:</b>	Mauro Delfino César, Semy Stephan, Paulo Fernando Santana, Ulisses Araújo Ribeiro
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Antônio Henrique Aquino Teixeira

O Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas<sup>305</sup> elencou como metas mais importantes para a sua gestão a política de valorização dos servidores e o avanço na área da informática. Investiu intensamente na

---

<sup>301</sup> Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, Presidente do TCE-MT.

<sup>302</sup> *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.14, jan. 1998, p. 26.

<sup>303</sup> Resolução nº 001, de 19 de agosto de 1998, institui mecanismos adequados à fiscalização do cumprimento pleno do disposto no art. 212 da Constituição Federal, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 9.924/96; 002 de 17 de dezembro de 1998, dispõe sobre a doação de bem imóvel ao Sindicato dos trabalhadores do TCE; Resolução 003, de 17 de dezembro de 1998, define a estrutura organizacional e as atribuições dos serviços internos do TCE-MT.

<sup>304</sup> Eleito nono Corregedor-geral do TCE em 30 de janeiro de 1998.

<sup>305</sup> Durante a sua gestão, tramitaram pelo Gabinete da Presidência 1.233 processos, foram realizadas 445 inspeções *in loco*; 420 programadas e 4 especiais; 17 em auditoria de denúncias. In: *Relatório de Atividades*, 1998.

capacitação de recursos humanos, especialmente os voltados para a área fim, que mereceu permanente atenção, dando destaque para os cursos realizados em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, integrando o Programa de Qualificação Profissional dos Servidores dos Tribunais de Contas dos Estados, promovidos no decorrer dos meses de agosto a outubro. O projeto foi desenvolvido através de cursos subdivididos em nível superior, com 116 horas aula, e médio, com 66 horas aula, atingindo um universo de 93 servidores.

Outra meta alcançada foi o desenvolvimento e atualização do Departamento de Informática, dando-se ênfase à instalação da intranet e internet, integrando definitivamente todas as unidades do Tribunal, através da comunicação *on-line*.<sup>306</sup>

Deu-se prioridade à atualização das pendências existentes na apreciação das prestações de contas dos órgãos públicos estaduais e municipais dos exercícios anteriores, sem descuidar da instrução processual dos balanços relativos ao exercício de 1997.

A Coordenadoria de Auditoria realizou, ao todo, 445 inspeções *in loco*, sendo 420 programadas, 4 especiais e 21 em auditoria de denúncias, cumprindo, na íntegra, a programação proposta para o exercício.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foi definitivamente integrado ao SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado, o que permitiu o lançamento diário dos procedimentos de receita e despesa, efetivar o controle da Secretaria de Fazenda, através do Sistema de Informática, dispensando a tramitação constante de grande volume de documentos contábeis e, ao mesmo tempo, passou a ter acesso direto à contabilidade dos diversos órgãos estaduais.

Destaque deve ser dado ao trabalho da Assessoria de Imprensa, que, além de dar continuidade à edição do Boletim TC – Informes, fez cumprir o previsto no artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal, editando semestralmente a Revista do Tribunal<sup>307</sup>, iniciada pelo jornalista Ronaldo de Arruda Castro.<sup>308</sup>

No transcorrer dessa gestão foi renovado o convênio entre o Tribunal de Contas de Mato Grosso e o Tribunal de Contas da União objetivando dar continuidade à cooperação técnica que permitiu a atuação conjunta dos dois órgãos na fiscalização da aplicação das verbas federais no Estado.

O Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas ressaltou a permanente colaboração do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas – SINTTCONTAS, que em parceria com a Diretoria viabilizou a realização de diversos eventos sociais promovidos no transcorrer do citado mandato.

Foram expedidas três Resoluções, a saber: a de nº 001, de 19 de agosto de 1998, instituindo mecanismos adequados à fiscalização do cumprimento pleno do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, conforme art. 11 da Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; Resolução nº 002, de 17 de dezembro de 1998, dispondo sobre a doação de bem móvel ao Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado;

<sup>306</sup> Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.17, 1999, p. 16.

<sup>307</sup> Relatório do TCE-MT, 1988.

<sup>308</sup> Nasceu em Cuiabá, em 17 de março de 1941, iniciando a sua vida funcional no TCE em 11 de janeiro de 1988, no cargo de Assessor de Comunicação Social e depois Assessor de Imprensa. Escritor e jornalista, aposentou-se em 18 de março de 1998.



e Resolução n.º 003, de 17 de dezembro de 1998, que define a estrutura organizacional e as atribuições dos serviços internos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O TCE filiou-se à Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do MERCOSUL-ASUL, entidade que tem por objetivo a prestação de assessoramento técnico, em matéria de controle externo e demais assuntos relacionados com a administração financeira dos países membros do MERCOSUL.

### Quadragésima Terceira Mesa Diretora 1999 a 2000<sup>309</sup> (29.01.1999 a 29.01.2000)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Teresino Alves Ferraz
<b>Membros: Conselheiros</b>	Djalma Metello Duarte Caldas Oscar da Costa Ribeiro Djalma Carneiro da Rocha Gonçalo Pedroso Branco de Barros
<b>Corregedor-geral:</b>	Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli <sup>310</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça José Eduardo Faria
<b>Subprocuradores:</b>	Paulo F. Sant'Ana, Semy Stephan, Mauro Delfino César, Ulisses Barbosa
<b>Diretor-geral de Administração:</b>	Antônio Henrique Aquino Teixeira

Ao assumir pela segunda vez a Corte de Contas mato-grossense, a 29 de janeiro de 1999, o Conselheiro Ary Leite de Campos assim se expressou:

*(...) meu coração e minha mente se depararam com sentimentos difusos. O meu coração se encheu de satisfação por ter alcançado, novamente, o brilhante posto de Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e, como homem público, fui tomado de orgulho ao ver incluído mais este relevante posto em meu curriculum. Na minha mente, porém, um ponto de inquietação: como manejar e concluir uma administração, com êxito, diante dos desafios estruturais e financeiros por que passa o Tribunal de Contas. Sabemos todos que administrar sem recursos não é tarefa fácil. Além disso, os desafios a enfrentar são inversamente proporcionais ao tempo administrativo para suplantá-los, uma vez que o exercício da atual Presidência é de, teoricamente, doze meses.*

<sup>309</sup> Lei nº 7.254, de 12 de janeiro de 2000. Resoluções do ano 2000, nº 001 – DOE de 1º de março; nº 002 – DOE de 4 de maio; nº 003 – DOE de 24 de outubro; nº 004 – DOE de 9 de novembro; nº 005 – DOE de 20 de novembro. Lei nº 7.431, de 31 de maio de 2001.

<sup>310</sup> Eleito décimo Corregedor-geral do TCE em 29 de janeiro de 1999.

Esta administração empenhou-se em demonstrar à sociedade a importância e eficiência do órgão. Diante das novas regras impostas pela Lei e que impossibilitavam aumento salarial dos servidores, foram locados recursos já disponíveis para melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida. Profissionais de saúde que exerciam outras funções dentro do Tribunal foram remanejados para o Departamento Médico, que oferece os mais diversos serviços.

A respeito da sua administração, o Conselheiro Ary Leite de Campos teceu avaliação veiculada na *Revista do TCE*

*Somente no primeiro semestre de 1999 foram realizados dois concursos públicos, de níveis superior e médio, para o provimento de mais de cinquenta vagas, em diferentes áreas. Realmente, o quadro funcional do TCE-MT apresenta déficit, principalmente na área fim. Urge que os concursados sejam chamados a ocupar os seus lugares. No entanto, somos obrigados a protelar a posse dos aprovados, diante da falta de recursos e da enorme crise financeira que atinge o Estado e o País. Por outro lado, há sete anos, durante minha primeira ascensão à Presidência, respondi pelo início do processo de informatização deste órgão de Controle Externo, seguindo um caminho, sem volta, rumo aos benefícios tecnológicos. Coincidentemente, dando prosseguimento a uma ação da gestão anterior, presidida pelo eminente Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas, estamos concluindo o projeto. A presença do Tribunal de Contas de Mato Grosso na Internet, desenvolvido por nossos próprios técnicos. Fecho um ciclo consciente de que a informatização é um processo que nunca acaba. A partir de agora, esta instituição estará figurando a Home Page Contas Públicas do Tribunal de Contas da União, de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, além de possuir a sua própria Home Page acessada pelo endereço: [www.tcemt.gov.br](http://www.tcemt.gov.br).*

*Grandes investimentos, ainda, estão sendo aplicados no Departamento de Informática do TCE, que não pode ficar defasado, ainda mais às vésperas do fenômeno que os meios de comunicação chamam de "Bug do Milênio". Na luta pela superação das dificuldades, fizemos um esforço também para não deixar de produzir esta revista, publicação informativa e técnica de suma importância que, a partir de 1997, voltou a circular com regularidade e, na qual temos o prazer de divulgar todos os acontecimentos que marcaram o primeiro semestre desta administração. Muito obrigado aos leitores, Ary Leite de Campos – Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.<sup>311</sup>*

## Quadragésima Quarta Mesa Diretora 2000 a 2002 (29.01.2000 a 31.01.2002)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Djalma Metello Duarte Caldas <sup>312</sup>
<b>Membros: Conselheiros</b>	Teresino Alves Ferraz Ary Leite de Campos Oscar da Costa Ribeiro Djalma Carneiro da Rocha <sup>313</sup> Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto <sup>314</sup> José Carlos Novelli <sup>315</sup> Valter Albano da Silva <sup>316</sup>
<b>Corregedor-geral:</b>	Gonçalo Pedroso Branco de Barros <sup>317</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça Dr. José Eduardo Faria
<b>Procuradores Substitutos:</b>	Mauro Delfino César, Semy Stephan
<b>Diretora de Administração Geral:</b>	Marina Bressane Spinelli Maia de Andrade

No discurso de posse assim se expressou o Conselheiro Presidente Ubiratan Spinelli:

*Vejo-me na rara chance de viver a história desse momento especial como Presidente, em companhia dos ilustres colegas, conselheiros. Tenho a satisfação de assumir a Presidência recebendo do ilustre Presidente Ary Leite de Campos, uma administração equilibrada e a casa em ordem. Assim, ficará muito mais fácil realizar a nossa administração.*

*Administrar é prever, planejar, executar e acompanhar. É projetar o futuro, é pensar antes, qual o melhor caminho para chegar ao objetivo almejado.*

*A tônica do presente século é a velocidade com que ocorrem as mudanças que ocorrem em todas as áreas. O papel do Estado no cumprimento de suas funções essenciais, de forma moderna, a serviço do cidadão e da sociedade que representa, exige, igualmente, uma administração pública ágil, eficiente e segura para acompanhar os caminhos e os passos dessas alterações. É fundamental que as organizações públicas se adaptem à nova realidade, modernizando suas estruturas, redefinindo papéis e missões. A Gestão Fiscal responsá-*

---

<sup>312</sup> Aposentou-se em 25 de outubro de 2001.

<sup>313</sup> Aposentou-se em 22 de maio de 2001.

<sup>314</sup> Nomeado na vaga do Conselheiro Teresino Alves Ferraz em 7 de abril de 2000.

<sup>315</sup> Nomeado na vaga do Conselheiro Djalma Carneiro da Rocha. Eleito Vice-presidente em 31 de janeiro de 2001.

<sup>316</sup> Nomeado na vaga do Conselheiro Djalma Duarte Metello Caldas, em 27 de dezembro de 2000.

<sup>317</sup> Eleito décimo primeiro Corregedor-geral do TCE em 29 de janeiro de 2000.

*vel passou a orientar todas as captações de recursos e, principalmente, a aplicação racional nas despesas públicas, de forma mais clara, a partir da edição da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.*<sup>318</sup>

Neste contexto, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, buscando a melhoria de qualidade do seu serviço prestado à sociedade, procurou integrar-se ao Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, o qual conta com o apoio e recursos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com contrapartida da União e Estados, visando à modernização da máquina administrativa.

Preliminarmente, o Tribunal de Contas, na pessoa do Presidente, buscou experiências anteriores e meios para inserir o órgão de fiscalização de controle externo neste Programa, pois este foi concebido com olhar voltado para melhoria da Administração Fiscal e Tributária, funções afeitas à estrutura do Controle Interno do Poder Executivo.

Em Mato Grosso, funcionou de forma exemplar a interação do Tribunal de Contas com o Poder Executivo, permitindo a garantia de recursos e aprovação pelo órgão de Controle do Programa em nível Estadual (Unidade de Coordenação Estadual do PNAFE-UCE) e Federal (Unidade de Coordenação do Programa – UCP) do Projeto de Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.<sup>319</sup>

Os cursos de pós-graduação proporcionados aos servidores da Casa, tanto na área fim, com recursos adicionais do FFI, a exemplo da área de instrução de processos, foram totalmente viabilizados com recursos do PNAFE, representando a capacitação o investimento principal nos recursos humanos do Tribunal de Contas<sup>320</sup>. Na gestão de Recursos Humanos ensejou-se melhoria da qualidade de vida e relacionamento no trabalho. A criação da Escola de Contas “Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro” constituiu-se em uma importante realização para o desenvolvimento do órgão.

O ambiente de trabalho foi remodelado, com investimentos de recursos próprios na revisão da parte elétrica, troca de sistema de ar condicionado central para individual, mais moderno e adequado para o momento de crise de energia elétrica o revestimento do forro, piso do plenário, melhoria do ambiente e reorganização do *lay out* da instituição.

Em relação à informática foi realizada a estruturação e ampliação das redes com pontos internos e externos à rede local; aquisições de 160 licenças - Lótus Notes permitindo implantar 50% da intranet, reformular o *site* do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e implantar 80% de endereço e correio eletrônico. Foram adquiridos 20 *notebooks* para o trabalho de Auditoria e fiscalização *in loco*, atendendo cerca de 40% das necessidades do corpo técnico, sendo importante marco inicial na inovação tecnológica do TCE.

---

**318** Conselheiro Ubiratan Spinelli, TCE-MT.

**319** AMORIM, Lázaro Cunha. *Avaliação dos resultados de modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá. Monografia (Especialização), UFMT, 2000.

**320** ARRUDA, Adjair Roque de. *Uma proposta de contribuição para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no exercício do controle dos programas governamentais*. Cuiabá, 2001. Monografia (Especialização em Análise e Auditoria Contábil) – Faculdades Integradas Cândido Rondon; PESSOA, Loide Santana. *A necessidade de implantação de sistemas de controle interno nas prefeituras*. Cuiabá, 2001. Monografia (Especialização em Auditoria das Entidades Governamentais) Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso.

No interior do Estado de Mato Grosso foi implantada a Inspetoria Regional-Piloto em Rondonópolis com avaliação positiva dos jurisdicionados e a Inspetoria Seccional de Meio Ambiente. Foi adquirido um veículo S-10 Diesel – cabine dupla para os trabalhos de campo de auditoria das obras e serviços de engenharia, com 90% de rota concluída no exercício de 2001. A capacitação e o intercâmbio com os jurisdicionados foram realizados através de seminários de contas públicas em 6 pólos regionais, com 1400 participantes, e receberam o apoio da Escola de Contas.

Foram firmados convênios com JUCEMAT, INSS e Receita Federal, e mais recentemente com o Ministério do Planejamento para viabilizar a expansão das atividades e fiscalização e a implantação do “Plantão Técnico”, antigo anseio e elemento facilitador do intercâmbio com os jurisdicionados, objeto de Moção de Reconhecimento dos servidores.

Na gestão do Conselheiro Ubiratan Spinelli, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso implantou o Projeto de Modernização, que foi elaborado como um subprojeto da Secretaria da Fazenda, bem como foram criados o Departamento de Comunicação Social em substituição à extinta Assessoria de Imprensa e as Inspetorias Regionais e do Meio Ambiente.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foi o primeiro no Brasil a instalar a Inspetoria Seccional de Projetos e Programas do Meio Ambiente, criada através da Lei nº 7.254, de 12 de janeiro de 2000, por iniciativa do Conselheiro Ubiratan Spinelli, na gestão do Conselheiro Ary Leite de Campos, cujo objetivo se prende à fiscalização e preservação do meio ambiente, considerando ser ele um bem público e, em consequência, integra o patrimônio da União e do Estado. A sua fiscalização operacional constitui uma das atribuições do Tribunal de Contas da União, Estados e municípios, de conformidade com os arts. 70, 71 e 75 da Constituição Federal.<sup>321</sup>

O Projeto de Modernização do TCE foi dividido em quatro instâncias: Organização e Gestão, Auditoria e Controle Externo, Integração e Tecnologia. Sua execução está sendo feita por equipe técnica do próprio TCE. Apesar de os objetivos de cada componente serem específicos, ele caminha na busca da qualidade total e de qualificação de seus servidores.

A importância dessa modernização vai além do proposto e do que muitos imaginaram. É uma total reformulação de conceitos e costumes presentes no serviço público, mas que precisam ser aprimorados. Grande parte desses recursos foi destinada à capacitação e à formação de servidores das áreas técnica e administrativa. Com isso, houve um crescimento profissional e pessoal no quadro de servidores do TCE.

O TCE nesta gestão ganha a sua logomarca. A logomarca acabou sendo uma das primeiras medidas do Projeto de Modernização que o TCE implantou. Está baseada em uma coluna estilizada e moderna, com três bases, que representa um número forte e que oferece equilíbrio. Possui linha simples e cores neutras à imagem do Tribunal, cujo objetivo é buscar uma identidade visual, tanto interna quanto externa e, ao mesmo tempo, intensificar o seu uso em toda documentação oficial do TCE.<sup>322</sup>

**321** AGUIRRE, Maristella Barros Freitas. *Auditoria governamental operacional em projeto público ambiental no Estado de Mato Grosso*. Monografia (Especialização) – Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

**322** *Revista do TCE-MT*, Cuiabá, n.18, 2000, p. 31.

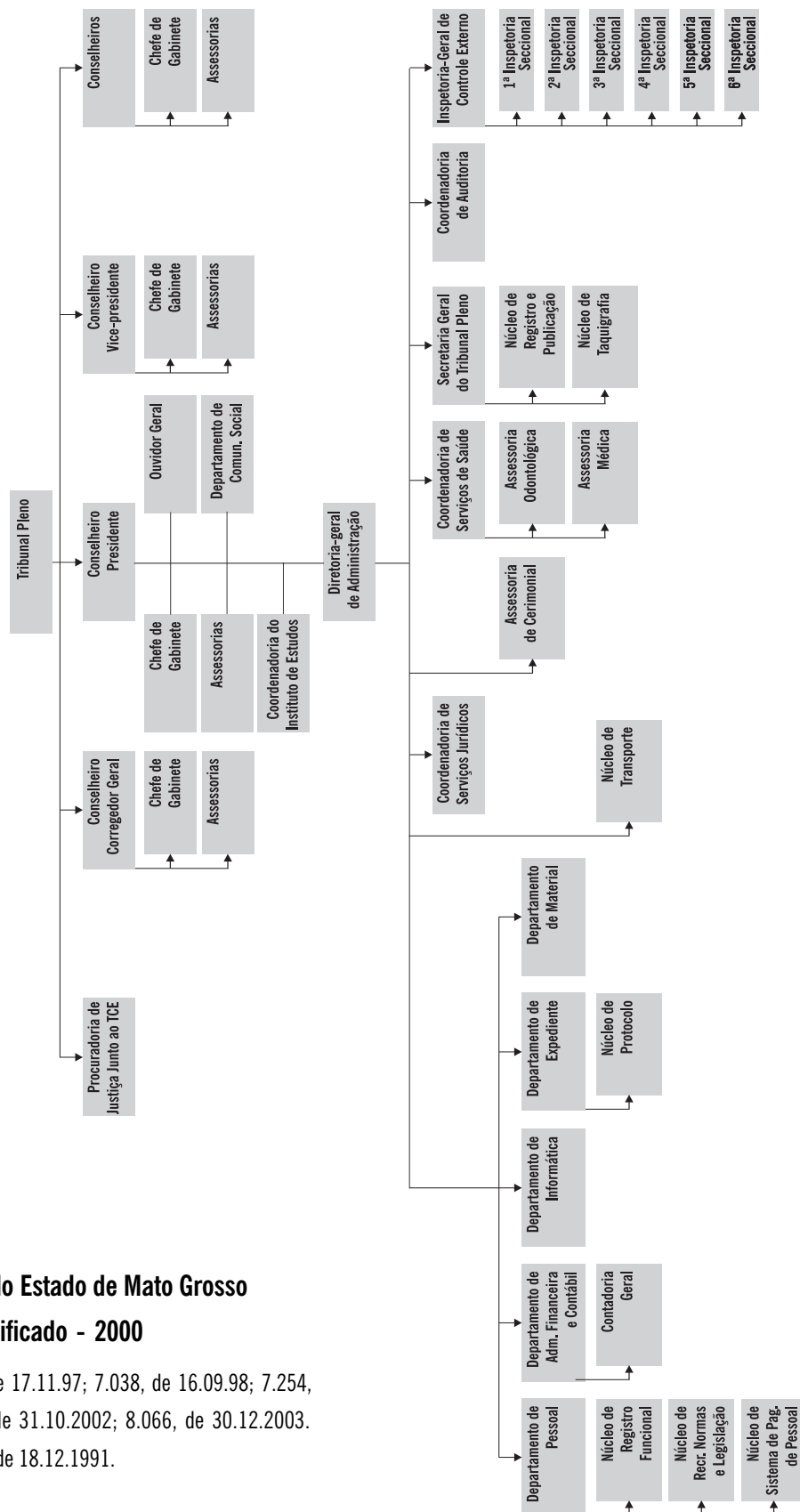
## Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

### Organograma Simplificado - 2000

Leis Estaduais: 6.960, de 17.11.97; 7.038, de 16.09.98; 7.254, de 12.01.2000; 7.730, de 31.10.2002; 8.066, de 30.12.2003.

Lei Complementar nº 11 de 18.12.1991.

Resoluções do Tribunal.



O projeto de Modernização do TCE foi instaurado em momento oportuno, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada em 4 de maio de 2000 pelo Congresso Nacional aumentou as atribuições do Tribunal de Contas. Para cumprir o que a Lei estabeleceu, o Tribunal de Contas do Estado vem modernizando a sua estrutura organizacional e qualificando tecnicamente os servidores.<sup>323</sup>

Nesta gestão tomaram posse como Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso os doutores Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, em 7 de abril de 2000, José Carlos Novelli, em 29 de junho de 2001 e Valter Albano da Silva, em 27 de dezembro de 2001.

Em discurso de posse, o Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto afirmou:

*(...) Quero exercer essa função com a mesma paixão que movia o meu espírito e alimentava minha alma naquelas intermináveis viagens por trilhas mal traçadas, em busca do ideal democrático perfeito. Considero o Tribunal de Contas como um dos modeladores da nova sociedade do futuro: ético, transparente e eficaz no aproveitamento dos recursos públicos e no gerenciamento da coisa pública. Com essa disposição e entusiasmo, adentro nesta casa com a alma aberta, com o coração fraterno, esperando somar com a vasta experiência dos homens de bem que compõem o Tribunal de Contas do meu querido Estado de Mato Grosso (...).*<sup>324</sup>

Por sua vez, o Conselheiro José Carlos Novelli, ao tomar posse, assim se expresso:

*Ainda não consigo avaliar, com a nitidez necessária o papel de um Conselheiro. Mas sei, com toda a certeza, que aqui se reúne uma elite de homens de bem que trabalham pelo bem comum, exercendo uma atividade técnica da maior importância para a sociedade. (...) Penso que a atividade do Conselheiro neste Tribunal seja tão complexa quanto a do engenheiro que projeta, ou que dirige a obra de uma estrada. (...) Porém, tomo assento neste Tribunal de Contas trazendo as minhas próprias expectativas e anseios. Imagino que a prevenção seja mais importante que a punição. (...).*<sup>325</sup>

O Conselheiro Valter Albano da Silva asseverou, em seu discurso de posse:

*(...) Eu me comprometo com as autoridades presentes que representam a sociedade deste Estado, no sentido de dar a modesta contribuição, em face dessa experiência aqui registrada e de meu apego pela questão da modernização da gestão, no sentido de que esta instituição cada vez mais se modernize a partir de patamares já construídos por diversos presidentes mas, especialmente, pelo Presidente Ubiratan Spinelli, quando trouxe para cá o Programa Nacional de Modernização da Administração Fiscal (...).*<sup>326</sup>

**323** Relatório Conselheiro Ubiratan Spinelli – 1º semestre de 2000 – TCE-MT.

**324** Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.18, 2000, p. 18.

**325** Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002, p. 18-19.

**326** Revista do TCE-MT, Cuiabá, n.20/21/22, 2001/2002, p. 26.

## Quadragésima Quinta Mesa Diretora 2002 a 2004 (31.01.2002 a 31.01.2004)

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Gonçalo Pedroso Branco de Barros
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Membros: Conselheiros</b>	Valter Albano da Silva Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli José Carlos Novelli Júlio José de Campos <sup>327</sup> Oscar da Costa Ribeiro <sup>328</sup>
<b>Corregedor-geral:</b>	Antônio Joaquim Moraes Rodrigues <sup>329</sup>
<b>Ministério Público:</b>	Procurador de Justiça Dr. José Eduardo Faria
<b>Subprocuradores:</b>	Mauro Delfino César, Semy Stephan
<b>Direção-geral de Administração:</b>	Cassyra Lúcia Corrêa Barros Vuolo

Ao assumir pela primeira vez a presidência da Mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Conselheiro Gonçalo Pedroso Branco de Barros, em 31 de janeiro de 2002, fez pronunciamento evidenciando a significação daquele momento:

144

*Sabemos que uma das funções básicas, e também recente, a partir da inovação trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 4 de maio de 2000, dos Tribunais de Contas será forçar o controle interno a funcionar, mediante pedido de elementos e de toda uma série de medidas cujos detalhes a citada Lei impôs.*

*Assim sendo, segundo as novas tecnologias, o exercício da auditoria externa tem por fim primordial fazer a auditoria interna funcionar.*

*Por outro lado, as atribuições dos Tribunais de Contas necessitaram e ainda necessitam ajustar-se à realidade administrativa brasileira, para que tome efetiva sua ação fiscalizadora e, estabelecida, fundamentalmente, na Constituição Federal, através dos resultados mensuráveis e reconhecidos pela sociedade.*

*Isso nos faz pensar sobre o aprimoramento dos profissionais que já atuam e que atuarão no futuro, seja no que se refere aos procedimentos de auditoria, na padronização de rotinas, seja naquilo que se costuma chamar de liderança pelo conhecimento, através da capacitação e investimento no capital humano com enfoque para o aprimoramento do controle externo. Entretanto, não podemos recuar nem ficar parados, é preciso agir. É uma jornada pessoal e*

---

<sup>327</sup> Nomeado na vaga do Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, em 28 de junho de 2002.

<sup>328</sup> Aposentou-se em 19 de junho de 2002.

<sup>329</sup> De acordo com a Lei nº 6.859, de 10 de abril de 1997, o TCE cria cargos na estrutura orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências (Fonte: Legislação do Quadro de Pessoal do TCE de MT). Eleito décimo segundo Corregedor-geral do TCE em 31 de janeiro de 2002.



*cabe a nós tomar a direção. Para isso o recurso estratégico é a informação, mas o recurso transformador é a inteligência.*

*Quem se adaptar e administrar com inteligência as mudanças terá sucesso. Quem ficar passivo à onda, será por ela dominado. Não há escolha, companheiros.*

Podemos depreender da fala do Conselheiro Branco de Barros quais seriam os pontos basilares da gestão com vistas a promover o aprimoramento do modelo de estrutura orgânica dos sistemas de controle externo utilizados, sobressaindo, como pontos fortes a serem potencializados pelo Tribunal, *as pessoas*, base de sustentação do modelo de excelência em gestão pública que, efetivamente, transformam políticas, objetivos e metas em resultados e ainda, *as novas tecnologias* como catalisadoras do processo de transformação da informação em conhecimento aplicado ao trabalho.

Através de ações de planejamento estratégico foram implantados os gerenciamentos pelas diretrizes, a elaboração dos planos de ações, da matriz de negócio, a adoção do gerenciamento da rotina. Essas ações estratégicas aguçaram a compreensão, por parte dos colaboradores do Tribunal, do negócio da instituição e da importância de suas atividades para o alcance da missão institucional da Corte de Contas.

Todavia, a gestão Branco de Barros traz como diferencial maior o modelo de gestão organizacional, cuja política de ação é voltada para o desenvolvimento humano, sendo denominada “Liderança pelo Conhecimento”. As diretrizes assim se elencam:

1. Desenvolvimento de uma política de capacitação contínua, na instituição.
2. Transformação do conhecimento em ações compartilhadas.
3. Investimento na excelência da prestação de serviços para a sociedade.
4. Diminuição das resistências dos processos de mudanças.
5. Busca e incentivo ao trabalho em equipe.
6. Otimização das competências individuais, desenvolvendo talentos.

Nesse sentido, a estratégia utilizada foi a capacitação dos recursos humanos. A Escola de Contas “Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro” concedeu ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso uma maior amplitude de atuação na área de capacitação.

Assim, a Escola de Contas foi a mola propulsora, atuando como catalisadora de procedimentos que visam a desenvolver nas pessoas sua capacidade de criar resultados, com novos e elevados padrões de raciocínio. Em 2002 foram realizados pela Escola 41 cursos de aperfeiçoamento em diversas modalidades, capacitando 884 colaboradores em conhecimento técnico, gerencial e operacional. No ano de 2003, de janeiro a dezembro foram realizados 17 cursos, capacitando 643 colaboradores, em diversas modalidades. Na modalidade de capacitação foram desenvolvidos treinamentos em serviço, ciclos de palestras aos jurisdicionados, capacitando 3.400 gestores públicos.

Em 30 de dezembro de 2003, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso aprovou a Lei nº 8.066, que dispõe sobre a criação da Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas do Estado. A Lei concede uma maior amplitude de atuação para a Escola.

Nesta gestão foram implantados vários projetos tais como: Projeto Cidadão, Projeto Talentos uma só Equipe, Projeto Novas Competências em Liderança, Projeto Colaborador em Destaque, Projeto Líder em

Destaque, Gibi do TCE, “Projeto TCE Ativo”. Além destes, foram oferecidos cursos como “Tecnólogo em Gestão Pública”, em formação de nível superior, para 45 colaboradores, Suplência para aqueles que não concluíram o ensino fundamental em época própria e Curso Básico de Informática.

Ainda em consonância com essa política de valorização do ser humano, fonte de uma nova performance de administração pública, no ambiente laboral desta Corte de Contas foram desencadeadas práticas de desenvolvimento do bem-estar e satisfação dos colaboradores, através da disponibilização de serviços, benefícios e oportunidades, como creche para filhos dos colaboradores, atividades educativas, de lazer e integração, transporte e refeições subsidiadas. Tais ações foram deflagradas pela recém-criada Coordenadoria de Desenvolvimento Humano, que também implantou o Programa de Sustentabilidade na instituição e acentuou o atendimento social, que inclui os serviços odontológicos, psicológicos e nutricionais.

Paralelamente à promoção da qualidade de vida, o Coral do Tribunal de Contas, que figura dentre os mais antigos dos Tribunais do Brasil, participou de 51 eventos, trabalhando o aspecto humano, psíquico e espiritual do indivíduo, além de disseminar a cultura regional mato-grossense em nível nacional.

Foi criado neste Tribunal o *house organ* “Tribunal em Contas”, que se insere nas ações de *endo-marketing* da instituição. A linha editorial deste meio de comunicação, com espaço aberto para a livre criação da equipe, traz artigos relativos à realidade cotidiana da instituição, dicas de leitura e música, editorial redigido por um Conselheiro, colunas temáticas produzidas pelas psicólogas e outros servidores.



Alunos da Escola Militar “Tiradentes” posam em frente ao TCE com o *Gibi do TCE* em mãos. 2003.

Como complemento à qualidade de vida dos colaboradores, a gestão do Conselheiro Branco de Barros procedeu a ampliação e melhoria do espaço físico e aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as unidades, com vistas a melhor funcionalidade.

A implantação de novas tecnologias no TCE tem contribuído para o aumento da produtividade e da transparência das ações do Tribunal. Essa produtividade se traduz na reorganização do correio eletrônico, estruturação e ampliação das redes de informatização, tais como: *Open Office*, *Intranet*, *help service* e reformulação do *site* e da *intranet* do TCE, entre outros.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso vem desenvolvendo estratégias de atuação que zelem pelos aspectos das ações voltadas a estes gerenciamentos, tais como: o Sistema LRF-Cidadão e o Padrão de Auditoria Pública Informatizada, que consistem na remessa de informações ao TCE-MT pelos jurisdicionados, garantindo o cumprimento e o acompanhamento da gestão fiscal, face às exigências da Lei Complementar nº 101/2000. Também deu início ao processo de desenvolvimento do SOP - Sistema de Obras Públicas, que visará ao controle e acompanhamento das obras em andamento e as que serão implementadas no futuro, no âmbito dos governos estadual e municipais.

Outras iniciativas foram tomadas pelo TCE, estimulando o exercício da cidadania, como a criação da Ouvidoria, em 31 de outubro de 2002, e o TELEJORNAL. Este último veiculado pela primeira vez no dia 6 de junho do corrente ano, através do canal 36, da TV Assembléia (canal da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso), exibido toda sexta-feira, a partir das 12:00 horas, com o objetivo de informar à sociedade as atividades desenvolvidas no âmbito do TCE.



Importa ressaltar que ações como a criação da Ouvidoria, cuja pasta é ocupada hoje pelo Conselheiro aposentado Oscar da Costa Ribeiro, tem como objetivo principal abrir portas para a sociedade. Dessa forma, poderá ser feito o controle social, no qual o cidadão fará valer os seus interesses, acompanhando, avaliando os resultados das políticas públicas implementadas em benefício público.

Nesta gestão tomou posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso o ex-governador Júlio José de Campos, a 28 de junho de 2002 que, na oportunidade, fez o seguinte pronunciamento:

*(...) Conforta-me o sentimento do dever cumprido nas atividades até aqui exercidas, muito especialmente de governador do Estado, cargo que exerci com esmero, ascendrado espírito público e dedicação total. Este Tribunal tem, de forma insofismável, adotado uma posição de vanguarda frente aos seus congêneres no país. Isto se deve, certamente, ao trabalho consciente, responsável e competente de seus presidentes, de todos os antigos e atuais senhores conselheiros e do corpo instrutivo. O sucesso das ações deste Tribunal está à vista de todos. Antes de concluir, abro um parêntese para os meus agradecimentos. Agradeço, primeiramente a Deus, por direcionar meus passos no caminho deste Sodalício.(...) Ao Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro, um dos homens mais dignos e honrados da vida pública mato-grossense. Oscar Ribeiro representa a lealdade, honestidade, seriedade e, acima de tudo, um amigo fiel. Muito obrigado, professor Oscar da Costa Ribeiro, por ter nos proporcionado a oportunidade de ser o seu sucessor nesta casa. Impõe-se também enaltecer as pessoas que estiveram comigo nestes mais de 30 anos de vida pública na militância política partidária. (...) Homenagem do coração àqueles que me deram a vida e plasmaram na minha alma princípios e valores de ordem moral e ética, meus pais, Amália e Júlio Domingos de Campos, (...) a minha esposa, Isabel, companheira de todas as horas (...) Abraço carinhosamente meus filhos Laura Cristina, Consuelo Maria, Júlio Neto e Sílvia Renata.<sup>330</sup>*

Por ocasião da comemoração dos 50 anos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, a 30 de outubro de 2003, o governador Blairo Maggi fez o seguinte discurso:

*(...) o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é o último elo de ligação da sociedade do povo, com os outros poderes constituídos e órgãos de prefeituras e demais que utilizam esse Tribunal para prestarem as contas e as suas contas serem apreciadas em última instância. (...) Entendo também que a missão que os senhores Conselheiros e este Tribunal, através do seu presidente, tem uma atividade bastante difícil, porque o nosso Tribunal, principalmente o nosso Tribunal de Contas tem a tradição e nesse momento ele é composto por praticamente pessoas oriundas de grupos políticos que disputaram eleições, que fizeram parte do Governo e que, ao chegarem a este Tribunal, precisam e fazem isso, se desvestem da*



Sessão Solene em Comemoração do Jubileu de Ouro do TCE, realizada em 31 de outubro de 2003, com a presença de diversas autoridades mato-grossenses.

Da direita para a esquerda, Conselheiro Carlos Pinna de Assis, Presidente da Atricon, o Governador de MT, Blairo Maggi e o Conselheiro do TCE-MT, Ary Leite de Campos, durante a comemoração dos 50 Anos do Tribunal, em 2003.

Placa do Jubileu de Ouro, descerrada no lançamento do Jubileu de Ouro do TCE, em 31 de outubro de 2002.



Logomarca do Jubileu de Ouro do Tribunal de Contas de MT.

*política, deixam de fora os grupos políticos, os partidos e passam a julgar as coisas dentro da sua legalidade, dentro da forma que a Lei exige. (...) Não é uma tarefa fácil. (...) Não é uma missão fácil. (...) Espero que o TCE, que é um Tribunal exemplar na sua forma de conduzir as coisas no dia-a-dia, mas também é exemplar como foi dito aqui pelo Presidente da Associação – Marcos José da Silva, “que esse é um Tribunal de vanguarda”, um Tribunal que propõe mudanças, não tem medo de assumir as mudanças, propõe avanços, propõe a transferência que vai levar na eficiência que é que todo mundo espera e todo mundo quer na sociedade mato-grossense. (...) Portanto, a nossa missão, a missão do Tribunal de Contas do Estado e dos poderes, é de união, de unificação, de pacificação, de progresso, de crescimento, de geração de emprego, de renda e bem-estar social para todo o nosso povo do nosso querido Estado de Mato Grosso.*<sup>331</sup>

Dentro do processo de modernização a gestão Branco de Barros evidenciou atenção à gestão de pessoas não deixando de lado a questão salarial, implantando um novo Plano de Cargos e Salários dos servidores do Tribunal que resultou na promulgação da Lei nº 7.858, de 19 de dezembro de 2002.



Blairo Maggi, Governador do Estado, Rosário Congro Neto, Branco de Barros, Conselheiros do TCE-MT e, Solange Dias, bisneta de Rosário Congro, em Cerimônia de inauguração do Memorial Rosário Congro.

FONTE: Arquivo TCE-MT.

---

<sup>331</sup> Discurso do Governador Blairo Maggi no Jubileu de Ouro do TCE-MT, em 22 de outubro de 2003.

Além disso, por ocasião da realização do Jubileu de Ouro, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme o artigo 81, inciso I, alínea “a” do seu Regimento Interno, criou o “Memorial ROSÁRIO CONGRO”, através da Resolução nº 5, de 22 de outubro de 2003, destinado a compilar, guardar, preservar a memória do TCE, bem como disponibilizar o acervo documental existente e que vier a ser produzido ou adquirido e que tenha relação com a história do Tribunal, desde a sua instalação.

Para o Conselheiro Carlos Pinna de Assis, presidente da ATRICON, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso deve se orgulhar de integrar os órgãos de escol do sistema de controle externo das contas públicas do Brasil, pois:

*(...) a Corte de Contas mato-grossense tem excedido no desenvolvimento de novos e modernos métodos de organização de pessoal, colecionando resultados no incremento de eficiência nas atividades mediatas e finalísticas de sua competência constitucional. De fato, a excelência do produto que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entrega diariamente aos parlamentares aos quais se reportam e, afinal, ao povo que o mantém, decorre em grande parte da alta qualificação dos que o integram e (...) valeria o reconhecimento de todas as congêneres do Brasil que, por intermédio da ATRICON, celebram e seguem os seus exemplos.<sup>332</sup>*

Ainda, em comemoração ao jubileu, o TCE, em parceria com a CREDLEGIS – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Legislativo, e a CREDIJUD – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, lançou o Gibi e o cartão telefônico com o objetivo de fortalecer o caráter educativo das ações de controle social, destinado a alunos de ensino fundamental das escolas públicas mato-grossenses, cujo conteúdo em quadrinhos contempla a missão, as estratégias e as ações do TCE-MT, com o intuito de difundir em cada cidadão uma postura de co-responsabilidade no controle da aplicação dos recursos públicos.

Também foi implementado o Projeto Cidadão, realizado em parceria com a SEDUC – Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso, e empresas privadas, cujo objetivo é promover a inclusão digital de jovens e adultos que não têm acesso à informática. A ação contou com a doação de computadores e impressoras que não são mais utilizados pelo Tribunal a uma escola da rede pública.

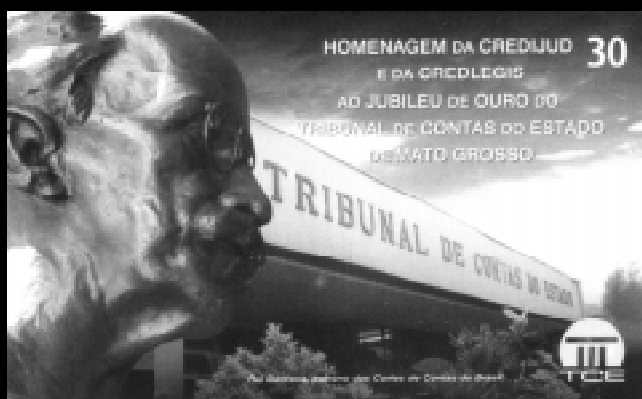
Além disso, foram cunhadas 100 moedas comemorativas, alusivas ao momento histórico, as quais foram entregues às autoridades federais, estaduais e municipais e também a todos os Tribunais de Contas dos estados brasileiros representados.

---

<sup>332</sup> Discurso do Presidente da ATRICON no Jubileu de Ouro do TCE-MT, em 22 de outubro de 2003.



Capa do Gibi do TCE-MT.



Frente e verso do cartão telefônico em homenagem aos 50 anos do TCE-MT.





Alunos da escola Estadual Fernando Leite de Campos, em Várzea Grande, beneficiados com o Projeto Cidadão, utilizam a primeira sala inaugurada pela gestão Liderança pelo Conhecimento. 2003.  
FONTE: Arquivo TCE-MT.



Moeda cunhada em comemoração aos 50 anos do TCE-MT  
(Frente e Verso)





Conselheiros do TCE-MT recebem a moeda comemorativa ao Jubileu de Ouro, durante a sessão solene em 31 de outubro de 2003. Da direita para a esquerda, José Carlos Novelli, Ubiratan Spinelli, Ary Leite de Campos, Antônio Joaquim, Branco de Barros, Valtér Albano, Júlio Campos e o conselheiro aposentado, Oscar da Costa Ribeiro, que atualmente é o Ouvidor do TCE.

Conselheiros de vários Estados brasileiros estiveram presentes na comemoração dos 50 anos do Tribunal e receberam a moeda alusiva ao Jubileu de Ouro.

**Quadragésima Sexta Mesa Diretora**  
**eleita no dia 21 de outubro de 2003, para o anuênio 2004-2005**

<b>Presidente:</b>	Conselheiro Ary Leite de Campos
<b>Vice-presidente:</b>	Conselheiro José Carlos Novelli
<b>Membros:</b> Conselheiros	Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli Valter Albano da Silva Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto Gonçalo Pedroso Branco de Barros
<b>Corregedor-geral:</b>	Conselheiro Júlio José de Campos
<b>Ouvidor-geral:</b>	Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro
<b>Ministério Público:</b>	Procuradores da Justiça José Eduardo Faria, Mauro Delfino César
<b>Diretor-geral:</b>	Marcelo Gramolini Bianchini

Por ocasião de sua posse, pela terceira vez como Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Ary Leite de Campos assim se pronunciou:

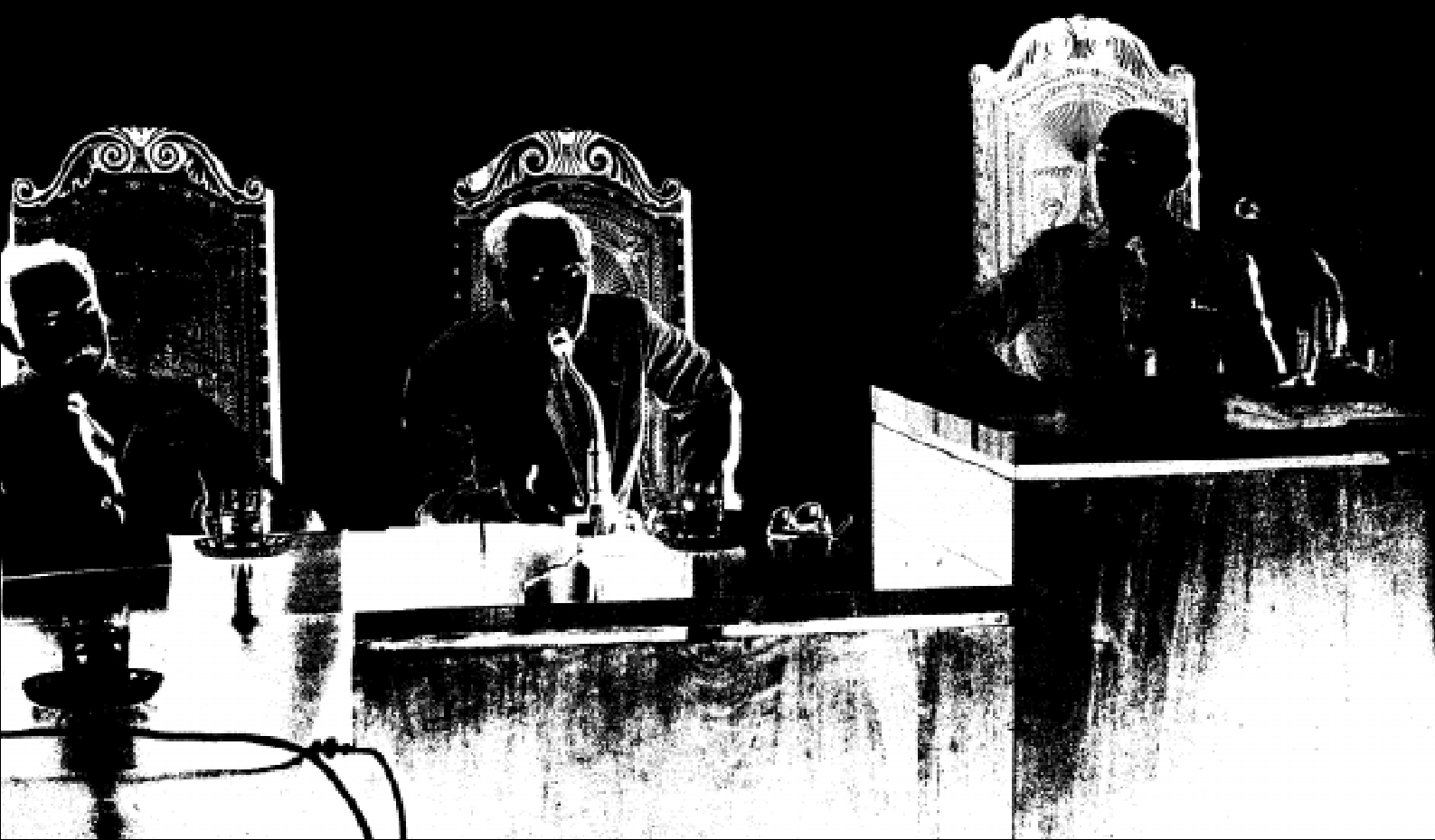
*(...) No exercício desta presidência, as autoridades e o povo mato-grossense podem confiar plenamente nas nossas ações, jamais, sequer por um instante, faltaremos ao compromisso aqui assumido de presidir este Tribunal com sabedoria, justiça e trabalho (...)*

---

CAPÍTULO 4

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO:  
HOMENS DAS LEIS, HOMENS DAS LETRAS

---





## Introdução

A elaboração deste último capítulo, é resultado de um perseverante e paciente trabalho de levantamento de diversificadas fontes documentais – escritas e orais como já citado.

As dezenas de atas de sessões e fichas funcionais, depositadas no arquivo do TCE somadas aos currículos vitae permitiram, após cuidadosas leituras, que aspectos da vida- profissional, intelectual e política, dos Conselheiros, fossem, “pinçados” e colocados nos lugares devidos, ou, nos lugares onde as indagações existiam.

Indagações que nos levavam a procurar sobre o ano em que foram eleitos como deputados, prefeitos ou governadores, ou mesmo perguntávamos – “em quantos pleitos”? Ou então, a procura para respostas sobre as obras publicadas – títulos e ano de publicação? Interessante dizer e chamar atenção para o fato de que as respostas, em muitas das vezes, eram obtidas, mais no interior das atas e, especificamente, nos discursos e menos nos depoimentos.

Discursos de posse, em que normalmente as memórias vinham á tona – infância, formação, casamento, filhos, conquistas, realização pessoal. Discurso de despedidas, quando a aposentadoria compulsória chegava e a emoção deixava transbordar o desejo contido de muitos deles ainda permanecer no trabalho, na ativa vida. Discurso de homenagem póstuma, quando da perda dos companheiros de trabalho –, momento em que discorria-se sobre o outro, tocando em aspectos não localizados em nenhum outro documento. Eram os momentos em que na escrita deixavam aflorar suas posturas políticas e ideológicas, suas inquietações, seus sonhos atingidos, ou não. Ou seja –, recordar, refletir sobre o que foi a vida do outro.

Nestes discursos, que entendemos como testemunhos de um tempo, a memória do indivíduo confunde-se com a própria memória do TCE. O TCE, passou a agregar, ou unir de alguma forma, a todos aqueles que por ele passaram. Uma vida reforçando a existência do outro.

Assim, passamos a convidar ao leitor para entrar em contato com alguns fragmentos de vida desses homens por nós denominados de “*Homens da Leis, Homens das Letras.*”

